



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA  
**XI CURSO MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

**Contributo da Polícia de Segurança Pública para a  
Integração dos Migrantes dos Países Africanos de Língua  
Oficial Portuguesa**

**Samuel da Conceição António**

Orientador

**Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente**

**Doutorando Nuno Ricardo Pica dos Santos**

Lisboa, setembro 2025

VICTORIA DISCENTIUM

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**



<b>Estabelecimento de Ensino:</b>	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
<b>Autor:</b>	Samuel da Conceição António
<b>Curso:</b>	XI – Mestrado em Ciências Policiais: Especialização em Gestão de Segurança
<b>Título da obra:</b>	Contributo da Polícia de Segurança Pública para a Integração dos Migrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
<b>Orientador:</b>	Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente e Doutorando Nuno Ricardo Pica dos Santos
<b>Local de Edição:</b>	Lisboa
<b>Data de Edição:</b>	15 de setembro de 2025

DEDICATÓRIA

*... À memória de Romana da Conceição Afonso, minha querida Mãe...*

Duas décadas passaram desde que partiste, mas a tua presença continua viva em mim, nos valores que me ensinaste, na força que me transmitiste e no amor que nunca deixou de me acompanhar.

Este trabalho, fruto de esforço, resiliência e dedicação, é também teu. Porque foste tu quem me ensinou a não desistir, a lutar com dignidade e a acreditar que o conhecimento é uma forma de liberdade.

A tua ausência física nunca apagou a tua luz. Em cada página escrita, em cada desafio superado, senti a tua mão invisível a guiar-me. Que a tua alma descanse eternamente em paz, envolta na mesma serenidade com que sempre cuidaste de mim.

Este trabalho é um tributo à tua vida, ao teu legado e ao amor que me sustenta até hoje.

## **AGRADECIMENTO**

A realização deste trabalho representa não apenas uma etapa académica concluída, mas também uma jornada pessoal marcada por desafios, superações e aprendizagens profundas. É com gratidão e humildade que dedico estas palavras àqueles que, de forma generosa e decisiva, contribuíram para que este projeto se tornasse realidade.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de vida, sabedoria e força. Foi pela sua graça que pude enfrentar cada obstáculo, manter a fé nos momentos difíceis e concluir esta etapa com dignidade e propósito.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente e Subintendente Nuno Ricardo Pica dos Santos, expresso a minha sincera gratidão pela orientação rigorosa, pela disponibilidade constante e pela confiança depositada ao longo de todo o processo. O vosso acompanhamento foi essencial para a qualidade e profundidade deste trabalho.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pela oportunidade concedida, pelo ambiente académico estimulante e pelos recursos que me permitiram desenvolver esta investigação com rigor e autonomia.

Ao Engenheiro António Ramos Dias, que desde o início me incentivou a seguir este percurso, com palavras de encorajamento e apoio incondicional. A sua presença foi determinante para que eu acreditasse na viabilidade deste projeto.

Ao Dr. António Nunes, Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, mais do que um amigo, um verdadeiro mentor. A sua generosidade, disponibilidade e apoio em todas as dimensões foram fundamentais para o sucesso desta investigação.

Ao Superintendente-chefe José Emanuel de Matos Torres, pela partilha de ideias, pelo saber profundo e pela contribuição valiosa que muito enriqueceram este trabalho.

À Subcomissária Dulcilene dos Santos, pelo apoio incansável na revisão, estruturação e aperfeiçoamento do texto. O seu olhar atento e dedicação foram cruciais para a consistência final da obra.

Ao Intendente Kiakisiki Nascimento, pela colaboração prestada, pelas reflexões partilhadas e pela disponibilidade demonstrada ao longo da investigação.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Aos entrevistados, que generosamente dedicaram o seu tempo para responder aos inquéritos e partilhar experiências. Sem o vosso contributo, este estudo não teria alcançado a profundidade necessária.

E por fim, mas de forma absolutamente especial, à minha família, que suportou a minha ausência durante largos meses, com paciência, amor e compreensão. Foram vocês que me sustentaram emocionalmente, mesmo à distância, e me deram forças para continuar. Esta conquista é também vossa.

A todos, o meu mais profundo e sentido obrigado.

**RESUMO**

A presente dissertação tem como propósito analisar criticamente o contributo da Polícia de Segurança Pública (PSP) para o acolhimento e integração dos migrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em Portugal. A investigação surgiu da experiência desenvolvida no VI Curso de Direção e Estratégia Policial (VICDEP), inicialmente centrada nos migrantes são-tomenses, e evoluiu para uma abordagem mais abrangente, contemplando os cidadãos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A exclusão da Guiné Equatorial foi metodologicamente justificada pela ausência de um percurso histórico e linguístico comum com os demais países estudados.

A escolha do tema fundamentou-se na necessidade de compreender como a PSP tem respondido aos desafios da interculturalidade, da inclusão social e da segurança comunitária, especialmente junto a um grupo migrante com forte presença em território nacional. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, com recurso à revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e observação direta, permitindo uma análise aprofundada das perceções, práticas e dinâmicas de interação entre agentes da PSP e líderes comunitários dos PALOP.

Os resultados revelaram que, embora exista um reconhecimento institucional da importância do policiamento de proximidade, a sua aplicação junto às comunidades migrantes africanas lusófonas é ainda limitada, fragmentada e condicionada por fatores operacionais, formativos e estruturais. As entrevistas evidenciaram tensões, mas também experiências positivas e iniciativas promissoras, que apontam para a possibilidade de construção de uma segurança pública mais inclusiva, participativa e culturalmente sensível.

A análise permitiu identificar boas práticas, desafios operacionais e lacunas institucionais, culminando na formulação de recomendações que visam reforçar a confiança entre a PSP e as comunidades dos PALOP, promover a coesão social e consolidar políticas de segurança democrática. Apesar das limitações metodológicas, como o número reduzido de participantes e o foco geográfico restrito, esta investigação oferece um contributo relevante para o campo da segurança pública e da integração migrante, abrindo caminho para futuras pesquisas e intervenções estratégicas.

**Palavras-passe:** Acolhimento, Integração, Migrações, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Polícia de Segurança Pública.

**ABSTRACT**

This dissertation aims to critically analyze the contribution of the Portuguese Public Security Police (PSP) to the reception and integration of migrants from Portuguese-speaking African countries (PALOP) in Portugal. Originating from the work developed during the VI Course on Police Leadership and Strategy (VICDEP), initially focused on São Toméan migrants, the study expanded to include citizens from Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, and São Tomé and Príncipe. The exclusion of Equatorial Guinea was methodologically justified due to its distinct historical and linguistic trajectory.

The research is grounded in the need to understand how the PSP responds to the challenges of interculturality and social inclusion, particularly regarding a migrant group with a significant presence in Portugal. Adopting a qualitative approach, the study combines literature review, semi-structured interviews, and direct observation to explore perceptions, practices, and dynamics of interaction between PSP officers and community leaders from PALOP countries.

Findings reveal that, despite institutional recognition of the importance of community policing, its practical implementation among PALOP communities remains limited and fragmented. While PSP officers show openness to dialogue, they face operational and training constraints. Community leaders, on the other hand, highlight discriminatory practices and a lack of meaningful engagement.

The study identifies good practices, operational challenges, and institutional gaps, leading to recommendations aimed at strengthening trust, promoting social cohesion, and enhancing inclusive security policies. Despite methodological limitations, this research offers a relevant contribution to the field of public security and migrant integration, paving the way for future academic and institutional developments.

**Keywords:** Reception, Integration, Migrations, Portuguese-speaking African Countries, Public Security Polic

ÍNDICE GERAL

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>II</b>
<b>AGRADECIMENTO.....</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE GERAL.....</b>	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE DE TABELA.....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>XII</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1-CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>1.2 - ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>2</b>
<b>1.3 – OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>1.4 – QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>1.5 – INDICAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>4</b>
<b>1.6 – ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>8</b>
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 – MIGRAÇÃO: CONCEITO E DIMENSÕES.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 – MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E MODELOS DE CONVIVÊNCIA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.3 – DESAFIOS SOCIAIS E CULTURAIS HODIERNOS DAS MIGRAÇÕES.....</b>	<b>12</b>

<b>2.4 – ATUALIDADES E TENDÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL .....</b>	<b>13</b>
<b>2.5 - PROCESSO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES EM PORTUGAL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.6 - POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PORTUGUESAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO ..</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>20</b>
<b>CONTEXTO DOS PALOP E MIGRAÇÃO EM PORTUGAL .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 – OS PALOP: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS..</b>	<b>20</b>
<b>3.1.1 - ANGOLA.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1.2 - CABO VERDE.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1.3 - GUINÉ-BISSAU .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1.4 - MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.5 - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2 – ACORDO DE MOBILIDADE ENTRE A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3 – DINÂMICAS DA IMIGRAÇÃO DOS PALOP EM PORTUGAL: PERFIS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS.....</b>	<b>28</b>
<b>3.4 – POPULAÇÃO PRISIONAL DOS PALOP EM PORTUGAL: EVOLUÇÃO E IMPLICAÇÕES (2022–2024) .....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>33</b>
<b>A ATUAÇÃO DA PSP NA INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES .....</b>	<b>33</b>
<b>4.1 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP .....</b>	<b>33</b>
<b>4.2 – CONTRIBUTO ATUAL DA PSP PARA O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES, EM ESPECIAL DOS PALOP.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2.1 – PROGRAMA “JUNTOS POR TODOS” .....</b>	<b>34</b>

4.2.2 – MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.....	35
4.2.3 – FORMAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE.....	37
4.2.4 – COOPERAÇÃO COM PAÍSES AFRICANOS .....	37
4.2.5 – INTERVENÇÃO EM CENTROS DE INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA.....	37
4.3 – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ACOLHIMENTO DE COMUNIDADES IMIGRANTES ASSENTES NAS AUTORIDADES POLICIAIS .....	38
4.3.1 – CANADÁ: POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DIVERSIDADE CULTURAL .....	39
4.3.2 – REINO UNIDO: ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO INCLUSIVO .....	39
4.3.3 – PAÍSES BAIXOS: MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....	40
4.3.4 – NORUEGA: POLICIAMENTO PREVENTIVO E DIREITOS HUMANOS...40	
4.3.5 – LIÇÕES PARA O CONTEXTO PORTUGUÊS .....	41
CAPÍTULO V.....	43
ESTUDO EMPÍRICO: PERCEÇÕES SOBRE O PAPEL DA PSP.....	43
5.1 - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	43
5.2 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADO .....	45
5.2.1 - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS AGENTES DA PSP.....	45
5.2.2 - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS DOS PALOP .....	63
5.3 - DISCUSSÃO DO RESULTADO .....	79
5.4 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	81
CAPÍTULO VI.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

Gestão de Segurança

<b>6.1 - CONCLUSÕES.....</b>	<b>83</b>
<b>6.2 - RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>84</b>
<b>6.3 - DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....</b>	<b>85</b>
<b>6.4 - DESENVOLVIMENTOS FUTUROS .....</b>	<b>86</b>
<b>7 - BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICES A.....</b>	<b>100</b>
<b>GUIÃO DA ENTREVISTA:.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICES B.....</b>	<b>102</b>
<b>ENTREVISTADO I:.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICES C.....</b>	<b>105</b>
<b>ENTREVISTADO II: .....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICES D.....</b>	<b>108</b>
<b>ENTREVISTADO III:.....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICES E.....</b>	<b>110</b>
<b>ENTREVISTADO IV:.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICES F.....</b>	<b>112</b>
<b>ENTREVISTADO V: .....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICES G .....</b>	<b>115</b>
<b>ENTREVISTADO VI:.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICES H .....</b>	<b>117</b>
<b>ENTREVISTADO VII: .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICES I.....</b>	<b>119</b>

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**  
**Gestão de Segurança**

<b>ENTREVISTADO VIII:</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICES J</b> .....	<b>122</b>
<b>ENTREVISTADO IX:</b> .....	<b>122</b>
<b>APÊNDICES K</b> .....	<b>124</b>
<b>ENTREVISTADO X:</b> .....	<b>124</b>
<b>APÊNDICES L</b> .....	<b>126</b>
<b>ENTREVISTADO XI:</b> .....	<b>126</b>
<b>APÊNDICES M</b> .....	<b>129</b>
<b>ENTREVISTADO XII:</b> .....	<b>129</b>
<b>APÊNDICES N</b> .....	<b>131</b>
<b>ENTREVISTADO XIII:</b> .....	<b>131</b>
<b>APÊNDICES O</b> .....	<b>133</b>
<b>ENTREVISTADO XIV:</b> .....	<b>133</b>
<b>APÊNDICES P</b> .....	<b>135</b>
<b>ENTREVISTADO XV:</b> .....	<b>135</b>

**ÍNDICE DE TABELA**

<b>Tabela 1-</b> Evolução dos reclusos oriundos de CPLP .....	<b>31</b>
<b>Tabela 2</b> Recomendações .....	<b>85</b>

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
CDEP	Curso de Direção e Estratégia Policial
CIT	Centros de Instalação Temporária
CLAIM	Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes
CNAIM	Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes
CNMA	Conselho Nacional para as Migrações e Asilo
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGIF	Departamento de Gestão Integrada de Fronteiras
EPAV	Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima
EPES	Equipas de Programa Escola Segura
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PJ	Polícia Judiciária
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PMIM	Planos Municipais para a Integração de Migrantes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SME	Serviço de Migração e Estrangeiro
SSI	Sistema de Segurança Interna

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

UCFE	Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros
UNEF	Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteira
UOEFSa	Unidade Orgânica de Estrangeiros, Fronteiras e Segurança Aeroportuária
UOSACF	Unidade Orgânica de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço

## **CAPÍTULO I**

### **INTRODUÇÃO**

A crescente diversidade étnico-cultural da sociedade portuguesa tem colocado novos desafios às instituições públicas, especialmente no que diz respeito à integração de comunidades migrantes. Entre estas, os cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — ocupam um lugar de destaque, não apenas pela sua expressiva presença em território nacional, mas também pelos laços históricos, linguísticos e culturais que os unem a Portugal.

Os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em Luanda a 17 de julho de 2021, assinaram o acordo de mobilidade entre os mesmos. Com o objetivo de implementar este acordo de mobilidade, foi criada a Lei n.º 18/2022 de 25 de agosto, que alterou o regime jurídico de entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiros em território nacional.

A alteração mais significativa introduzida na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, consistiu na simplificação dos procedimentos de concessão de autorização de residência para cidadãos oriundos da CPLP. Esta medida legislativa tem contribuído para um aumento expressivo no número de entradas de nacionais desses países em território português.

A integração dos cidadãos provenientes dos PALOP na sociedade portuguesa tem-se revelado um processo complexo, frequentemente marcado por tensões sociais, nomeadamente em interações com as forças de segurança (António, 2024).

A Polícia de Segurança Pública (PSP) assume um papel estratégico na promoção da segurança, da coesão social e da confiança institucional. A sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP, através de estratégias de policiamento de proximidade e ações de acolhimento, pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Este estudo propõe-se analisar o contributo da PSP para o acolhimento e integração dos migrantes dos PALOP, avaliando a eficácia das estratégias implementadas, identificando boas práticas e apontando áreas de melhoria. Através da análise de casos específicos e da comparação

entre diferentes comunidades, pretende-se compreender em que medida a PSP tem conseguido responder aos desafios da interculturalidade e da inclusão social.

## **1.1-CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO**

Nas últimas décadas, Portugal tem-se afirmado como destino de eleição para migrantes oriundos dos PALOP. Estes fluxos migratórios são marcados por uma relação histórica e cultural profunda, que remonta ao período colonial e se prolonga através da língua comum, das redes familiares e das trocas económicas e sociais.

Apesar destes laços, de acordo com o Relatório de Cáritas publicado em Lisboa, 28 de fevereiro de 2020 (Ecclesia), bem como no jornal DW de 13/06/2025, os migrantes dos PALOP enfrentam desafios significativos no processo de integração, incluindo barreiras no acesso ao emprego, à habitação, à educação e aos serviços públicos. A sua inserção plena na sociedade portuguesa depende não apenas de políticas sociais e económicas, mas também da atuação das instituições que garantem a segurança, a ordem pública e a mediação intercultural.

Neste contexto, a PSP desempenha um papel crucial. Como força de segurança de proximidade, a PSP não só assegura a proteção dos cidadãos, como também contribui para a construção de relações de confiança entre as comunidades migrantes e o Estado. A sua atuação junto dos migrantes dos PALOP, pode ser determinante para o sucesso das estratégias de acolhimento e integração, sobretudo em territórios urbanos, com elevada diversidade cultural.

## **1.2 - ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

A presente investigação tem origem no trabalho desenvolvido no âmbito do VI Curso de Direção e Estratégia Policial (VICDEP), subordinado ao tema “*Contributo da Polícia de Segurança Pública para a Integração dos Migrantes: Caso dos Imigrantes São-Tomenses*”. A partir dessa experiência inicial, emergiu o interesse em ampliar o objeto de estudo, estendendo a análise aos cidadãos oriundos dos PALOP.

Optou-se, contudo, por excluir a Guiné Equatorial deste enquadramento, não obstante, a sua recente adesão à CPLP. Tal decisão fundamenta-se no facto deste país não partilhar o mesmo percurso histórico, cultural e linguístico que caracteriza os restantes membros dos PALOP, cuja

ligação a Portugal se consolidou através de um passado colonial comum e de uma convivência mais prolongada com a língua portuguesa como elemento estruturante da identidade nacional.

Assim, a delimitação do estudo aos cinco países tradicionalmente reconhecidos como PALOP — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — permite uma abordagem mais coerente e comparável no que respeita aos desafios e dinâmicas de integração em território português.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de compreender como a PSP tem respondido aos desafios da interculturalidade e da inclusão social, especialmente no que diz respeito aos migrantes dos PALOP. Trata-se de um grupo com forte presença em Portugal, mas cujas experiências de integração variam consoante o contexto local, as políticas públicas e a atuação das forças de segurança.

Ao analisar o contributo da PSP, este estudo pretende identificar as boas práticas e estratégias eficazes de acolhimento, bem como, propor medidas que reforcem a confiança institucional e a coesão social.

### **1.3 – OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

#### **Objetivo Geral:**

Este estudo tem como objetivo geral analisar criticamente o contributo da Polícia de Segurança Pública para o acolhimento e integração dos migrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa em Portugal, avaliando a eficácia das estratégias implementadas e propondo medidas de reforço e inovação, sempre que se revelem pertinentes.

#### **Objetivos Específicos:**

1. Caracterizar o modelo de policiamento de proximidade da PSP e a sua aplicação junto das comunidades migrantes dos PALOP, com enfoque nas práticas de mediação, prevenção e inclusão social.
2. Comparar as estratégias de acolhimento e integração da PSP em diferentes contextos urbanos, identificando variações territoriais, recursos disponíveis e níveis de envolvimento comunitário.

3. Analisar casos representativos de interação entre a PSP e migrantes oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, destacando experiências positivas e situações de tensão ou exclusão.
4. Identificar boas práticas, desafios operacionais e lacunas institucionais nas abordagens da PSP, com vista à formulação de recomendações para o aperfeiçoamento das políticas de segurança inclusiva.

## **1.4 – QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO**

### **Pergunta de Partida**

Em que medida as estratégias da Polícia de Segurança Pública contribuem para o acolhimento e integração dos migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

### **Questões Derivadas**

1. Quais são os principais mecanismos e práticas de policiamento de proximidade aplicados pela PSP junto das comunidades migrantes dos PALOP?
2. São eficazes as abordagens adotadas pela PSP na promoção da inclusão social e segurança junto destas comunidades?
3. Existem diferenças significativas na atuação da PSP em contextos urbanos distintos, no que respeita à integração de migrantes africanos lusófonos?
4. Que perceções têm os migrantes dos PALOP sobre a atuação da PSP e o seu papel na promoção da inclusão social e segurança?
5. Que desafios enfrentam os agentes da PSP na interação com estas comunidades e que boas práticas podem ser replicadas?

## **1.5 – INDICAÇÕES METODOLÓGICAS**

No que concerne aos procedimentos metodológicos, esta investigação adotará a técnica da revisão de literatura como instrumento central para a construção do enquadramento teórico e para a delimitação do estado da arte relativo à temática em análise.

## **Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

### **Gestão de Segurança**

A pesquisa documental será conduzida de forma sistemática e rigorosa, envolvendo a análise crítica e comparativa de artigos científicos, publicações acadêmicas, dissertações, relatórios técnicos e legislação relevante. Esta abordagem permitirá não apenas a clarificação dos conceitos fundamentais, mas também a identificação de lacunas, convergências e divergências no corpus teórico existente, conforme preconizado por Gil (2008) e Lakatos & Marconi (2003), que destacam a importância da revisão bibliográfica como etapa essencial na formulação de problemas e hipóteses de investigação.

A seleção das fontes será orientada por critérios metodológicos bem definidos, nomeadamente a pertinência temática, a atualidade, a credibilidade científica e a relevância empírica. Para tal, serão utilizadas bases de dados académicas reconhecidas internacionalmente — como Scopus, Web of Science, JSTOR e B-On —, assegurando a qualidade e a fiabilidade dos materiais consultados.

A análise dos conteúdos será realizada com base em técnicas de análise documental, tal como descritas por Bardin (2011), que enfatiza a importância da categorização e da inferência na interpretação dos dados textuais. Esta abordagem permitirá uma leitura crítica e sistematizada das fontes, contribuindo para a construção de uma matriz teórica sólida e para a identificação de tendências emergentes no campo de estudo.

Em conformidade com Flick (2009), a revisão de literatura será concebida não apenas como uma etapa preliminar, mas como um processo contínuo e dialógico, que acompanha o desenvolvimento da investigação e permite o refinamento constante das questões de pesquisa. Esta perspectiva assegura uma maior profundidade epistemológica e uma articulação coerente entre teoria e prática investigativa.

No que respeita à recolha de dados, a presente investigação adotará uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios, conforme os pressupostos metodológicos delineados por Creswell (2014) e Minayo (2001). Esta opção metodológica visa compreender em profundidade os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências, práticas e contextos sociais, privilegiando a interpretação dos fenómenos em ambientes naturais.

As técnicas de recolha de dados incidirão, primordialmente, sobre entrevistas individuais e observação direta. As entrevistas serão semiestruturadas e conduzidas em profundidade,

permitindo uma exploração detalhada das perceções, narrativas e construções subjetivas dos interlocutores. Esta técnica, segundo Kvale (1996), favorece a emergência de discursos ricos e contextualizados, essenciais para a compreensão dos fenómenos sociais complexos.

Previamente à aplicação das entrevistas, será realizado um pré-teste in loco do guião, com o intuito de aferir a clareza, pertinência e eficácia das questões formuladas, garantindo a sua adequação ao público-alvo e ao contexto específico da investigação.

A observação direta será conduzida em contextos naturais e socialmente relevantes, permitindo a recolha de dados empíricos sobre comportamentos, práticas e interações dos sujeitos em situação. Esta técnica, tal como defendida por Angrosino (2007), possibilita a triangulação metodológica e o enriquecimento da análise interpretativa, contribuindo para a robustez e a validade interna da investigação.

## **1.6 – ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação está organizada em seis capítulos, que articulam o enquadramento teórico, a análise contextual, a investigação empírica e as considerações finais.

Os Capítulos I e II estabelecem o enquadramento teórico e metodológico da investigação. São apresentados os fundamentos conceptuais sobre migração, integração e acolhimento, bem como as principais abordagens académicas que sustentam a análise. Esta secção contempla ainda as tendências contemporâneas das migrações em Portugal, com destaque para os desafios sociais e culturais associados.

O Capítulo III foca-se na caracterização dos fluxos migratórios oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. São exploradas as especificidades históricas, políticas e demográficas destes movimentos, bem como os perfis dos migrantes e os desafios enfrentados no contexto português, incluindo a evolução da população prisional.

Os Capítulos IV e V incidem sobre o papel da Polícia de Segurança Pública na integração dos migrantes dos PALOP. O Capítulo IV analisa o modelo de policiamento de proximidade e as estratégias adotadas pela PSP, incluindo referências internacionais. O Capítulo V apresenta o estudo empírico, com base num inquérito e entrevistas, visando avaliar as perceções dos migrantes e dos agentes policiais sobre o contributo da PSP para o acolhimento e inclusão social.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

O Capítulo VI é dedicado às considerações finais, onde se apresentam as principais conclusões, recomendações práticas, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações.

## CAPÍTULO II

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A construção de um enquadramento teórico sólido exige não apenas a definição rigorosa dos conceitos fundamentais, mas também a contextualização crítica das suas implicações no campo das migrações contemporâneas. O fenómeno migratório, multifacetado e dinâmico, tem sido objeto de diversas abordagens disciplinares, refletindo a sua complexidade e centralidade nas sociedades modernas.

#### 2.1 – MIGRAÇÃO: CONCEITO E DIMENSÕES

Definir migração é uma tarefa que transcende a simples movimentação geográfica. Jackson (1991) propõe uma abordagem tridimensional, considerando o espaço (travessia de fronteiras administrativas), o tempo (carácter contínuo e delimitado) e a sociabilidade (mudança de estatuto ou de relação com o meio envolvente). Esta perspetiva permite compreender a migração como um processo social estruturado, e não apenas como deslocamento físico.

Dingle & Drake (2024) acrescentam uma dimensão simbólica ao conceito, referindo-se à migração como um movimento “corajoso” de populações em busca de novas oportunidades, frequentemente atravessando longas distâncias e enfrentando desafios significativos.

Baiker & Aida (1997) sublinham que, embora a migração seja um fenómeno ancestral em África, ela tem evoluído em resposta às transformações sociais, económicas, políticas e ecológicas. A migração moderna, nesse contexto, é marcada pela adaptação constante às mudanças estruturais do continente.

Massey & Denton (1993) enfatizam a migração internacional como uma estratégia de mobilidade laboral, associada à busca por melhores condições de vida. Já Castles & Miller (2009) oferecem uma definição abrangente: migração é o movimento de pessoas entre territórios, podendo ser interno ou internacional, temporário ou permanente, e motivado por fatores económicos, sociais, políticos, culturais ou ambientais.

#### **Imigração e emigração: fluxos e implicações**

A imigração, entendida como o processo de entrada e fixação num país distinto do de origem, é objeto de múltiplas interpretações estatísticas, políticas e económicas. Em Portugal, segundo o Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações (Oliveira, 2023), o critério mais utilizado para estimar a população imigrante é a nacionalidade dos residentes. Embora funcional, esta abordagem apresenta limitações analíticas, pois não contempla dimensões como o tempo de residência, a situação documental ou os vínculos culturais e sociais dos migrantes.

Para além da dimensão demográfica, a imigração tem implicações relevantes na esfera económica. Mundra (2005) propõe uma leitura centrada nos efeitos da imigração sobre os fluxos comerciais e a oferta de fatores de produção. Os migrantes, ao transportarem conhecimento sobre os seus países de origem, contribuem para a redução dos custos de transação, facilitam o comércio internacional e influenciam padrões de produção e consumo nos países de acolhimento.

Por sua vez, a emigração refere-se à saída de indivíduos do seu país de origem, podendo assumir carácter temporário ou definitivo. A distinção entre imigração e emigração é fundamental para a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos e das suas múltiplas implicações demográficas, económicas, sociais e culturais, tanto para os países de origem como para os de destino.

### **Integração: processo multidimensional**

A integração dos migrantes é um processo complexo e contínuo, que envolve adaptação recíproca entre os indivíduos recém-chegados e a sociedade de acolhimento. Ferreira (2021) define a integração *stricto sensu* como um processo de aprendizagem mútua, no qual tanto o imigrante quanto o grupo maioritário ajustam comportamentos e valores culturais.

Pires (2018) propõe uma abordagem multidimensional da integração, incluindo:

- **Linguística:** domínio da língua local como ferramenta de comunicação e inclusão;
- **Cultural:** adaptação aos valores e práticas sociais do país de acolhimento;
- **Económica:** inserção no mercado de trabalho e acesso a oportunidades;
- **Social:** construção de redes de apoio e acesso aos serviços públicos;
- **Política:** participação cívica e exercício da cidadania.

Segundo Maria Guerra (Observatório da Emigração), uma integração bem-sucedida promove a coesão social e o desenvolvimento económico, beneficiando tanto os migrantes quanto a sociedade de acolhimento.

**Acolhimento: etapa inicial da integração**

O acolhimento constitui a fase inicial do processo de integração, sendo fundamental para criar um ambiente de segurança e aceitação. Ferreira (2021) descreve o acolhimento como um conjunto de ações que visam receber o migrante com dignidade, oferecendo suporte emocional, social e material. Esta etapa é crucial para facilitar a adaptação cultural e social, funcionando como ponte entre o recém-chegado e a comunidade local.

**2.2 – MULTICULTURALISMO, INTERCULTURALIDADE E  
MODELOS DE CONVIVÊNCIA**

A crescente diversidade cultural nas sociedades contemporâneas exige modelos teóricos e políticos que orientem a convivência entre grupos com origens, valores e práticas distintas. Neste contexto, os conceitos de multiculturalismo, interculturalidade e assimilação emergem como referências centrais, embora representem abordagens distintas quanto à gestão da diversidade.

**Multiculturalismo: Coexistência e Reconhecimento da Diferença**

O multiculturalismo refere-se à presença simultânea de múltiplas culturas num mesmo espaço social, com reconhecimento formal da diversidade. Segundo Kymlicka (2001), trata-se de um modelo que valoriza o direito à diferença, promovendo políticas públicas que respeitam as identidades culturais minoritárias. Este modelo reconhece a pluralidade como elemento enriquecedor da vida coletiva.

Ferreira (2021) complementa esta visão, referindo que o multiculturalismo permite o desenvolvimento autónomo das comunidades imigrantes, que mantêm traços distintivos ao longo das gerações. No entanto, este modelo pode resultar numa convivência paralela, com pouca interação entre os grupos, o que levanta desafios à coesão social.

**Interculturalidade: Diálogo e Enriquecimento Mútuo**

A interculturalidade propõe uma convivência ativa e dialógica entre culturas. Mais do que tolerar a diferença, procura estabelecer pontes, promover o intercâmbio de saberes e fomentar o enriquecimento mútuo.

Segundo Candau (2019), a interculturalidade implica uma pedagogia da escuta, da negociação e da construção coletiva de significados. É um modelo que reconhece os conflitos culturais, mas aposta na sua resolução através do diálogo e da participação.

A União Europeia, a UNESCO e o Banco Mundial têm adotado o conceito de interculturalismo como base para as suas políticas de integração, reconhecendo que a interação entre culturas é essencial para a coesão social (Oliveira, 2023).

### **Assimilação: Uniformização Cultural**

Em contraste com os modelos anteriores, a assimilação é definida por Canclini (2015) como o processo pelo qual os grupos minoritários adotam os padrões culturais da maioria dominante, frequentemente em detrimento das suas próprias tradições. Este modelo pode ser voluntário ou imposto, e levanta questões éticas sobre a preservação da identidade cultural.

Embora a assimilação possa facilitar a integração institucional, ela tende a homogeneizar a diversidade, apagando os traços culturais que enriquecem a sociedade. Por isso, é frequentemente criticada por não reconhecer o valor da diferença.

### **Modelos de Convivência: Entre a Tolerância e a Transformação**

Candau (2019) identifica três conceções fundamentais de multiculturalismo que se aproximam da interculturalidade:

- Multiculturalismo assimilacionista: promove a integração pela adoção dos valores da cultura dominante.
- Multiculturalismo diferencialista: reconhece as diferenças, mas mantém separações rígidas entre os grupos.
- Multiculturalismo interativo: aproxima-se da interculturalidade ao promover diálogo e cooperação entre culturas.

A interculturalidade, neste sentido, representa uma evolução crítica do multiculturalismo, ao superar a lógica da simples coexistência e propor uma convivência transformadora.

## **2.3 – DESAFIOS SOCIAIS E CULTURAIS HODIERNOS DAS MIGRAÇÕES**

As migrações contemporâneas, particularmente as oriundas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, colocam em evidência desafios multidimensionais que exigem respostas coordenadas e integradas por parte das instituições públicas, da sociedade civil e dos próprios migrantes. Estes desafios não se limitam à mobilidade física, mas envolvem processos complexos de integração social, cultural e institucional.

### **Desafios Sociais: Precariedade, Invisibilidade e Vulnerabilidade**

De acordo com Relatório Intercalar da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) em 31 de dezembro de 2024, Portugal registava cerca de 1.546.521 cidadãos estrangeiros.

Quando reportamos ao Relatório de Migrações e Asilo 2023, publicado em setembro de 2024, os cidadãos dos PALOP representam uma das maiores comunidades estrangeiras residentes em Portugal, com destaque para Angola e Cabo Verde, que figuram entre as cinco nacionalidades mais representadas.

Contudo, muitos migrantes enfrentam precariedade laboral, dificuldades no acesso à habitação digna, e barreiras linguísticas e administrativas. Como refere Lima Santos (2006), “urge transformar e melhorar as condições sócio-laborais destes imigrantes – tornando mais céleres e transparentes as suas condições de legalização e de permanência em Portugal”.

Além disso, a falta de redes institucionais de apoio e o desconhecimento dos seus direitos contribuem para a sua invisibilidade social, dificultando o acesso a serviços essenciais e a uma cidadania plena (Fonseca, 2008, p. 42).

O Barómetro da Imigração 2024 revela que 27% dos migrantes vivem em situação de pobreza ou exclusão social, valor superior à média nacional. A perceção pública sobre os migrantes continua marcada por estereótipos, com 51% dos inquiridos a considerar que a imigração ameaça a cultura portuguesa.

### **Desafios Culturais: Identidade, Reconhecimento e Convivência**

A integração cultural dos migrantes dos PALOP implica uma negociação contínua entre os valores culturais de origem e os da sociedade portuguesa. A convivência intercultural pode gerar

tensões, sobretudo quando não existem políticas públicas que promovam o respeito pela diversidade e o reconhecimento das identidades múltiplas.

Eduardo Duque (2012) observa que “a sociedade portuguesa ainda apresenta atitudes contraditórias face à imigração, em particular àquela que provém dos PALOP, persistindo preconceitos que dificultam a inclusão plena”. Esta realidade é visível não apenas no quotidiano social, mas também em ambientes académicos e profissionais.

A construção do sentimento de pertença é frequentemente dificultada por estigmas raciais, discriminação institucional e representações sociais negativas, como demonstrado em estudos sobre estudantes universitários dos PALOP em Portugal (Carvalho et al., 2023).

### **Desafios da Polícia de Segurança Pública**

Neste contexto, a PSP desempenha um papel crucial na mediação intercultural e na promoção da segurança comunitária. O modelo de policiamento de proximidade permite uma atuação mais sensível às especificidades das comunidades migrantes, promovendo o diálogo, a confiança e a prevenção de conflitos.

Além disso, iniciativas como o programa Juntos por Todos, desenvolvido em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações, têm reforçado a capacitação dos agentes da PSP para lidar com a diversidade cultural, promovendo o diálogo intercultural, a não discriminação e o respeito pelos direitos humanos, especialmente em contextos multiculturais vulneráveis.

A formação dos agentes da PSP em competências interculturais e direitos humanos é essencial para garantir uma abordagem humanizada e eficaz. A PSP pode também colaborar com associações de migrantes e instituições locais para identificar necessidades específicas e promover ações de inclusão.

## **2.4 – ATUALIDADES E TENDÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL**

Nas últimas décadas, Portugal tem-se afirmado como um destino migratório cada vez mais relevante no contexto europeu, refletindo transformações profundas na sua estrutura demográfica e nas políticas públicas de acolhimento e integração. A evolução recente dos fluxos migratórios

revela não apenas um crescimento quantitativo da população estrangeira residente, mas também uma diversificação dos perfis, motivações e nacionalidades envolvidas.

Segundo o Relatório Intercalar da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, publicado em julho de 2025, o número de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal ascende a 1.546.521, podendo atingir cerca de 1,6 milhões após a regularização de processos pendentes (AIMA, 2024a). Este aumento representa uma alteração demográfica sem precedentes, tendo o país quase quadruplicado o número de imigrantes em apenas sete anos.

A comunidade brasileira continua a ser, de forma destacada, a maior comunidade estrangeira residente em Portugal. Em 2023, o número de cidadãos brasileiros com autorização de residência atingiu 368.449, representando 35,3% do total de imigrantes no país (AIMA, 2024). Este crescimento tem sido impulsionado por fatores como o Acordo de Mobilidade da CPLP, a afinidade linguística e cultural, e a simplificação dos processos de regularização.

Entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Angola ocupa o segundo lugar geral e o primeiro entre os africanos, com 55.589 residentes, correspondendo a 5,3% da população estrangeira. Segue-se Cabo Verde, com 48.885 cidadãos (4,7%), e Guiné-Bissau, com 32.535 residentes (3,1%). A comunidade de São Tomé e Príncipe também se destaca, com 26.460 cidadãos, representando 2,5% do total de imigrantes em Portugal (Revista Comunidades, 2024).

A única exceção entre os PALOP é Moçambique, que não figura entre as 12 nacionalidades mais representativas, devido ao número relativamente reduzido de residentes. Ainda assim, os moçambicanos beneficiam igualmente do regime de mobilidade CPLP, com 2.139 autorizações de residência concedidas em 2023 (AIMA, 2024).

Este panorama confirma o papel central dos países da CPLP na configuração migratória portuguesa, com destaque para os laços históricos, culturais e linguísticos que facilitam a integração inicial, embora persistam desafios sociais e institucionais que exigem políticas públicas eficazes.

A nível legislativo, o Decreto-Lei n.º 37-A/2024 introduziu alterações significativas ao regime jurídico de entrada e permanência de estrangeiros, extinguindo o mecanismo de manifestação de interesse e exigindo que os pedidos de autorização de residência sejam iniciados nos consulados dos países de origem. Esta medida provocou uma redução de 59% nos fluxos de entrada por essa via, evidenciando uma mudança de paradigma na gestão migratória (AIMA,

2024a). Recentemente, foi criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF), integrada na Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de reforçar a fiscalização da legalidade da permanência e a segurança nas fronteiras, conforme Lei n.º 55-C/2025, de 22 de julho. A UNEF, integrada na Unidade Orgânica de Estrangeiros, Fronteiras e Segurança Aeroportuária (UOEFSA), sucede aos Departamentos de Gestão Integrada de Fronteiras e Segurança Aeroportuária, da então Unidade Orgânica de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço (UOSACF), que, por sua vez, assumiram competências de natureza policial transitadas com a extinção do SEF e a reestruturação do sistema português de controlo de fronteira (Lei n.º 73/2021, de novembro).

No que respeita ao perfil dos migrantes, os dados da Pordata (2023) indicam que 76% dos estrangeiros residentes em Portugal são oriundos de países fora da União Europeia, com predominância de indivíduos com menos de 45 anos e maior representação masculina. A distribuição geográfica revela uma forte concentração nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro, especialmente nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

As motivações para entrada em território nacional também têm evoluído. Até 2015, predominavam os fluxos laborais, mas desde 2016 observa-se um aumento significativo dos pedidos por reagrupamento familiar, estudo e mobilidade CPLP. Em 2023, os principais fundamentos para a concessão de autorização de residência foram o Acordo de Mobilidade CPLP, a atividade profissional, o reagrupamento familiar e os estudos académicos (AIMA, 2024b).

Estas tendências revelam não apenas o crescente papel de Portugal como país de destino migratório, mas também os desafios associados à integração, à gestão administrativa e à coesão social. A aposta governamental num modelo de “direitos e deveres”, com exigência de aprendizagem da língua portuguesa e maior responsabilização dos empregadores, aponta para uma abordagem mais estruturada e exigente no acolhimento de migrantes.

## **2.5 - PROCESSO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES EM PORTUGAL**

O acolhimento e a integração dos migrantes em Portugal têm sido objeto de reconfiguração institucional e política nos últimos anos, com especial atenção às comunidades oriundas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A crescente diversidade da população estrangeira e os

desafios associados à sua inclusão exigiram uma resposta coordenada entre organismos públicos, autarquias, forças de segurança e sociedade civil.

**Reestruturação Institucional: Agência para a Integração, Migrações e Asilo e Conselho Nacional para as Migrações e Asilo (CNMA)**

A criação da AIMA, pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, marcou uma viragem na gestão migratória em Portugal. Esta entidade sucedeu ao extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), assumindo competências no acolhimento, documentação e integração dos migrantes. Entre as suas atribuições destacam-se a regularização documental, a implementação de políticas públicas de integração e o apoio direto aos migrantes através das Lojas AIMA e dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).

Complementarmente, o Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, criado pelo Decreto-Lei n.º 53/2024, funciona como órgão consultivo do Governo, promovendo o diálogo estratégico entre entidades públicas e privadas na definição de políticas migratórias inclusivas.

**Acolhimento Humanista e Integração Funcional**

O novo Plano de Ação para as Migrações, aprovado em maio de 2024, introduziu medidas estruturantes para garantir uma integração mais eficaz e humanista. Entre elas, destacam-se:

- Criação de Centros de Acolhimento Municipal/Intermunicipal de Emergência;
- Reforço do ensino do Português Língua Não Materna;
- Promoção da integração profissional e do reconhecimento de qualificações;
- Implementação de projetos em bairros multiculturais críticos, com coordenação municipal.

Estas medidas visam responder às necessidades específicas de comunidades como as dos PALOP, que enfrentam desafios acrescidos de adaptação linguística, acesso ao mercado de trabalho e reconhecimento cultural.

**O Papel da Polícia de Segurança Pública**

A PSP desempenha um papel estratégico no processo de acolhimento e integração, especialmente após a extinção do SEF. A PSP tornou-se a primeira entidade pública a contactar com os migrantes que chegam ao país por via aérea, assumindo funções de receção, orientação e

encaminhamento. Este contacto inicial é crucial para garantir uma imagem institucional acolhedora e promover a confiança entre os migrantes e o Estado.

Além disso, a PSP participa em programas de formação intercultural, como o Juntos por Todos, e colabora com a AIMA e o CNMA na promoção de ações de sensibilização, prevenção de conflitos e apoio à integração. A sua atuação inclui:

- Garantia da segurança pública em comunidades multiculturais;
- Informação sobre direitos e deveres dos migrantes;
- Apoio em situações de emergências e vulnerabilidades;
- Participação em redes locais de apoio e mediação intercultural.

A presença da PSP em bairros com forte concentração de migrantes dos PALOP, como os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, tem sido essencial para prevenir situações de exclusão e promover a coesão social.

## **2.6 - POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PORTUGUESAS: EVOLUÇÃO E IMPACTO**

A trajetória das políticas migratórias em Portugal reflete as transformações sociais, económicas e geopolíticas que marcaram o país nas últimas décadas. De país predominantemente emissor de emigrantes até meados do século XX, Portugal tornou-se, a partir dos anos 1980, um destino crescente de imigração, exigindo a construção de um quadro legislativo e institucional capaz de gerir a diversidade e promover a integração (Marques, 2015).

### **Evolução Histórica e Legislativa**

A política migratória portuguesa tem oscilado entre momentos de abertura e de controlo mais restritivo, acompanhando os ciclos económicos e as pressões sociais. Destacam-se:

Lei n.º 59/93: primeira grande estrutura legal sobre entrada, permanência e saída de estrangeiros.

Lei n.º 23/2007: introduziu o conceito de imigração legal como instrumento de desenvolvimento, reforçando os direitos dos migrantes.

Lei n.º 102/2017: promoveu a simplificação dos procedimentos administrativos e o reforço da proteção dos migrantes em situação vulnerável.

Decreto-Lei n.º 37-A/2024: extinguiu o mecanismo de manifestação de interesse, exigindo que os pedidos de residência sejam iniciados nos consulados dos países de origem, marcando uma viragem para uma política de controlo regulado e humanista.

Esta evolução legislativa revela uma tentativa de equilibrar segurança, dignidade e integração, embora nem sempre com resultados consistentes. Entre 2017 e 2024, acumularam-se cerca de meio milhão de processos pendentes, evidenciando falhas na capacidade de resposta administrativa e na articulação entre entidades públicas (Ministério da Justiça, 2024).

### **Reconfiguração Institucional**

A reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras ganhou novo impulso com a Lei n.º 73/2021, que determinou a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a redistribuição das suas competências por diferentes entidades. Neste contexto, foram criadas:

- A Unidade Orgânica de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço (UOSACF), integrada na Polícia de Segurança Pública, com funções operacionais em postos de fronteira terrestre e marítima.
- A AIMA, Instituto Público, com competências administrativas em matéria de autorização de residência, regularização documental, apoio ao migrante e asilo.
- Foram ainda transferidas competências para a GNR, PJ e Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), e criada a Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros (UCFE) no seio do Sistema de Segurança Interna (SSI).

Esta reorganização visou reforçar a especialização funcional, melhorar a eficiência dos serviços e garantir uma abordagem mais humanista e centrada nos direitos dos migrantes. No entanto, a complexidade da transição institucional gerou constrangimentos operacionais e dificuldades de coordenação entre entidades<sup>1</sup>.

Em 2025, com a publicação da Lei n.º 55-C/2025, de 22 de julho, foi criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF), integrada na PSP, assumindo competências anteriormente atribuídas ao DGIF, que foi extinta. A UNEF representa uma nova fase na governança migratória portuguesa, combinando funções de fiscalização documental com ações de acolhimento e integração, numa lógica de policiamento inclusivo e proximidade institucional.

---

<sup>1</sup> Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras

Esta reconfiguração aponta para um modelo mais integrado e racionalizado, onde a segurança e os direitos humanos não são tratados como dimensões opostas, mas como pilares complementares de uma política migratória moderna e eficaz. A consolidação deste modelo dependerá, contudo, da formação dos agentes, da articulação interinstitucional e da capacidade de resposta às necessidades reais das comunidades migrantes.

### **Impacto Social e Demográfico**

As políticas migratórias têm tido efeitos profundos na configuração demográfica e social do país:

- Portugal quadruplicou o número de imigrantes em sete anos, atingindo cerca de 1,6 milhões de residentes estrangeiros (AIMA).
- A imigração tem contribuído para o rejuvenescimento populacional, a dinamização económica e a diversificação cultural.
- Segundo Góis e Marques (2018), “as migrações ajudaram a construir o país tal como o conhecemos hoje, sendo impossível pensar Portugal sem abordar a emigração e a imigração em conjunto”.

## **CAPÍTULO III**

### **CONTEXTO DOS PALOP E MIGRAÇÃO EM PORTUGAL**

#### **3.1 – OS PALOP: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS**

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) constituem um grupo geopolítico e culturalmente diverso, unido pela herança colonial portuguesa e pela adoção do português como língua oficial. Apesar das semelhanças históricas e linguísticas, estes países apresentam realidades territoriais, demográficas e migratórias profundamente distintas, moldadas por fatores internos e externos.

A análise das características geográficas e estruturas populacionais dos PALOP permite compreender os desafios e oportunidades que cada país enfrenta no contexto da mobilidade humana. A migração, enquanto fenómeno transversal, assume múltiplas formas nestes territórios: desde a emigração motivada por razões económicas e políticas, até à imigração associada à cooperação internacional, ao turismo e à mobilidade académica.

As políticas migratórias adotadas por cada Estado refletem não apenas os seus recursos institucionais e prioridades nacionais, mas também a influência de organismos internacionais e acordos multilaterais, como os promovidos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A articulação entre governação migratória, desenvolvimento sustentável e direitos humanos é, por isso, um eixo central desta análise.

Este ponto propõe uma abordagem individualizada de cada país, com foco em três dimensões fundamentais:

- A configuração territorial e demográfica.
- Os fluxos migratórios internos e externos.
- E as estratégias políticas de gestão da migração.

Ao explorar estas dimensões, pretende-se oferecer uma leitura crítica e comparativa das dinâmicas migratórias nos PALOP, contribuindo para uma compreensão mais ampla da mobilidade lusófona no espaço africano.

### **3.1.1 - ANGOLA**

#### **a) Caracterização Geográfica e Demográfica**

Angola localiza-se na costa ocidental da África Central, com uma área territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>, sendo o 7.º maior país do continente africano e o 23.º maior do mundo. A sua linha costeira estende-se por cerca de 1.600 km, banhada pelo Oceano Atlântico (DadosMundiais.com, 2024).

A população angolana é estimada em 32 milhões de habitantes em 2025, com uma densidade populacional média de 26 hab/km<sup>2</sup>. A maioria pertence a grupos étnicos bantos, destacando-se os Ovimbundu (37%), Ambundu (25%) e Bakongo (11%), que falam línguas bantu e mantêm práticas culturais distintas (AcademiaLab, 2024).

#### **b) Fluxos Migratórios**

Historicamente, Angola tem sido marcada por fortes movimentos migratórios, tanto internos como externos. Durante a guerra civil (1975–2002), cerca de 5 milhões de angolanos foram deslocados internamente, representando 37% da população à época. Além disso, mais de 870 mil emigrantes angolanos estabeleceram-se no exterior, com destaque para Portugal, que acolheu uma parte significativa da diáspora (Milagres & Santos, 2018).

Após os Acordos de Paz de Luena em 2002, Angola passou a atrair imigrantes estrangeiros, sobretudo de países africanos vizinhos, devido ao crescimento económico acelerado e à estabilidade política emergente. A taxa líquida de migração é relativamente baixa, estimada em 0,2 migrantes por 1.000 habitantes, refletindo uma tendência de equilíbrio entre entrada e saída de pessoas (AcademiaLab, 2024).

#### **c) Políticas Migratórias**

Angola tem vindo a desenvolver estruturas institucionais para a gestão migratória, com destaque para o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Ministério da Ação Social (MINARS). A atuação conjunta com organismos internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem reforçado a capacidade de resposta às questões migratórias (Milagres & Santos, 2018).

Segundo o Perfil de Governança da Migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Angola tem feito progressos na integração da migração nos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, com foco na migração segura, ordenada e regular, especialmente através da Meta 10.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (OIM, 2021).

No plano bilateral, Angola mantém acordos de cooperação com Portugal, especialmente nas áreas de saúde, educação e mobilidade profissional, embora ainda enfrente desafios na implementação de políticas migratórias inclusivas e eficazes<sup>2</sup>.

### **3.1.2 - CABO VERDE**

#### **a) Caracterização Geográfica e Demográfica**

Cabo Verde é um arquipélago vulcânico situado na costa ocidental da África, composto por 10 ilhas principais e diversos ilhéus. A sua área total é de 4.033 km<sup>2</sup>, distribuída entre os grupos de ilhas de Barlavento e Sotavento (Estudo CPLP Ares – Cabo Verde).

A população cabo-verdiana é estimada em 560 mil habitantes em 2025, com uma densidade populacional média de 119 hab/km<sup>2</sup>, concentrando-se sobretudo nas zonas urbanas (74,1%). A ilha de Santiago é a mais populosa, seguida por São Vicente e Santo Antão (Worldometers, 2025).

A estrutura etária é marcadamente jovem, com 28,2% da população entre os 0–14 anos. A esperança média de vida ronda os 71 anos, refletindo avanços significativos nas áreas da saúde e educação (Wikipédia, 2024).

#### **b) Fluxos Migratórios**

Cabo Verde é historicamente um país de emigração, com uma diáspora que ultrapassa meio milhão de pessoas, sobretudo em Portugal, Estados Unidos, França e Países Baixos. Estima-se que mais de metade dos cabo-verdianos vive fora do país, o que torna a migração um elemento central da identidade nacional (Tolentino, 2008).

Entre 1990 e 2000, o saldo migratório passou de -9.900 para -8.900 emigrantes, refletindo uma ligeira diminuição dos fluxos devido às restrições impostas pelos países de acolhimento tradicionais. A emigração cabo-verdiana é motivada por fatores económicos, educacionais e familiares, sendo facilitada por redes migratórias consolidadas (Tolentino, 2008).

#### **c) Políticas Migratórias**

---

<sup>2</sup> Programa Estratégico de Cooperação 2023–2027

Cabo Verde tem adotado uma abordagem estratégica à migração, reconhecendo-a como instrumento de desenvolvimento nacional. O país participa ativamente em iniciativas da CPLP e colabora com organismos internacionais como a OIM e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (OIM, 2021).

Segundo o Perfil de Governança da Migração (MGI), Cabo Verde apresenta níveis elevados de preparação institucional, com políticas que incluem:

- Gestão de fronteiras e fiscalização migratória;
- Critérios transparentes de admissão de migrantes;
- Promoção de elos culturais com a diáspora;
- Integração da migração nos planos de desenvolvimento nacional.

O país também tem investido em programas de retorno voluntário, mobilidade estudantil e cooperação bilateral com Portugal, especialmente nas áreas da saúde, educação e formação profissional (INE Cabo Verde, 2022).

### **3.1.3 - GUINÉ-BISSAU**

#### **a) Caracterização Geográfica e demográfica**

Guiné-Bissau situa-se na costa atlântica da África Ocidental, fazendo fronteira com o Senegal a norte e a Guiné-Conacri a sul e leste. O país possui uma área de 36.125 km<sup>2</sup>, sendo um dos menores do continente africano em extensão territorial (DadosMundiais.com, 2025).

A população estimada em 2025 é de aproximadamente 2.249.515 habitantes, com uma densidade populacional de cerca de 61 hab/km<sup>2</sup>. A maioria da população vive em áreas rurais, embora haja uma crescente urbanização, especialmente na capital Bissau, que concentra cerca de 46% da população urbana (Worldometer, 2025).

A estrutura etnolinguística é diversa, com destaque para o crioulo guineense (kriol), falado por mais de 90% da população, e o português, que é a língua oficial. A esperança média de vida é de 61,7 anos para homens e 66,4 anos para mulheres (DadosMundiais.com, 2025).

#### **b) Fluxos Migratórios**

A Guiné-Bissau apresenta fluxos migratórios marcados por fatores económicos, políticos e sociais. A instabilidade política recorrente e os baixos indicadores de desenvolvimento têm

impulsionado a emigração, sobretudo para Portugal, Senegal e outros países da sub-região (Wikipédia, 2024).

Estima-se que mais de 100 mil guineenses residam em Portugal, muitos dos quais chegaram durante os anos 90 e 2000, em busca de melhores condições de vida. A migração é também motivada por acesso à educação e saúde, áreas ainda frágeis no país (Observatório da Emigração, 2025).

Internamente, há movimentos migratórios sazonais relacionados com a agricultura e pesca, bem como deslocamentos provocados por catástrofes naturais e conflitos locais (Wikipédia, 2024).

### **c) Políticas Migratórias**

A Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos na gestão migratória, devido à fragilidade institucional, à falta de recursos técnicos e à instabilidade política. O país conta com o apoio de organizações internacionais como a OIM, o ACNUR e a CPLP para desenvolver capacidades na área da migração (Wikipédia, 2024).

As políticas migratórias são ainda incipientes, com pouca regulamentação sobre imigração, refúgio e mobilidade laboral. No entanto, há esforços em curso para:

- Reforçar o controlo de fronteiras;
- Promover o registo civil e estatísticas migratórias;
- Estimular o retorno voluntário da diáspora;
- Participar em programas de mobilidade da CPLP.

A cooperação com Portugal tem sido essencial, especialmente nas áreas de formação profissional, saúde pública e educação superior, permitindo a circulação de estudantes e técnicos guineenses (Observatório da Emigração, 2025).

## **3.1.4 - MOÇAMBIQUE**

### **Caracterização Geográfica e Demográfica**

Moçambique localiza-se na costa sudeste da África Austral, fazendo fronteira com seis países: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, África do Sul e Essuatíni. Possui uma área territorial de 801.590 km<sup>2</sup>, sendo o 35.º maior país do mundo em extensão (WorldAtlas, 2025).

A população moçambicana é estimada em cerca de 33 milhões de habitantes em 2025, com uma densidade populacional média de 41 hab/km<sup>2</sup>. A distribuição populacional é desigual, com concentração urbana crescente nas cidades de Maputo, Beira e Nampula, enquanto as zonas rurais mantêm uma dispersão significativa (Worldometer, 2025).

A estrutura etária é jovem: cerca de 45% da população tem menos de 15 anos, e a esperança média de vida é de 62 anos. O português é a língua oficial, mas coexistem diversas línguas nacionais, como o changana, macua e sena (UNICEF Moçambique, 2024).

### **b) Fluxos Migratórios**

Moçambique apresenta dinâmicas migratórias complexas, marcadas por movimentos internos e internacionais. Os principais tipos de migração incluem:

- Migração laboral pendular para a África do Sul, especialmente nas minas e construção civil (OIM Moçambique, 2023);
- Migração interna interprovincial, motivada por fatores económicos e ambientais;
- Deslocamentos forçados devido a conflitos armados, como os ocorridos em Cabo Delgado (ACNUR, 2024);
- Emigração estudantil para Portugal e Brasil, através de bolsas da CPLP.

Segundo o Censo de 2017, os saldos migratórios variam significativamente entre províncias, com destaque para Maputo Cidade e Maputo Província como principais polos de atração (INE Moçambique, 2017).

### **c) Políticas Migratórias**

Moçambique tem vindo a consolidar a sua governação migratória, com apoio da Organização Internacional para as Migrações. A estratégia nacional para 2021–2023 inclui:

- Fortalecimento institucional para gestão de fronteiras e registo civil;
- Promoção da migração segura e ordenada;
- Resposta humanitária a deslocados internos, especialmente em zonas de conflito;
- Integração da migração nos planos de desenvolvimento nacional (OIM Moçambique, 2023).

O país participa em programas da CPLP e mantém acordos bilaterais com Portugal, facilitando a mobilidade académica e profissional. A migração é vista como instrumento de

desenvolvimento, embora persistam desafios relacionados com a proteção de migrantes vulneráveis e a falta de dados sistematizados (Observatório da Emigração, 2025).

### **3.1.5 - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

#### **a) Caracterização Geográfica e Demográfica**

São Tomé e Príncipe é um país insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais — São Tomé e Príncipe — e diversos ilhéus menores. A sua área total é de 1.001 km<sup>2</sup>, sendo o segundo menor país africano em extensão territorial, depois das Seicheles (WorldAtlas, 2025).

A população estimada em 2025 é de 240.254 habitantes, com uma densidade populacional de cerca de 250 hab/km<sup>2</sup>, uma das mais elevadas entre os PALOP. Cerca de 78% da população vive em áreas urbanas, com destaque para a capital São Tomé, que concentra quase um terço dos habitantes (Worldometer, 2025).

A idade mediana é de 19,5 anos, refletindo uma estrutura populacional jovem. O português é a língua oficial, coexistindo com línguas nacionais como o forro, o angolares e o crioulo caboverdeano (UNESCO, 2024).

#### **b) Fluxos Migratórios**

São Tomé e Príncipe apresenta fluxos migratórios moderados, com destaque para:

- Emigração histórica para Angola e Portugal, especialmente após a independência em 1975;
- Mobilidade estudantil para países da CPLP, sobretudo Portugal e Brasil;
- Entrada de estrangeiros por motivos de turismo, cooperação técnica e negócios, com predominância de cidadãos portugueses (Relatório de Fluxo Migratório, 2023).

Segundo o Relatório de Fluxo Migratório de 2023, a maioria dos estrangeiros entra por via aérea, sendo os principais motivos: trabalho, cooperação internacional e turismo. A saída de estrangeiros também é monitorada, com destaque para os meses de pico turístico (Direção de Migração STP, 2023).

#### **c) Políticas Migratórias**

São Tomé e Príncipe tem desenvolvido políticas migratórias em articulação com organismos internacionais, como a OIM, o ACNUR e a CPLP. As principais medidas incluem:

- Controlo de fronteiras e registo de entradas e saídas;
- Promoção da mobilidade académica e profissional;
- Participação em programas de retorno voluntário e reintegração da diáspora;
- Acordos bilaterais com Portugal nas áreas de saúde, educação e formação técnica (OIM STP, 2024).

Apesar dos avanços, o país enfrenta limitações institucionais e técnicas, especialmente na recolha de dados migratórios e na proteção de migrantes em situação vulnerável (ACNUR STP, 2024).

### **3.2 – ACORDO DE MOBILIDADE ENTRE A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

O Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa representa um marco histórico na política migratória lusófona. Assinado em Luanda, a 17 de julho de 2021, e em vigor desde 1 de janeiro de 2022, este instrumento jurídico visa facilitar a circulação de cidadãos entre os países da CPLP, promovendo a cooperação, a integração e o sentimento de pertença à comunidade lusófona (Ministério Público, 2021).

Este acordo estabelece um quadro flexível e variável, permitindo que cada Estado-Membro defina os níveis de adesão e os requisitos aplicáveis à mobilidade, seja para fins de residência, trabalho ou estudo. A sua implementação em Portugal foi formalizada pela Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021 e pelo Decreto do Presidente da República n.º 92/2021, com adaptações legislativas posteriores, como a Portaria n.º 97/2023, que aprovou o modelo de título administrativo de residência para cidadãos da CPLP.

No contexto da mobilidade lusófona, é relevante mencionar a recente tentativa de alteração à Lei n.º 23/2007, que regula o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. O Decreto da Assembleia da República, aprovado em julho de 2025, propunha mudanças significativas, nomeadamente no reagrupamento familiar e na autorização de residência. Contudo, o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 785/2025,

considerou inconstitucionais várias disposições do diploma, nomeadamente os artigos 98.º, 101.º, 105.º e o novo artigo 87.º-B, por violarem princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa. Na sequência deste acórdão, o Presidente da República vetou o diploma, devolvendo-o à Assembleia da República sem promulgação. Este episódio revela os desafios jurídicos e políticos que persistem na harmonização das políticas migratórias nacionais com os objetivos de integração da CPLP.

### **Impacto nos Migrantes dos PALOP**

Para os migrantes oriundos dos PALOP, o Acordo de Mobilidade representa uma oportunidade estratégica de regularização e integração. A simplificação dos processos de autorização de residência, com isenção de taxas e requisitos reduzidos, tem permitido uma maior inclusão social e institucional. Segundo dados da AIMA, mais de 150 mil autorizações de residência CPLP foram emitidas entre março de 2023 e dezembro de 2024, com destaque para cidadãos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (AIMA, 2024).

Contudo, o acordo também levanta desafios operacionais e políticos, especialmente no que diz respeito à harmonização legislativa entre os Estados-Membros. Como observa Godinho (2022), “a mobilidade no espaço da CPLP exige adaptações normativas e institucionais que respeitem as especificidades de cada país, sem comprometer os compromissos internacionais assumidos”.

Em Portugal, o acordo tem sido considerado um pilar estratégico da política de imigração, reforçando os laços históricos e culturais com os países africanos de língua portuguesa e promovendo uma abordagem mais humanista e cooperativa na gestão migratória (Observador, 2024).

## **3.3 – DINÂMICAS DA IMIGRAÇÃO DOS PALOP EM PORTUGAL: PERFIS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS**

A imigração proveniente dos PALOP para Portugal constitui um fenómeno complexo e multifacetado, marcado por laços históricos, culturais e linguísticos. Desde o final das guerras de independência e, sobretudo, após o 25 de Abril de 1974, Portugal passou de país de emigração a país de acolhimento, com os PALOP a ocuparem um papel central nos fluxos migratórios para o território nacional (Duque, 2012).

### **Evolução Histórica e Tendências Migratórias**

A presença dos cidadãos dos PALOP em Portugal tem vindo a crescer de forma significativa desde os anos 1980. Em 1981, contabilizavam-se cerca de 45.222 indivíduos, número que duplicou em duas décadas, atingindo 101.416 em 2001 (Henriques, 2010). Este crescimento está associado não apenas à procura de melhores condições de vida, mas também a acordos bilaterais, nomeadamente na área da saúde, educação e cooperação técnica.

Durante os anos 1999–2006, observou-se uma intensificação da imigração regular dos PALOP, coincidindo com os fluxos migratórios do Brasil e do Leste Europeu (Santos & Faria, 2006). Lisboa e o Vale do Tejo continuam a ser os principais destinos, refletindo padrões de concentração urbana e periférica (Machado, 1999).

### **Perfis Sociodemográficos e Condições de Vida**

Os imigrantes dos PALOP apresentam uma diversidade de perfis sociodemográficos, embora predominem indivíduos em idade ativa, com baixos níveis de escolaridade formal e inseridos em setores laborais pouco qualificados. Muitos enfrentam situações de precariedade habitacional, vivendo em zonas urbanas degradadas ou em alojamentos improvisados (Carlos et al., 1991).

A inserção laboral é frequentemente marcada por vínculos frágeis, baixos salários e ausência de proteção social, o que contribui para a vulnerabilidade destas comunidades. A legalização e regularização da permanência em Portugal continuam a ser processos morosos e burocráticos, dificultando a integração plena (Santos & Faria, 2006).

### **A PSP na Integração dos Imigrantes dos PALOP**

Embora a missão principal da Polícia de Segurança Pública seja garantir a ordem e segurança pública, a instituição tem vindo a desenvolver um papel relevante na promoção da integração dos imigrantes, especialmente das comunidades oriundas dos PALOP. Através de estratégias de policiamento de proximidade, a PSP procura fomentar a confiança, o diálogo intercultural e a coesão social (António, 2024).

Entre as iniciativas destacam-se:

- Ações de sensibilização comunitária em bairros com forte presença de imigrantes, esclarecendo direitos, deveres e canais de apoio;

- Parcerias com associações locais e ONG, como a Associação Solidariedade Imigrante, que facilitam o acesso à documentação e serviços públicos;
- Formação intercultural dos agentes, com vista à redução de preconceitos e melhoria da comunicação com populações migrantes;
- Presença ativa em escolas e centros comunitários, promovendo a prevenção da criminalidade e o respeito mútuo.

Segundo António (2024), os auditores da PSP reconhecem que a aproximação às comunidades imigrantes tem contribuído para reduzir tensões sociais, prevenir conflitos e promover uma imagem mais humanizada da polícia. No entanto, persistem desafios como a falta de recursos humanos especializados, barreiras linguísticas e a necessidade de maior articulação com outras entidades públicas.

A criação do Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, através do Decreto-Lei n.º 53/2024, representa um avanço institucional que poderá reforçar o papel da PSP na integração dos imigrantes, ao permitir uma atuação mais coordenada e orientada por políticas públicas inclusivas.

### **Desafios de Integração e Inclusão**

Apesar da afinidade linguística e cultural, os imigrantes dos PALOP enfrentam desafios significativos na sua integração em Portugal. A discriminação racial, o desconhecimento dos seus direitos e o acesso limitado a serviços públicos são obstáculos persistentes. No contexto académico, por exemplo, os estudantes universitários dos PALOP relatam dificuldades de adaptação e perceções de exclusão (Duque, 2012).

A inclusão social destas comunidades exige políticas públicas eficazes, que promovam a igualdade de oportunidades, o combate ao racismo e à xenofobia e o reconhecimento da diversidade como valor. A responsabilização dos empregadores, o reforço das redes de apoio comunitário e o envolvimento das forças de segurança, como a PSP, são medidas essenciais para garantir uma convivência justa e respeitosa.

## **3.4 – POPULAÇÃO PRISIONAL DOS PALOP EM PORTUGAL: EVOLUÇÃO E IMPLICAÇÕES (2022–2024)**

A análise da população prisional estrangeira em Portugal constitui um indicador relevante para compreender os desafios de integração e vulnerabilidade social das comunidades imigrantes.

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

Entre os grupos mais representativos encontram-se os cidadãos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cuja presença nas estatísticas prisionais tem revelado tendências preocupantes.

Pretendemos aqui, apresentar a evolução da população reclusa dos PALOP entre 2022 e 2024, com base nos dados oficiais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI).

#### **Evolução da População Prisional Estrangeira**

No início de 2022, Portugal registava um total de 11.588 reclusos, dos quais 1.661 eram estrangeiros, representando 14,3% da população prisional. Em 2023, esse número aumentou para 1.900 estrangeiros num total de 12.383 reclusos, elevando a proporção para 15,3%. Já em 2024, apesar de uma ligeira redução no número total de reclusos (12.193), o número de estrangeiros subiu para 2.036, correspondendo a 16,7% do total (DGRSP, 2024).

#### **Reclusos dos PALOP: Dados Comparativos**

Entre os estrangeiros reclusos, os cidadãos africanos constituem o grupo mais expressivo, com destaque para os PALOP. A tabela seguinte apresenta a evolução dos reclusos oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe no período compreendido entre 2022 e 2024:

**Tabela 1-** Evolução dos reclusos oriundos de CPLP

<b>Nacionalidade</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Variação (%) 2022 -2024</b>
Angola	215	228	241	+12.1%
Cabo Verde	312	327	339	+8.7%
Guiné-Bissau	147	159	172	+17.0%
Moçambique	56	61	64	+14.3%
São Tomé e Príncipe	31	36	44	+41.9%
Total PALOP	761	811	860	+13.0%

Fonte: Dados compilados a partir de DGRSP (2022, 2023, 2024)

Estes números revelam uma tendência de crescimento da população prisional dos PALOP, com destaque para São Tomé e Príncipe, que registou um aumento de 41,9% em dois anos, apesar de representar uma comunidade numericamente mais pequena. Angola e Cabo Verde mantêm os maiores contingentes, refletindo também a sua maior presença demográfica em Portugal.

### **Implicações Sociais e Políticas**

A evolução da população prisional dos PALOP em Portugal levanta questões relevantes sobre os processos de integração, os fatores de risco associados à exclusão social e a eficácia das políticas públicas de prevenção criminal. A presença desproporcional de determinadas comunidades pode estar associada a múltiplos fatores, como:

- Precariedade socioeconómica e habitacional;
- Barreiras linguísticas e culturais;
- Discriminação institucional e racial;
- Falta de acesso a redes de apoio e serviços públicos.

Estudos como o de António (2024) sobre a comunidade são-tomense apontam para a necessidade de reforçar o papel das forças de segurança, nomeadamente da Polícia de Segurança Pública, na promoção de uma abordagem preventiva e humanista, que privilegie o diálogo, a mediação intercultural e a reinserção social.

A análise da população prisional dos PALOP em Portugal entre 2022 e 2024 evidencia uma tendência de crescimento que não pode ser dissociada dos desafios estruturais enfrentados por estas comunidades. A integração plena dos imigrantes exige uma articulação eficaz entre políticas migratórias, sociais e de segurança, com especial atenção às especificidades culturais e históricas dos PALOP. A atuação da PSP, enquanto agente de proximidade, pode desempenhar um papel estratégico na prevenção da criminalidade e na promoção da coesão social.

## **CAPÍTULO IV**

### **A ATUAÇÃO DA PSP NA INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES**

#### **4.1 POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP**

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) da PSP constitui uma resposta estratégica às exigências contemporâneas de segurança pública, centrando-se na prevenção da criminalidade, na promoção da coesão social e na construção de confiança entre polícia e comunidade. Este modelo rompe com a lógica tradicional de policiamento reativo, propondo uma atuação proativa, colaborativa e territorialmente adaptada (Lopes, 2013).

Segundo Lisboa e Teixeira (2015), o policiamento de proximidade é uma “forma de policiamento que privilegia o contacto direto com os cidadãos, a resolução de problemas locais e a promoção de uma cultura de segurança partilhada”. A PSP operacionaliza este modelo através de equipas especializadas, como as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES), que atuam em áreas residenciais, escolares e comerciais, com especial atenção a grupos vulneráveis, incluindo migrantes dos PALOP.

O MIPP tem como pilares:

- Empowerment dos agentes de proximidade, com autonomia para identificar e resolver problemas locais;
- Articulação com entidades locais, como juntas de freguesia, escolas e associações de imigrantes;
- Formação contínua, em áreas como mediação intercultural, direitos humanos e gestão de conflitos.

A eficácia do policiamento de proximidade tem sido objeto de estudos sociológicos. Durão (2020) destaca que este modelo contribui para “reduzir o sentimento de insegurança, reforçar a confiança entre moradores e promover a inclusão social em bairros marcados pela diversidade étnica”. No entanto, também aponta desafios como a ambiguidade das funções dos agentes, a falta de recursos humanos e a necessidade de maior reconhecimento institucional.

Um exemplo recente da aplicação prática do policiamento de proximidade foi a ação da PSP na Baixa de Coimbra, onde agentes interagiram com residentes e turistas, incluindo figuras

públicas como Mick Jagger, num gesto simbólico de presença comunitária e humanização da autoridade policial.

No contexto dos migrantes dos PALOP, o policiamento de proximidade assume um papel crucial na mediação cultural, na prevenção da discriminação e na promoção do acesso à informação sobre direitos e deveres. Como refere António (2024), “a presença da PSP em contextos multiculturais pode ser um fator de inclusão, desde que acompanhada de formação adequada e de uma postura empática e colaborativa”.

Lisboa e Teixeira (2015) sublinham que a perceção da população sobre a PSP melhora significativamente quando os agentes são vistos como parceiros na resolução de problemas, e não apenas como figuras de autoridade. Esta mudança de paradigma é essencial para a integração dos migrantes, que muitas vezes enfrentam barreiras linguísticas, culturais e institucionais

## **4.2 – CONTRIBUTO ATUAL DA PSP PARA O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES, EM ESPECIAL DOS PALOP**

A Polícia de Segurança Pública, enquanto força de segurança de natureza civil, tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na promoção da integração dos imigrantes, com especial atenção às comunidades oriundas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Este contributo decorre não apenas da sua missão constitucional de garantir a ordem pública, mas também da sua atuação como agente de proximidade, mediação e inclusão social.

Segundo o Plano Estratégico da PSP (2022–2026), uma das prioridades da instituição é “reforçar a confiança entre a polícia e os cidadãos, promovendo uma cultura de segurança inclusiva e participativa” (PSP, 2022). Esta orientação tem sido operacionalizada através de programas específicos, formações interculturais e parcerias com entidades públicas e organizações da sociedade civil.

### **4.2.1 – PROGRAMA “JUNTOS POR TODOS”**

O programa “Juntos Por Todos” é uma iniciativa da PSP, desenvolvida desde 2016 em parceria com o ACM. Trata-se de um projeto de intervenção comunitária que visa reforçar a coesão social em contextos marcados pela diversidade cultural, promovendo uma atuação policial mais próxima, inclusiva e orientada para os direitos humanos (PSP.pt).

Este programa consiste na realização de ações de formação e sensibilização dirigidas tanto a agentes da PSP como a membros de comunidades migrantes, com o objetivo de:

- Prevenir conflitos em comunidades multiculturais através da promoção da confiança mútua;
- Combater estereótipos e práticas discriminatórias, fomentando o respeito pela diferença;
- Melhorar a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos migrantes, através da capacitação intercultural dos profissionais da PSP;
- Estimular o diálogo entre instituições e comunidades, criando espaços de escuta e participação ativa.

Através de uma abordagem pedagógica e participativa, o programa procura transformar a relação entre a polícia e os cidadãos migrantes, promovendo uma cultura de proximidade e cidadania.

Entre 2016 e 2022, o impacto do programa traduziu-se em números expressivos:

- 138 ações de formação dirigidas a agentes da PSP, envolvendo 2.663 formandos, com foco em competências interculturais, comunicação inclusiva e direitos humanos;
- 7.501 ações grupais de sensibilização, realizadas em escolas, associações e espaços comunitários, que alcançaram 151.540 participantes, abordando temas como cidadania, convivência, prevenção da discriminação e integração social.

Estes dados revelam o alcance e a consistência do programa “Juntos Por Todos” como instrumento de transformação institucional e social, reforçando o papel da PSP como agente de inclusão e promotor da paz em contextos multiculturais.

#### **4.2.2 – MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE**

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade é a principal estratégia da PSP para promover uma atuação policial centrada na comunidade, com foco na prevenção, na inclusão social e na proteção dos grupos mais vulneráveis. Este modelo representa uma mudança de paradigma

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

na forma como a PSP se relaciona com os cidadãos, privilegiando a proximidade, o diálogo e a resolução colaborativa de problemas.

O MIPP integra e articula diversos programas e equipas operacionais, destacando-se:

As Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima, que atuam em zonas residenciais, especialmente em áreas com população envelhecida ou em situação de vulnerabilidade, promovendo:

- Prevenção da violência doméstica;
- Apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação;
- Identificação de menores em risco e mediação de conflitos;
- Vigilância em áreas comerciais e residenciais com desafios sociais.

As Equipas do Programa Escola Segura, que intervêm em contextos escolares, com especial atenção a comunidades multiculturais, promovendo:

- Prevenção da delinquência juvenil;
- Segurança nas áreas escolares;
- Identificação de fatores de risco e promoção da cidadania.

Estes agentes de proximidade recebem formação específica e atuam com autonomia e responsabilidade, em articulação com juntas de freguesia, escolas, tribunais e entidades sociais locais.

Os resultados entre 2018 e 2020 foram:

- Realizadas 88.185 ações grupais, com foco na sensibilização, prevenção e apoio comunitário;
- Mais de 39 mil ações no âmbito do Programa Escola Segura, envolvendo alunos, professores e famílias;
- Quase 25 mil ações dedicadas à violência doméstica, com enfoque na prevenção e apoio às vítimas.

O MIPP tem-se afirmado como um instrumento essencial para reforçar a confiança entre a PSP e as comunidades, promovendo uma cultura de segurança baseada na inclusão, na escuta ativa e na corresponsabilização<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> MIPP-Polícia de Segurança Pública

### **4.2.3 – FORMAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE**

A formação dos agentes da PSP tem sido reforçada com conteúdos sobre:

- História e cultura dos grupos migrantes;
- Estereótipos, discriminação e diálogo intercultural;
- Direitos humanos e legislação migratória.

A Assembleia da República recomendou, em 2024, campanhas de recrutamento específicas para afrodescendentes e migrantes, com vista a aumentar a representatividade nas forças de segurança e combater o racismo institucional<sup>4</sup>.

### **4.2.4 – COOPERAÇÃO COM PAÍSES AFRICANOS**

A PSP participa em ações de cooperação técnico-policial com os PALOP, como:

- Formação de oficiais superiores em São Tomé e Príncipe;
- Cursos de segurança pessoal em Cabo Verde;
- Treinos em policiamento e ordem pública em Angola;
- Planeamento operacional na Guiné-Bissau<sup>5</sup>.

Estas ações reforçam a capacidade institucional dos países parceiros e promovem uma cultura de segurança partilhada, com impacto direto na integração dos seus cidadãos em Portugal.

### **4.2.5 – INTERVENÇÃO EM CENTROS DE INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA**

A PSP é responsável pela gestão dos Centros de Instalação Temporária (CIT) e Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária (EECIT), onde são instalados migrantes em situação irregular ou em processo de proteção internacional. A atuação da PSP nestes espaços visa garantir:

- Condições dignas de alojamento;
- Proteção de menores e famílias;
- Acompanhamento humanizado nos processos de retorno voluntário ou coercivo.

---

<sup>4</sup> Resolução n.º 76/2024, de 7 de outubro. Diário da República n.º 194/2024, Série I.

<sup>5</sup> Forças de Segurança em Ação de Cooperação

### **4.3 – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ACOLHIMENTO DE COMUNIDADES IMIGRANTES ASSENTES NAS AUTORIDADES POLICIAIS**

A integração de comunidades imigrantes tem sido uma preocupação crescente em diversas democracias contemporâneas, especialmente em contextos urbanos marcados pela diversidade étnica e cultural. As forças policiais, enquanto instituições de proximidade e autoridade, desempenham um papel central na promoção da coesão social, na prevenção da discriminação e na construção de relações de confiança com os migrantes.

Procuramos neste ponto analisar experiências internacionais relevantes, com destaque para os modelos implementados em países como Canadá, Reino Unido, Países Baixos e Noruega, que têm, de algum modo, servido de referência para práticas de policiamento inclusivo.

Estes países, confrontados com dificuldades persistentes na integração de comunidades migrantes e minorias étnicas, têm vindo a implementar reformas institucionais orientadas para práticas consolidadas de policiamento inclusivo. Estas reformas privilegiam a transparência, a formação contínua em direitos humanos, o policiamento de proximidade e a responsabilização das forças de segurança, sustentando-se em políticas públicas que reconhecem a diversidade como um eixo estruturante da segurança democrática.

No Canadá, por exemplo, a diversidade é reconhecida como uma realidade estrutural, enquanto a inclusão é encarada como uma escolha institucional que exige liderança transformadora e mudança cultural profunda (Canadian Association of Chiefs of Police, 2018). O Reino Unido, por sua vez, tem investido em estratégias de mudança cultural no seio das forças policiais, com o objetivo de reconstruir a confiança pública e eliminar práticas discriminatórias, como evidenciado na estratégia nacional de inclusão 2025–2030 (College of Policing, 2025).

Nos Países Baixos e na Noruega, o policiamento inclusivo está fortemente associado à educação policial superior e à promoção de valores democráticos. A Noruega, em particular, destaca-se pela integração da formação em direitos humanos no currículo da Police University College, promovendo uma abordagem preventiva e ética da segurança pública (Gundhus & Larsson, 2007; Politihøgskolen, 2004).

### **4.3.1 – CANADÁ: POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DIVERSIDADE CULTURAL**

O modelo canadiano é amplamente reconhecido pela sua abordagem multicultural e participativa. A Royal Canadian Mounted Police (RCMP) e as polícias municipais adotam estratégias de *Community Policing*, que incluem:

- Recrutamento ativo de agentes de minorias étnicas;
- Formação em competências interculturais e resolução de conflitos;
- Criação de conselhos consultivos com representantes das comunidades migrantes.

Segundo Chan (1997), o policiamento comunitário no Canadá “procura construir pontes entre a polícia e os grupos minoritários, promovendo uma cultura de respeito mútuo e inclusão”. A cidade de Toronto, por exemplo, implementou o programa Neighbourhood Policing, que atribui agentes fixos a zonas com elevada presença de imigrantes, promovendo o contacto direto e a resolução informal de problemas.

Tal como o Canadá, o Reino Unido tem procurado transformar a cultura policial através de estratégias inclusivas e participativas.

### **4.3.2 – REINO UNIDO: ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO INCLUSIVO**

No Reino Unido, a Metropolitan Police de Londres tem desenvolvido políticas de policiamento sensível à diversidade, com foco na prevenção da discriminação racial e na promoção da confiança junto das comunidades afrodescendentes e migrantes. Destacam-se:

- O programa Race and Diversity Learning and Development Programme, que forma agentes em competências interculturais;
- A criação de Independent Advisory Groups (IAGs), compostos por membros da comunidade que aconselham a polícia em casos sensíveis;
- A presença de Community Liaison Officers, que atuam como mediadores entre a polícia e os migrantes.

De acordo com Bowling e Phillips (2002), estas práticas “visam mitigar o histórico de tensões entre a polícia e as comunidades negras e asiáticas, promovendo uma cultura de policiamento mais democrática e responsiva”.

### **4.3.3 – PAÍSES BAIXOS: MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

Nos Países Baixos, o modelo de policiamento orientado para a resolução de problemas tem sido aplicado em cidades como Roterdão e Amesterdão, com forte presença de migrantes africanos e árabes. A polícia neerlandesa promove:

- A contratação de agentes bilíngues e com origem migrante;
- A realização de cafés comunitários e fóruns de diálogo entre polícia e residentes;
- A criação de unidades de mediação intercultural, que intervêm em situações de conflito cultural ou religioso.

Segundo Broekhuizen (2011), “a presença de agentes com competências interculturais tem sido determinante para reduzir o sentimento de exclusão e aumentar a cooperação entre migrantes e autoridades”.

### **4.3.4 – NORUEGA: POLÍCIAMENTO PREVENTIVO E DIREITOS HUMANOS**

A polícia norueguesa tem adotado uma abordagem centrada nos direitos humanos e na prevenção da radicalização, especialmente em bairros com elevada presença de refugiados e migrantes. O modelo inclui:

- Formação obrigatória em ética, direitos humanos e diversidade;
- Parcerias com escolas, centros de acolhimento e ONG;
- Monitorização de discursos de ódio e crimes motivados por preconceito.

Como refere Bjørgo (2015), “a polícia norueguesa procura atuar como facilitadora da integração, promovendo o diálogo e combatendo a marginalização social”.

Importa sublinhar que o sucesso destas abordagens não reside apenas na sua dimensão técnica, mas sobretudo no compromisso político e ético com a inclusão.

A criação de mecanismos de diálogo com as comunidades, a monitorização independente da atuação policial e a promoção da representatividade dentro das corporações são elementos centrais que contribuirão para a reconstrução da confiança entre cidadãos e instituições. Estes fatores são reconhecidos como pilares da justiça procedimental, capazes de promover respeito, empatia e cooperação entre agentes e residentes. Como demonstrado por Perez, Nguyen e Vogel (2021), diálogos comunitários estruturados têm um impacto positivo na perceção pública da polícia. Tyler (2006) reforça esta perspetiva ao afirmar que a legitimidade policial depende mais da qualidade do tratamento percebido do que dos resultados concretos das intervenções.

### **4.3.5 – LIÇÕES PARA O CONTEXTO PORTUGUÊS**

No contexto português, estas experiências internacionais devem ser encaradas como referenciais estratégicos, e não como modelos replicáveis. A realidade sociocultural portuguesa, marcada por especificidades históricas como o legado colonial e a relação com os países de língua oficial portuguesa, exige uma abordagem contextualizada e crítica. Assim, mais do que importar soluções, trata-se de internalizar princípios orientadores — como a escuta ativa, a proximidade territorial e a valorização da diversidade — e traduzi-los em práticas ajustadas às dinâmicas locais.

Esta leitura comparada permite, portanto, informar e enriquecer o debate nacional sobre policiamento inclusivo, oferecendo pistas concretas para a construção de uma segurança pública mais justa, eficaz e representativa.

Enquanto países como o Reino Unido e os Países Baixos institucionalizaram conselhos consultivos e grupos de mediação comunitária, em Portugal essas práticas ainda carecem de maior sistematização e apoio político.

As experiências internacionais demonstram que o acolhimento de comunidades imigrantes pelas forças policiais exige:

- Formação contínua e especializada dos agentes;
- Recrutamento inclusivo e representativo;
- Criação de canais de comunicação e participação comunitária;
- Monitorização de práticas discriminatórias e promoção da transparência institucional.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Embora a PSP tenha dado passos significativos nesse sentido, como o policiamento de proximidade e a cooperação com o ACM, a comparação internacional revela potenciais áreas de melhoria, como o reforço da representatividade étnica, a institucionalização de conselhos consultivos e a ampliação da formação intercultural.

## **CAPÍTULO V**

### **ESTUDO EMPÍRICO: PERCEÇÕES SOBRE O PAPEL DA PSP**

Após o enquadramento teórico e contextual apresentado nos capítulos anteriores, este capítulo dedica-se à análise empírica do papel da PSP na integração dos migrantes oriundos dos PALOP em Portugal. A investigação parte da premissa de que a atuação policial, especialmente em contextos urbanos marcados pela diversidade cultural, pode influenciar significativamente os processos de acolhimento, inclusão e convivência social.

Com base nos conceitos de policiamento de proximidade, multiculturalismo e integração migrante explorados nos capítulos II, III e IV, este estudo procura compreender como os agentes da PSP percecionam a sua missão junto das comunidades dos PALOP, bem como recolher a visão das próprias associações comunitárias sobre a eficácia, os desafios e as oportunidades da atuação policial.

Foram conduzidos dois inquéritos semiestruturados: um dirigido a dez elementos do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa; outro a cinco representantes de associações comunitárias dos PALOP com atuação relevante no apoio a migrantes. Esta abordagem metodológica permitiu recolher dados densos e situados, que serão analisados à luz do enquadramento teórico previamente estabelecido, com o objetivo de identificar pontos de convergência, tensões e propostas de melhoria.

Através desta análise, pretende-se contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel da PSP na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

#### **5.1 - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

O presente estudo empírico insere-se numa abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender as perceções sobre o papel da PSP na integração dos migrantes oriundos dos PALOP. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de captar significados, interpretações e experiências subjetivas dos participantes, elementos que dificilmente seriam apreendidos por métodos quantitativos (Creswell, 2014).

A investigação recorreu à técnica do inquérito por entrevista semiestruturada, aplicada a dois grupos distintos: dez elementos do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa e cinco representantes de associações comunitárias dos PALOP. Este método revelou-se eficaz para captar narrativas espontâneas e explorar temas emergentes durante a interação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

A amostragem foi intencional e não probabilística, orientada pela lógica da relevância dos participantes para os objetivos do estudo. Como defendem Patton (2002) e Bardin (2011), em estudos qualitativos, o critério de seleção deve privilegiar a capacidade dos sujeitos em fornecer informações significativas sobre o fenómeno em análise, mais do que a representatividade estatística.

A escolha dos elementos policiais visou captar a perspetiva institucional e operacional da PSP, especialmente no contexto urbano de Lisboa, onde se verifica uma maior concentração de comunidades migrantes. Já os representantes das associações dos PALOP foram selecionados pela sua atuação direta junto das comunidades, permitindo aceder a narrativas que refletem experiências vividas, perceções de discriminação, estratégias de integração e relações com as forças de segurança.

A técnica de entrevista semiestruturada revelou-se adequada para este tipo de investigação, pois combina a sistematização de tópicos com a flexibilidade necessária para aprofundar questões relevantes emergentes. Esta abordagem favorece a construção de um discurso mais espontâneo e autêntico, permitindo ao investigador captar nuances e contradições que enriquecem a análise (Minayo, 2012).

Os dados recolhidos foram posteriormente tratados através de análise de conteúdo temática, com codificação orientada pelas categorias definidas no enquadramento teórico, nomeadamente: policiamento de proximidade, perceção de segurança, práticas discriminatórias e integração social. Esta técnica, segundo Bardin (2011), permite transformar dados brutos em unidades significativas, facilitando a interpretação e a construção de inferências.

A triangulação entre os dois grupos de participantes, agentes da PSP e representantes comunitários, constitui uma estratégia metodológica que visa aumentar a validade interna do estudo, ao permitir o confronto de diferentes pontos de vista sobre o mesmo fenómeno (Denzin,

2011). Esta abordagem contribui para uma compreensão mais holística e crítica da realidade investigada.

## **5.2 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADO**

Antes de avançarmos para a análise detalhada dos dados recolhidos, importa esclarecer que esta secção está organizada em dois momentos distintos, correspondentes aos dois grupos de entrevistados. Primeiramente, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas a agentes da Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de compreender as perceções institucionais sobre o acolhimento e integração dos migrantes oriundos dos PALOP. Em seguida, será abordada a análise das entrevistas aos líderes comunitários dos PALOP, cuja experiência direta com as comunidades migrantes permite uma leitura crítica e situada das práticas policiais.

### **5.2.1 - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS AGENTES DA PSP**

A primeira questão colocada aos nossos entrevistados foi a seguinte: “Papel da PSP: Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?”

A análise das respostas permitiu identificar três grandes categorias temáticas que refletem diferentes visões sobre o papel da instituição no acolhimento e integração dos migrantes dos PALOP:

#### **1. Papel Ativo e Inclusivo da PSP**

Cinco dos dez entrevistados defenderam que a PSP deve assumir um papel ativo na integração dos migrantes, indo além da sua função tradicional de segurança. As respostas destacam a importância da proximidade, empatia e coesão social, sugerindo que a PSP deve ser vista como uma ponte entre culturas e promotora de ambientes seguros e inclusivos.

“A PSP deve assumir-se como uma ponte entre culturas, não apenas como força de segurança.” “Deve ser promotora de confiança, proximidade e respeito mútuo.”

Estas declarações estão alinhadas com os princípios do policiamento comunitário e com os modelos de segurança inclusiva, que valorizam a construção de relações de confiança entre forças de segurança e comunidades vulneráveis (Zanetic, 2015; Dias & Azevedo, 2018).

## 2. Papel Complementar e Institucional

Três participantes adotaram uma perspectiva mais institucional e restritiva, considerando que o papel da PSP no acolhimento deve ser complementar ao de outras entidades, como o Alto Comissariado para as Migrações, a Segurança Social ou as autarquias. Para estes agentes, a PSP deve garantir a segurança, mas não liderar o processo de integração.

“A PSP atua de forma complementar, dando uma resposta de segunda linha.” “Essa preocupação nunca deve ser, em primeira linha, da PSP.”

Esta visão reflete uma leitura mais tradicional da missão policial, centrada na ordem pública e na neutralidade institucional, e revela uma possível tensão entre o papel securitário e o papel social da PSP.

## 3. Papel Legal e Imparcial

Dois entrevistados sublinharam que o papel da PSP deve manter-se dentro dos limites legais e constitucionais, garantindo a imparcialidade, igualdade e legalidade no tratamento de todos os cidadãos, independentemente da sua origem.

“A Polícia atua na estrita observância dos deveres da imparcialidade, da igualdade e da legalidade.” “O papel da Polícia deve cingir-se ao garante da segurança de todos os cidadãos.”

Esta abordagem reforça a ideia de que a universalidade da ação policial é um princípio estruturante, mas também levanta questões sobre a capacidade da PSP em adaptar-se às especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP.

- Interpretação Crítica

A diversidade de respostas evidencia que, dentro da própria PSP, coexistem visões distintas sobre o papel da instituição na integração dos migrantes. Enquanto alguns agentes defendem uma atuação mais humanista e comunitária, outros mantêm uma postura institucional e legalista, centrada na segurança pública.

Esta heterogeneidade pode refletir diferentes níveis de formação intercultural, experiências profissionais e contextos de atuação, e aponta para a necessidade de clarificar institucionalmente o papel da PSP na promoção da inclusão social, especialmente em relação às comunidades dos PALOP.

A segunda questão colocada foi “Estratégias Atuais: Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?”

A análise das respostas dos elementos da PSP revela quatro categorias principais de posicionamento sobre as estratégias atualmente implementadas pela instituição no contexto da integração dos migrantes dos PALOP:

1. Reconhecimento de Estratégias Institucionais e Colaborativas

Três participantes referiram que a PSP tem desenvolvido iniciativas orientadas para a proteção e segurança das comunidades imigrantes, ainda que inseridas numa estratégia mais ampla definida pelo Estado. Destacaram a articulação com entidades públicas e privadas, e o alinhamento com princípios democráticos como inclusão, respeito e dignidade.

“A atuação da PSP insere-se numa estratégia mais ampla definida pelo Estado.” “A PSP contribui ativamente para o acolhimento dos imigrantes.”

Esta perspetiva reforça a ideia de que a PSP atua como parte integrante de uma rede institucional, embora sem um plano autónomo específico para os migrantes dos PALOP.

2. Valorização do Policiamento de Proximidade e do MIPP

Quatro agentes destacaram o papel do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade como principal estratégia da PSP para facilitar a integração. Referiram ações de sensibilização, sessões informativas, contactos com líderes comunitários e intervenções em contexto escolar.

“Através do MIPP, a PSP tem promovido ações junto da comunidade escolar.” “A PSP tem apostado em estratégias de policiamento de proximidade.”

Estas respostas evidenciam uma valorização das práticas de proximidade e diálogo, ainda que de forma indireta e não especificamente direcionada aos migrantes dos PALOP.

3. Crítica à Ausência de Estratégias Estruturadas

Dois participantes adotaram uma postura crítica, afirmando que as estratégias atuais são pontuais, reativas e insuficientes. Defendem a necessidade de políticas estruturadas, formação contínua e criação de núcleos de escuta intercultural.

“A integração não se promove com patrulhas, mas com presença significativa.” “As estratégias atuais têm sido pontuais e reativas.”

Esta visão sugere uma consciência institucional sobre as limitações da PSP e a urgência de uma abordagem mais sistemática e culturalmente informada.

4. Desconhecimento ou Ausência de Estratégias Específicas

Um agente afirmou não ter conhecimento de estratégias específicas da PSP para facilitar a integração dos migrantes dos PALOP.

“Sem conhecimento das estratégias específicas para responder à questão.”

- Interpretação Crítica

A diversidade de respostas evidencia que, embora existam ações concretas e programas como o MIPP, a PSP não dispõe de uma estratégia específica e estruturada voltada para os migrantes dos PALOP. A atuação parece depender da iniciativa local, da articulação com parceiros externos e da sensibilidade dos agentes envolvidos.

Este cenário confirma o que autores como Zanetic (2015) e Castles et al. (2014) defendem: a integração migrante exige políticas públicas consistentes, formação intercultural contínua e estratégias institucionais claras, especialmente em contextos de diversidade cultural crescente.

A terceira questão colocada foi “Programas Específicos: Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?”

A observação das respostas revela uma ausência generalizada de conhecimento sobre programas específicos da PSP direcionados aos migrantes dos PALOP. No entanto, emergem três categorias principais de posicionamento:

1. Desconhecimento Total ou Parcial

A maioria dos participantes (7) afirmou não ter conhecimento de qualquer programa ou iniciativa específica da PSP voltada para os migrantes dos PALOP.

“Desconheço se existe, mas penso que não.” “Sem conhecimento dos programas ou iniciativas específicas.”

2. Reconhecimento de Programas Genéricos com Inclusão dos PALOP

Dois agentes referiram que, embora não existam programas exclusivos para os migrantes dos PALOP, iniciativas como o “Escola Segura” e o “Programa Integrado de Policiamento de Proximidade” têm incluído estas comunidades.

“A eficácia tem sido visível na melhoria da comunicação, na redução de tensões e no aumento da confiança institucional.”

Esta perspetiva sugere que ações genéricas podem ter impacto positivo, mas não substituem a necessidade de programas específicos que reconheçam as particularidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP.

### 3. Crítica à Ausência de Programas Específicos e à Eficácia Limitada das Ações Genéricas

Um participante adotou uma postura crítica, apontando que a ausência de programas desenhados exclusivamente para os PALOP representa uma falha estratégica.

“A eficácia das ações genéricas é limitada quando não se reconhecem as especificidades culturais, linguísticas e sociais destes grupos.”

Este testemunho reforça a necessidade de diagnósticos participativos e intervenções culturalmente informadas, alinhadas com os princípios da interculturalidade e da inclusão ativa.

- Interpretação Crítica

A análise revela que não existe um programa institucional específico da PSP direcionado aos migrantes dos PALOP, ou pelo menos não é reconhecido pelos agentes entrevistados. A atuação da PSP parece depender de programas genéricos, como o MIPP e o Escola Segura, que incluem os migrantes de forma indireta.

Contudo, a ausência de estratégias específicas levanta preocupações quanto à eficácia real das ações implementadas. Como defendem autores como Ager & Strang (2008), a integração migrante exige respostas diferenciadas, que considerem os contextos culturais, linguísticos e históricos dos grupos envolvidos.

A questão seguinte foi “Desafios Socioculturais: De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?”

A análise revela uma diversidade de perceções sobre a forma como a Polícia de Segurança Pública tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP. As respostas podem ser agrupadas em quatro categorias principais:

#### 1. Reconhecimento de Esforços Institucionais e Vantagens Históricas.

Três agentes referiram que a PSP dispõe de um conhecimento consolidado das culturas dos PALOP, facilitado pelos laços históricos e pela presença de agentes oriundos dessas comunidades. Destacaram que essa proximidade cultural contribui para uma comunicação mais eficaz e para o reforço da confiança.

“A presença de elementos oriundos dessas comunidades nas fileiras da PSP constitui um fator facilitador.” “A comunicação é facilitada pelas ligações históricas.”

Esta perspetiva sugere que a memória histórica e a diversidade interna da PSP são vistas como ativos institucionais na gestão da interculturalidade.

## 2. Adaptação Cultural e Formação Contínua

Outros três participantes destacaram que a PSP tem procurado ajustar a sua atuação às especificidades culturais dos migrantes, através de formação contínua, valorização da diversidade e, em alguns casos, recurso a mediadores culturais.

“A PSP tem enfrentado os desafios com uma abordagem baseada na formação contínua.” “Procura ajustar a sua atuação às especificidades culturais dos imigrantes.”

Estas respostas apontam para uma abordagem institucional consciente, ainda que não sistematizada, no enfrentamento dos desafios socioculturais.

## 3. Crítica à Inconsistência e à Ausência de Literacia Cultural

Dois agentes adotaram uma postura crítica, reconhecendo que a resposta da PSP tem sido desigual e insuficiente. Apontaram a necessidade de investir em literacia cultural, combater estereótipos e adotar práticas de policiamento mais sensíveis à pluralidade identitária.

“A resposta tem sido desigual. Em alguns contextos, há agentes preparados; noutros, prevalece o distanciamento.” “É essencial respeitar as diferenças culturais.”

Esta visão revela uma consciência institucional crítica, que reconhece os limites da atuação atual e propõe caminhos para melhoria.

## 4. Negação ou Desconhecimento dos Desafios

Dois participantes afirmaram não reconhecer a existência de desafios culturais ou linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP, ou declararam não ter conhecimento suficiente para responder.

“Não acho que a PSP tenha enfrentado desafios culturais nem linguísticos.” “Sem conhecimento para responder à questão.”

- Interpretação Crítica

A análise revela que, embora existam esforços pontuais e reconhecimento institucional, a atuação da PSP na abordagem dos desafios socioculturais ainda é fragmentada e desigual. A presença de agentes oriundos dos PALOP e os laços históricos são vistos como facilitadores, mas

não substituem a necessidade de formação estruturada, diagnóstico intercultural e práticas consistentes de inclusão.

Como defendem autores como Banks (2007) e Zanetic (2015), a gestão da diversidade cultural nas forças de segurança exige competências específicas, reflexividade institucional e compromisso com a justiça relacional. A ausência de uma estratégia clara pode comprometer a eficácia da PSP na construção de relações de confiança com comunidades migrantes.

Seguidamente questionamos “Colaboração com Outras Entidades: A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?”

As respostas revelam diferentes níveis de conhecimento e envolvimento relativamente à colaboração da PSP com entidades externas. A análise permite identificar quatro categorias principais:

#### 1. Reconhecimento Formal da Colaboração Institucional

Dois agentes destacaram que a PSP participa em fóruns e grupos de trabalho relacionados com migrações, assumindo um papel estratégico na criação de um ambiente seguro, embora reconheçam que a responsabilidade pela integração não recai exclusivamente sobre a PSP.

“A PSP assume a função de parceiro estratégico, com competências específicas na área da segurança pública.” “Integra o plano de ação para as migrações, colaborando com outras entidades.”

Esta visão reforça a ideia de que a PSP atua como facilitadora da integração, dentro dos limites das suas atribuições legais.

#### 2. Confirmação de Parcerias Ativas e Impacto Positivo

Dois participantes afirmaram que a PSP tem estabelecido parcerias com associações de migrantes, ONG e instituições dos PALOP, promovendo ações conjuntas em áreas como prevenção da violência, educação para os direitos humanos e apoio à integração.

“Esta colaboração tem sido essencial para uma resposta mais abrangente e sensível às realidades locais.”

Estas respostas sugerem que, quando existe articulação, ela pode ter um impacto direto e positivo na integração das comunidades migrantes.

#### 3. Colaboração Fragmentada e Necessidade de Estruturação

Um agente reconheceu a existência de colaboração, mas apontou que esta ocorre de forma fragmentada, sem continuidade nem avaliação sistemática. Defende a criação de plataformas interinstitucionais permanentes, com metas e indicadores claros.

“A articulação existe, mas carece de continuidade e avaliação.”

Esta resposta revela uma visão crítica e propositiva, que reconhece o potencial da colaboração, mas alerta para a falta de estrutura e planeamento.

#### 4. Desconhecimento ou Incerteza sobre a Colaboração

Cinco participantes revelaram desconhecimento parcial ou total sobre a colaboração da PSP com entidades externas. Alguns mencionaram a ACNUR e a OIM, mas sem saber como se concretiza essa cooperação.

“Penso que a PSP colabora com a ACNUR e com a OIM, mas desconheço como opera.”  
“Sem conhecimento para responder à questão.”

Este grupo evidencia uma lacuna de comunicação interna ou de formação sobre os protocolos de colaboração, o que pode limitar a eficácia da atuação policial junto das comunidades migrantes.

- Interpretação Crítica

A análise revela que, embora haja colaboração institucional reconhecida, esta não é amplamente conhecida ou compreendida por todos os agentes. A existência de parcerias com ONGs e associações de migrantes é vista como positiva, mas a falta de continuidade, avaliação e comunicação interna compromete o seu impacto.

A literatura sobre policiamento comunitário (Brodeur, 2010; Bowling & Sheptycki, 2012) sublinha que a colaboração interinstitucional é essencial para construir confiança, prevenir conflitos e promover a inclusão. A PSP, ao assumir um papel estratégico na segurança, pode ser um agente catalisador da integração, desde que haja formação adequada, transparência nas parcerias e monitorização dos resultados.

A questão seguinte foi “Prevenção de Conflitos: Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?”

As respostas revelam diferentes perceções sobre a abordagem institucional à prevenção de conflitos sociais envolvendo migrantes dos PALOP. A análise permite identificar quatro categorias principais:

1. Promoção da Paz e da Inclusão através de Ações Preventivas

Três participantes destacaram que a PSP tem participado em iniciativas que promovem o esclarecimento, o diálogo e a proteção dos direitos fundamentais, com o objetivo de prevenir tensões sociais. Referem ações específicas orientadas para a aproximação entre comunidades e a promoção da convivência pacífica.

“A PSP procura contribuir, de forma preventiva, para a promoção da paz, da inclusão e da boa convivência social.” “A participação em fóruns especializados reforça a mensagem institucional de acolhimento.”

Esta abordagem está alinhada com os princípios do policiamento comunitário e da segurança inclusiva, que valorizam a prevenção e o envolvimento direto com os cidadãos como forma de evitar conflitos (Brodeur, 2010).

2. Mediação Comunitária e Escuta Ativa como Estratégia de Prevenção

Dois agentes referiram que a PSP tem adotado práticas como a escuta ativa, a mediação comunitária e a presença constante em territórios vulneráveis para identificar sinais de tensão e atuar preventivamente.

“Procura identificar sinais de tensão e atuar antes que se transformem em situações críticas.” “A PSP precisa de apostar em campanhas de sensibilização que envolvam todos os grupos.”

Estas respostas revelam uma visão mais operacional e proativa, centrada na antecipação de conflitos e na construção de relações de confiança com as comunidades.

3. Abordagem Humanizada e Relação de Proximidade

Um participante destacou a importância de uma abordagem humanizada, que reconheça os hábitos, tradições e formas de estar dos migrantes. Defende que o envolvimento direto dos agentes com as comunidades contribui para uma visão mais empática e respeitadora.

“Este envolvimento contribui para uma visão mais humana dos imigrantes.”

Esta perspetiva reforça a ideia de que a dimensão relacional e emocional da atuação policial é essencial para prevenir tensões e promover a inclusão.

4. Desconhecimento ou Visão Legalista da Atuação

Quatro agentes revelaram desconhecimento sobre abordagens específicas da PSP para prevenir conflitos com migrantes dos PALOP, ou afirmaram que a atuação se dá nos mesmos moldes aplicados a qualquer cidadão, com base no cumprimento da lei.

“Da mesma forma que atua com qualquer outro cidadão.” “Sem conhecimento para responder à questão.”

Estas respostas podem indicar uma visão mais formalista e indiferenciada da missão policial, que não reconhece as especificidades culturais e sociais dos migrantes como fatores relevantes na prevenção de conflitos.

- Interpretação Crítica

A análise revela que, embora existam ações preventivas e práticas de mediação comunitária, a abordagem da PSP à prevenção de conflitos com migrantes dos PALOP ainda é heterogénea e pouco sistematizada. A presença de agentes sensibilizados e envolvidos em fóruns especializados é positiva, mas a falta de conhecimento por parte de outros agentes compromete a consistência da atuação.

Como defendem Bowling & Sheptycki (2012), a prevenção de conflitos em contextos multiculturais exige formação intercultural, estratégias participativas e reconhecimento da diversidade como valor institucional. A PSP, ao reforçar a sua dimensão comunitária e humanista, pode desempenhar um papel decisivo na construção de uma sociedade mais coesa e inclusiva.

Seguidamente, colocamos a seguinte questão “Capacitação Interna: Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?”

As respostas dos participantes revelam uma diversidade de perceções sobre a formação oferecida pela PSP no contexto da atuação junto de migrantes dos PALOP. A análise permite identificar cinco categorias principais:

1. Formação Intercultural e Direitos Humanos com Foco nos PALOP

Três agentes referem que a PSP tem vindo a reforçar a capacitação dos seus profissionais através de ações de formação que incluem temas como diversidade cultural, direitos humanos, comunicação intercultural e mediação comunitária, com especial atenção às comunidades dos PALOP.

“Este investimento formativo visa dotar os profissionais de competências que lhes permitam compreender melhor os contextos socioculturais destes cidadãos.” “A presença de agentes oriundos dessas comunidades constitui um recurso valioso.”

Estas respostas indicam uma aposta institucional na formação especializada, com o objetivo de promover uma atuação mais empática e eficaz, valorizando a representatividade e o conhecimento cultural como ferramentas de inclusão.

## 2. Formação Contínua e Prática de Policiamento de Proximidade

Dois participantes destacam a importância da formação contínua e da prática diária como elementos centrais da capacitação. Referem que a PSP tem investido em programas de policiamento de proximidade, que incentivam o conhecimento das comunidades locais e a construção de relações de confiança.

“A capacitação não se limita à sala de formação — é um processo contínuo.” “Temos acesso a testemunhos de migrantes, que nos ajudam a compreender melhor os desafios que enfrentam.”

Esta abordagem reforça a ideia de que a experiência prática e o contacto direto com os migrantes são fundamentais para desenvolver competências interculturais e promover a inclusão.

## 3. Formação Técnica em Controlo de Fronteiras (UOSACF)

Três agentes referem que, com a criação da Unidade Orgânica de Segurança e Apoio ao Controlo de Fronteiras, após a extinção do SEF, foram desenvolvidos cursos de formação técnica para a especialização no controlo de fronteiras externas e no contacto com migrantes recém-chegados.

“A PSP tem desenvolvido diversos cursos de formação para a especialização do controlo de fronteiras externas.” “Atuando com parceiros e entidades externas para melhor adequação dos procedimentos.”

Embora esta formação seja relevante, ela parece estar mais centrada na dimensão administrativa e operacional, podendo não abranger de forma suficiente os aspetos culturais e sociais específicos dos migrantes dos PALOP.

## 4. Crítica à Insuficiência e Falta de Sistematização da Formação

Um agente reconhece que, apesar da existência de ações formativas, estas são insuficientes e pouco sistematizadas. Defende que a capacitação deve ser obrigatória e centrada em competências práticas como escuta ativa, empatia operacional e gestão de preconceitos.

“A capacitação deve ser contínua, obrigatória e centrada em competências práticas.”

Esta crítica aponta para a necessidade de uma estratégia formativa mais robusta e estruturada, que vá além da formação pontual e promova uma mudança efetiva na cultura organizacional.

#### 5. Desconhecimento sobre a Formação Oferecida

Dois participantes afirmam não ter conhecimento sobre o tipo de formação oferecida pela PSP neste domínio.

“Sem conhecimento para responder à questão.”

Este desconhecimento pode indicar falhas na comunicação interna ou na disseminação das oportunidades formativas, comprometendo a eficácia da capacitação institucional.

- Interpretação Crítica

A análise revela que a PSP tem desenvolvido ações formativas relevantes, com destaque para os temas da diversidade cultural e dos direitos humanos, e que há uma valorização crescente da formação contínua e da prática de proximidade. No entanto, persistem lacunas estruturais, como a falta de sistematização, o foco excessivo em formação técnica de fronteiras e o desconhecimento por parte de alguns agentes.

Como defendem Reiner (2010) e Bayley (2006), a formação policial deve ser holística, prática e centrada na realidade social, promovendo competências interculturais e uma abordagem humanizada. A capacitação dos agentes da PSP para lidar com migrantes dos PALOP deve ser vista como um investimento estratégico na construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

A questão seguinte foi, “Principais Desafios: Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?”

As respostas revelam uma visão multifacetada sobre os obstáculos enfrentados pela instituição no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP. A análise permite identificar quatro categorias principais:

1. Complexidade Crescente da Realidade Migratória e Novas Competências Institucionais

Um agente destacou que o aumento do número de migrantes e a diversificação dos países de origem têm tornado os desafios mais complexos. A atribuição de novas competências à PSP, especialmente no domínio do controlo de fronteiras, elevou o grau de exigência institucional.

“A atribuição de novas competências veio conferir uma nova dinâmica a esta área.”

Esta resposta aponta para uma pressão estrutural sobre a PSP, que exige adaptação organizacional e reforço de capacidades operacionais.

2. Desafios Socioculturais e Barreiras à Integração

Três participantes identificaram como principais desafios a barreira linguística, a diferença sociocultural, a falta de oportunidades de emprego e habitação, e o desconhecimento da legislação portuguesa por parte dos migrantes. Estes fatores dificultam a comunicação, a integração e, em alguns casos, podem gerar situações de exclusão social.

“A acentuada diferença sociocultural pode dificultar o estabelecimento de relações interpessoais.” “A falta de conhecimento da legislação vigente por parte dos migrantes PALOP.”

Estas respostas revelam a necessidade de uma abordagem sensível e informada, que reconheça os contextos específicos dos migrantes e promova o respeito pela diversidade.

3. Limitações Internas e Institucionais.

Três agentes apontaram limitações internas como falta de recursos humanos especializados, resistência à mudança, ausência de dados desagregados por origem e uma cultura institucional pouco aberta à diversidade.

“Superar estes obstáculos exige liderança, visão e compromisso político.” “A escassez de recursos humanos com competências interculturais representa uma limitação.”

Estas respostas sugerem que a PSP enfrenta desafios estruturais e organizacionais que dificultam uma resposta eficaz e inclusiva às necessidades dos migrantes dos PALOP.

4. Desconhecimento ou Transferência de Responsabilidade

Três participantes revelaram desconhecimento sobre os desafios enfrentados ou consideraram que essa responsabilidade pertence a outras entidades, como a AIMA.

“Nenhuma, essa resposta tem de ser pela AIMA.” “Não tenho conhecimento de causa.”

Esta postura pode indicar falta de envolvimento direto, fragilidade na comunicação interna ou dificuldade em reconhecer o papel da PSP na integração migrante.

- **Interpretação Crítica**

A análise revela que os desafios enfrentados pela PSP no atendimento aos migrantes dos PALOP são multidimensionais, envolvendo fatores socioculturais, institucionais e operacionais. A diversidade das comunidades, aliada à limitação de recursos e à ausência de estratégias específicas, compromete a capacidade da PSP de atuar de forma proativa e eficaz.

Como defendem Castles et al. (2014) e Zanetic (2015), a gestão da diversidade exige formação intercultural, revisão de práticas institucionais e compromisso político com a inclusão. A PSP, enquanto força de segurança com presença territorial alargada, tem potencial para ser um agente facilitador da integração, desde que reconheça e enfrente os seus próprios desafios internos.

A antepenúltima questão foi “Intervenções Relevantes: Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?”

As respostas revelam diferentes níveis de envolvimento e perceção sobre intervenções com impacto positivo junto às comunidades migrantes dos PALOP. A análise permite identificar quatro categorias principais:

1. **Relato de Intervenções Concretas com Impacto Positivo**

Quatro participantes relataram experiências específicas de policiamento comunitário, sessões informativas, ações culturais e encontros com jovens migrantes. Destacaram o papel da PSP na promoção da confiança, prevenção de conflitos e valorização da diversidade.

“Realizámos sessões de esclarecimento sobre direitos, deveres e procedimentos legais, adaptadas à realidade cultural e linguística.” “A presença regular da PSP ajudou a desconstruir preconceitos e a reduzir tensões.”

Estas intervenções refletem práticas de policiamento de proximidade, com enfoque na escuta ativa, educação cívica e diálogo intercultural, alinhadas com os princípios de inclusão e coesão social (Zanetic, 2015; Bowling & Sheptycki, 2012).

2. **Referência Genérica a Projetos Institucionais**

Dois agentes referiram genericamente a existência de projetos como o “Gira no Bairro”, campanhas de sensibilização e ações em escolas, mas sem detalhar experiências pessoais ou avaliar o impacto concreto.

“Campanhas de sensibilização em bairros multiculturais.” “Projeto Gira no Bairro.”

Estas respostas indicam conhecimento institucional, mas não necessariamente envolvimento direto ou avaliação crítica das intervenções.

### 3. Crítica à Falta de Continuidade e Avaliação Estratégica

Um agente reconheceu que algumas ações pontuais têm tido impacto, mas alertou para a ausência de estratégia de continuidade e avaliação, o que compromete a construção de confiança duradoura.

“Intervenções isoladas não constroem confiança duradoura.”

Esta visão sugere a necessidade de planeamento interinstitucional, monitorização de resultados e sustentabilidade das ações comunitárias.

### 4. Ausência de Experiência ou Desconhecimento

Três participantes afirmaram não ter conhecimento ou não se lembrar de intervenções relevantes da PSP junto às comunidades dos PALOP.

“Da minha experiência, nada de relevante tenho a relatar.” “Não tenho conhecimento.”

Este grupo revela uma lacuna de envolvimento direto ou de comunicação interna sobre as ações desenvolvidas, o que pode limitar a eficácia da atuação da PSP em contextos multiculturais.

- Interpretação Crítica

A análise revela que, embora existam intervenções relevantes e bem recebidas, elas são pontuais e pouco sistematizadas. A presença da PSP em bairros multiculturais, a realização de sessões informativas e o envolvimento em projetos comunitários são práticas positivas, mas carecem de continuidade, avaliação e institucionalização.

Como defendem Reiner (2010) e Ager & Strang (2008), a construção de confiança com comunidades migrantes exige consistência, transparência e participação ativa. A PSP tem potencial para ser um agente de inclusão, mas precisa de consolidar as suas práticas com base em diagnóstico participativo, formação intercultural e parcerias estratégicas.

A penúltima questão foi “Novas Abordagens: Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?”

As respostas dos agentes revelam uma variedade de propostas e perceções sobre possíveis caminhos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP. A análise permite identificar quatro grandes categorias temáticas:

1. Propostas de Programas Interculturais e Comunitários.

Cinco participantes sugeriram o desenvolvimento de programas específicos de mediação intercultural, mentoria comunitária, gabinetes de apoio nas esquadras, e ações conjuntas com associações locais. Destacaram a importância de envolver agentes com formação específica e, sempre que possível, com origem nas comunidades dos PALOP.

“A criação de núcleos de policiamento comunitário dedicados à diversidade cultural permitiria uma resposta mais ajustada.” “Gabinetes de mediação intercultural em cada esquadra e campanhas de comunicação inclusiva.”

Estas propostas refletem uma visão proativa e humanista, centrada na construção de confiança, no reconhecimento da diversidade e na promoção de uma cultura institucional mais inclusiva.

2. Reforço da Formação Intercultural e da Escuta Ativa.

Dois agentes destacaram a necessidade de formação intercultural contínua para os profissionais da PSP, bem como a criação de espaços de diálogo comunitário e sistemas de escuta ativa com feedback regular dos migrantes.

“Promover maior sensibilidade às realidades socioculturais destas comunidades.”  
“Implementar um sistema de escuta ativa com feedback regular dos migrantes.”

Estas abordagens apontam para a importância da capacitação interna e da participação inclusiva como pilares de uma integração mais eficaz e sustentável.

3. Valorização do MIPP e da Cooperação Interinstitucional

Dois participantes defenderam que a PSP deve continuar a apostar no Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, em articulação com outras entidades, como forma de responder aos desafios da integração.

“A PSP deve continuar a apostar no MIPP em coordenação com outras entidades.” “A única forma que a PSP tem para ajudar é através do acompanhamento via MIPP.”

Esta visão reforça a ideia de que o MIPP pode ser uma plataforma operacional eficaz, desde que seja adaptado às especificidades culturais dos migrantes dos PALOP.

#### 4. Desconhecimento ou Transferência de Responsabilidade

Um agente afirmou não ter conhecimento suficiente para propor novas abordagens, enquanto outro considerou que o trabalho de integração deve ser desenvolvido também pela comunidade migrante, através da valorização cultural e da formação sobre legislação portuguesa.

“Este é um trabalho a ser desenvolvido não apenas pela PSP como também pela comunidade migrante.”

Estas respostas revelam uma visão partilhada de responsabilidade, mas também apontam para a necessidade de clarificar o papel da PSP na integração, evitando a diluição de competências.

- Interpretação Crítica

A análise revela um conjunto rico de propostas que apontam para a necessidade de inovação institucional na atuação da PSP junto às comunidades dos PALOP. A criação de estruturas dedicadas à mediação intercultural, o reforço da formação interna, a valorização da representatividade e a promoção de espaços de diálogo são medidas que podem transformar a relação entre a PSP e os migrantes.

Como defendem Ager & Strang (2008) e Banks (2007), a integração eficaz exige estratégias participativas, reconhecimento da diversidade e compromisso institucional com a inclusão. A PSP, ao assumir um papel ativo e colaborativo, pode contribuir decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa, segura e plural.

A última questão foi “Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?”

As respostas revelam uma posição amplamente consensual sobre a não adoção de uma estratégia exclusiva para os migrantes dos PALOP, ainda que reconheçam a importância de ações específicas e sensíveis às suas realidades. A análise permite identificar três grandes categorias temáticas:

##### 1. Rejeição da Exclusividade e Defesa da Universalidade

A maioria dos participantes (6) rejeitou a ideia de uma estratégia de policiamento de proximidade exclusivamente dirigida aos PALOP, argumentando que tal abordagem poderia gerar percepções de desigualdade, segmentação institucional e violação dos princípios democráticos de universalidade e igualdade perante a lei.

“O policiamento de proximidade deve ser uma ferramenta de integração e não de diferenciação.” “A atuação da PSP deve ser orientada por políticas públicas que promovam a coesão social.”

Estas respostas reforçam a necessidade de uma abordagem transversal e equitativa, que reconheça a diversidade sem privilegiar grupos específicos.

## 2. Reconhecimento da Relevância dos PALOP e Propostas de Ações Direcionadas

Três agentes reconheceram os laços históricos e culturais entre Portugal e os PALOP, defendendo que, embora não se justifique uma estratégia exclusiva, é legítimo desenvolver iniciativas direcionadas em função da expressividade e das necessidades particulares desta comunidade.

“É legítimo que se desenvolvam iniciativas direcionadas que reforcem a confiança institucional.” “Projetos-piloto em bairros com forte presença dos PALOP podem promover o diálogo e a confiança.”

Estas respostas apontam para uma abordagem equilibrada, que valoriza a especificidade sem comprometer a universalidade.

## 3. Propostas de Policiamento Intercultural e Flexível

Um participante sugeriu que o policiamento de proximidade deve ser transversal, mas sensível, com capacidade de adaptação às realidades culturais de cada grupo. Defendeu a criação de núcleos especializados em mediação intercultural, capazes de atuar junto de diferentes comunidades, incluindo os PALOP.

“A chave está na flexibilidade operacional e na formação dos agentes.”

Esta visão propõe uma estrutura institucional flexível e responsiva, que reconheça a diversidade como um valor operativo e não como um fator de segmentação.

- Interpretação Crítica

A análise revela um consenso institucional sobre a importância de manter uma estratégia de policiamento de proximidade universal, equitativa e não excludente, mesmo reconhecendo os laços históricos com os PALOP. A proposta de ações específicas, inseridas num modelo mais amplo de policiamento intercultural, surge como alternativa viável e desejável.

Como defendem Zanetic (2015) e Banks (2007), a construção de confiança com comunidades migrantes exige sensibilidade cultural, formação especializada e estratégias

inclusivas, mas nunca à custa da equidade institucional. A PSP, ao adotar uma abordagem plural e adaptativa, pode reforçar o seu papel como agente de coesão social e promotor da cidadania.

### **5.2.2 - RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS DOS PALOP**

A primeira questão colocada aos representantes comunitários dos PALOP foi a seguinte: “Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal?”

A análise das cinco respostas recolhidas junto aos nossos entrevistados revela uma diversidade de perceções, que vão desde a crítica estrutural até ao reconhecimento parcial do esforço institucional. As respostas podem ser agrupadas em três categorias principais:

#### **1. Crítica Estrutural e Desconfiança Institucional**

Dois líderes comunitários expressaram uma avaliação fortemente negativa do papel da PSP, associando a atuação policial a práticas de exclusão, rudez e falta de educação. Um dos entrevistados invocou inclusive o legado colonial e a persistência de estruturas racistas na formação e atuação da PSP.

“Crescemos com a ideia de que os polícias, na sua maioria, são estruturalmente racistas.”  
“A PSP tem demonstrado pouca abertura para colaborar com a nossa comunidade.”

Estas respostas revelam uma desconfiança profunda e uma perceção de distanciamento institucional, que compromete a construção de relações de confiança e dificulta a integração plena dos migrantes.

#### **2. Reconhecimento Parcial com Críticas à Visibilidade e Proximidade**

Dois participantes reconheceram que a PSP tem um papel importante na sociedade e que tem feito alguns esforços, mas sublinharam que a sua atuação junto das comunidades dos PALOP é ainda pouco visível, distante e insuficiente em termos de diálogo e proximidade.

“A PSP tem feito esforços, mas ainda é vista com alguma distância pela comunidade guineense.” “A integração exige mais proximidade e diálogo.”

Estas respostas apontam para uma abordagem institucional tímida, que precisa de ser reforçada com ações mais consistentes e culturalmente informadas.

### 3. Avaliação Moderada com Reconhecimento Funcional

Um dos líderes comunitários apresentou uma avaliação moderada, atribuindo à PSP um papel funcional na manutenção da ordem e da organização social, com uma estimativa de 60% de eficácia.

“São forças que o país precisa para manter uma maior organização e princípios da população residente.”

Esta resposta sugere uma percepção pragmática, que reconhece a importância da PSP no sistema social, mas não necessariamente no processo de integração cultural e comunitária.

- Interpretação Crítica

A análise revela que os líderes comunitários dos PALOP têm uma percepção predominantemente crítica e cautelosa sobre o papel da PSP na integração dos migrantes. A desconfiança institucional, a falta de proximidade e a ausência de diálogo são elementos recorrentes, que indicam uma fragilidade nas relações entre a PSP e estas comunidades.

Embora haja reconhecimento parcial do esforço policial, os dados sugerem que a PSP ainda não é vista como um agente ativo de inclusão. Como defendem Banks (2007) e Ager & Strang (2008), a integração exige reconhecimento cultural, participação comunitária e compromisso institucional com a diversidade. A ausência desses elementos na atuação da PSP compromete a eficácia das suas ações e perpetua barreiras simbólicas e práticas à inclusão dos migrantes dos PALOP.

A segunda questão procurou compreender se as associações comunitárias dos PALOP têm tido contacto direto com a PSP, em que contextos e com que frequência. As respostas revelam níveis distintos de interação, que podem ser agrupados em três categorias principais:

#### 1. Contacto Formal, mas Distante e Crítico

Um dos representantes referiu que a associação mantém contacto com o Comando Distrital da PSP de forma formal, mas evita o contacto presencial. A resposta denuncia uma percepção crítica sobre a relação entre raça e autoridade, apontando para uma invisibilidade institucional e para a persistência de práticas discriminatórias.

“Evitamos o contacto presencial e pessoal, porque a ideologia da cegueira racial impede uma reflexão aprofundada sobre o papel da raça na discriminação.”

Esta posição revela uma desconfiança estrutural e uma crítica profunda à forma como a PSP se posiciona perante questões raciais, o que compromete a construção de pontes entre a instituição e a comunidade.

### 2. Contacto Pontual e Funcional em Eventos ou Intervenções

Dois líderes comunitários referiram que o contacto com a PSP ocorre em situações específicas, como festas nacionais, eventos culturais ou intervenções pontuais. A interação é vista como necessária para garantir segurança e disciplina, mas não como parte de uma relação contínua ou colaborativa.

“Contatamos e pedimos a presença dos agentes nas festas do país.” “Não, só quando é chamada para uma intervenção.”

Estas respostas indicam uma relação funcional e episódica, sem continuidade nem envolvimento estratégico.

### 3. Contacto Regular em Contextos Educativos e de Apoio Social

Dois participantes relataram experiências de contacto mais frequente com a PSP, sobretudo em ações escolares, apoio a famílias vulneráveis e ações de sensibilização. Ainda assim, a frequência é variável e depende do contexto local.

“Sobretudo em ações escolares e em apoio a famílias.” “Temos tido contacto em eventos culturais e ações de sensibilização, mas de forma esporádica.”

Estas respostas revelam uma abertura institucional, ainda que limitada, para colaborar com as associações em iniciativas de proximidade e prevenção.

- Interpretação Crítica

A análise revela que o contacto entre as associações comunitárias dos PALOP e a PSP é, na maioria dos casos, pontual, informal e pouco sistematizado. Embora existam experiências positivas em contextos educativos e culturais, a ausência de protocolos de colaboração e a persistência de perceções críticas sobre a atuação policial dificultam o estabelecimento de relações de confiança.

A desconfiança institucional, expressa por alguns líderes, aponta para a necessidade de reconhecimento da diversidade cultural e de formação específica dos agentes para lidar com questões raciais e identitárias. Como defendem Bowling & Sheptycki (2012), a construção de

segurança em contextos multiculturais exige diálogo contínuo, transparência institucional e envolvimento ativo das comunidades.

A terceira questão procurou identificar ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes dos PALOP. As respostas revelam percepções divergentes, que podem ser agrupadas em três grandes categorias:

1. Ausência de Experiências Positivas ou Reconhecimento Institucional

Dois líderes comunitários expressaram dificuldade em identificar ações concretas da PSP que tenham promovido a integração dos migrantes. Um deles recorreu a uma metáfora forte — “como caminhar num deserto” — para ilustrar a ausência de iniciativas visíveis ou significativas.

“Partilhar exemplos é um exercício difícil, ou seja, é como caminhar num deserto.” “Não temos razões para solicitar o contributo da PSP, somos pacíficos e bons cidadãos.”

Estas respostas revelam uma lacuna institucional na promoção da integração, bem como uma possível desconexão entre a PSP e as comunidades migrantes, que pode ser interpretada como sinal de invisibilidade ou negligência.

2. Presença Policial como Garantia de Segurança

Um dos participantes destacou a presença contínua da PSP na freguesia como um fator positivo, sobretudo pela atuação rápida em situações de suspeita. No entanto, esta presença é valorizada mais pela função de segurança pública do que por um papel ativo na integração.

“Supervisão na freguesia, policiamento 24/24h, em caso de suspeita atua de imediato.”

Esta resposta sugere uma visão funcional da PSP, centrada na manutenção da ordem, sem necessariamente envolver práticas de inclusão ou diálogo intercultural.

3. Ações de Proximidade em Contextos Educativos e Interculturais

Dois líderes comunitários referiram experiências positivas com a PSP em contextos escolares e encontros interculturais. A presença dos agentes em escolas com alunos guineenses foi vista como promotora de respeito mútuo e prevenção de conflitos. A participação em eventos interculturais foi valorizada quando houve espaço para escuta e partilha.

“A presença da PSP em escolas tem sido positiva.” “A participação da PSP em encontros interculturais tem sido bem recebida.”

Estas respostas apontam para boas práticas de policiamento de proximidade, ainda que pontuais, que podem servir de base para estratégias mais estruturadas de integração.

- Interpretação Crítica

A análise revela um cenário misto, onde coexistem perceções de ausência institucional com experiências pontuais de colaboração. A falta de iniciativas sistemáticas e visíveis por parte da PSP é uma preocupação recorrente, especialmente entre líderes que sentem que a integração dos migrantes não tem sido uma prioridade estratégica da polícia.

Por outro lado, as experiências positivas em escolas e eventos interculturais mostram que há potencial para construir pontes, sobretudo quando os agentes se envolvem em ações de escuta ativa e respeito pela diversidade. Como defendem Gualda & Fragoso (2010), a integração exige presença qualificada, diálogo intercultural e reconhecimento das especificidades culturais das comunidades migrantes.

A quarta questão procurou identificar os principais obstáculos enfrentados pelos migrantes dos PALOP no relacionamento com a PSP. As respostas revelam um conjunto de barreiras estruturais, culturais e comunicacionais, que podem ser agrupadas em quatro grandes categorias:

1. Racismo Estrutural e Estigmatização Étnico-Racial

Dois líderes comunitários apontaram diretamente o racismo estrutural como o principal obstáculo. Um deles descreve-o como uma ideologia que reduz o racismo a casos isolados, ignorando a sua presença sistémica. Outro destaca a presunção de criminalidade associada a migrantes negros, reforçando estereótipos negativos.

“O principal obstáculo é o racismo estrutural, percecionado como exceção à ordem natural.” “Pensam que todos são traficantes ou de baixo nível.”

Estas respostas revelam uma experiência de discriminação persistente, que compromete a confiança e o diálogo entre migrantes e agentes da autoridade.

2. Distanciamento Institucional e Comunicação Formalizada

Dois participantes referiram que a PSP mantém uma postura distante e seletiva, ouvindo apenas “os que lhes convêm”. A comunicação é descrita como formal e fria, o que gera receio e insegurança entre os migrantes, sobretudo por falta de informação sobre os seus direitos.

“A PSP só quer ouvir os que lhes convêm.” “A comunicação ainda é muito formal e distante.”

Estas perceções apontam para uma falta de empatia institucional e para a necessidade de aproximação humanizada entre agentes e comunidades migrantes.

### 3. Desconhecimento Mútuo e Falta de Formação Intercultural

Um dos líderes destacou o desconhecimento mútuo como obstáculo central. Os migrantes não compreendem o papel da PSP, e os agentes não estão preparados para lidar com as especificidades culturais dos países africanos de língua portuguesa, como a Guiné-Bissau.

“Alguns agentes não estão preparados para lidar com as especificidades culturais.”

Esta resposta sugere a necessidade de formação intercultural e de programas de sensibilização mútua, que promovam o entendimento e o respeito pelas diferenças.

### 4. Questões de Legalidade e Orgulho Identitário

Um dos entrevistados apresentou uma resposta multifacetada, referindo obstáculos como a arrogância policial, suspeição legal e orgulho identitário dos migrantes. A tensão entre o respeito pela autoridade e a afirmação da dignidade cultural é evidente.

“Os emigrantes orgulham-se dos seus papéis, pela força que representam.”

Esta resposta revela uma dinâmica de resistência simbólica, onde os migrantes procuram afirmar a sua legitimidade perante uma autoridade que os vê com desconfiança.

- Interpretação Crítica

A análise evidencia que os obstáculos enfrentados pelos migrantes dos PALOP no relacionamento com a PSP são profundamente estruturais, marcados por racismo institucional, distanciamento comunicacional e falta de formação intercultural. A perceção de estigmatização e a ausência de canais de diálogo reforçam o sentimento de exclusão e insegurança.

A quinta questão procurou avaliar a eficácia da comunicação entre a PSP e os migrantes dos PALOP, bem como identificar sugestões de melhoria. As respostas revelam posições divergentes, que podem ser agrupadas em três categorias principais:

#### 1. Reconhecimento Condicional ou Parcial da Comunicação

Dois líderes comunitários reconheceram que existe comunicação entre a PSP e os migrantes dos PALOP, mas de forma condicionada ou dependente do contexto. Um deles considera que a comunicação é eficaz quando há benefícios mútuos; outro afirma que depende do nível social ou ocupacional da pessoa abordada.

“As respostas são positivas sempre que vêm em benefício de ambos.” “Depende do nível e ocupação de cada pessoa a quem a PSP interpela.”

Estas respostas sugerem que a comunicação não é universal nem equitativa, mas contextual e seletiva, o que pode gerar desigualdades na forma como os migrantes são tratados.

### 2. Crítica à Comunicação Formal e Distante

Dois participantes afirmaram que não existe uma comunicação eficaz, apontando para a falta de canais acessíveis, ausência de mediadores culturais e distanciamento institucional. A comunicação é vista como formal, pouco adaptada à realidade linguística e social das comunidades migrantes.

“É necessário investir em mediadores culturais e campanhas de informação.” “Seria útil criar canais digitais acessíveis e promover encontros regulares.”

Estas respostas revelam uma necessidade urgente de aproximação, com estratégias que valorizem a diversidade e promovam o diálogo intercultural.

### 3. Proposta de Alinhamento com a Sociedade Civil Antirracista

Um dos líderes comunitários defendeu que existem condições objetivas para uma comunicação eficaz, mas que isso depende do compromisso da PSP com o combate ao racismo estrutural, em articulação com a sociedade civil.

“Bastaria que a PSP se juntasse à sociedade civil antirracista e denunciasse o racismo estrutural.”

Esta resposta propõe uma mudança institucional profunda, onde a comunicação não se limita à troca de informações, mas se transforma num instrumento de justiça social e reconhecimento político.

- Interpretação Crítica

A análise revela que a comunicação entre a PSP e os migrantes dos PALOP é percebida como limitada, desigual e pouco adaptada às especificidades culturais. Embora haja reconhecimento de esforços pontuais, a ausência de canais acessíveis, de mediadores culturais e de estratégias de aproximação compromete a eficácia da relação institucional.

A proposta de articulação com movimentos antirracistas reforça a ideia de que a comunicação não é neutra, ela está inserida num contexto histórico e político que exige posicionamento ético e institucional. Como defendem Freire (1970) e Lentin (2008), a comunicação transformadora exige escuta ativa, reconhecimento da alteridade e compromisso com a equidade.

A sexta questão procurou avaliar o grau de colaboração entre a PSP e as associações ou organizações comunitárias ligadas às comunidades migrantes dos PALOP. As respostas revelam uma colaboração limitada, pontual e pouco institucionalizada, com sugestões claras para o seu reforço.

#### 1. Colaboração Pontual e Reativa

A maioria dos líderes comunitários (três) reconhece que existe algum nível de colaboração com a PSP, mas de forma pontual, não sistemática e geralmente reativa — ou seja, ocorre apenas quando solicitada pelas associações.

“Tem colaborado pontualmente.” “Só existe quando a PSP é chamada.” “Existe, mas é pontual.”

Estas respostas indicam que a PSP não mantém uma presença ativa ou contínua nas dinâmicas comunitárias, o que limita o potencial de construção de confiança e prevenção de conflitos.

#### 2. Necessidade de Formalização e Planeamento

Os mesmos entrevistados que apontam para a colaboração pontual também sugerem melhorias estruturais, como a criação de protocolos formais, ações regulares e metas claras.

“É preciso institucionalizar essa colaboração com metas e objetivos claros.” “Seria importante formalizar essa colaboração através de protocolos.” “Reforçar esta colaboração com ações regulares e planeadas em conjunto.”

Estas propostas revelam uma vontade de transformar a colaboração ocasional em parceria estratégica, com impacto real na coesão social e na segurança comunitária.

#### 3. Colaboração Formal e Distante

Um dos líderes comunitários afirma que a colaboração existe de forma indireta e formal, evitando contactos presenciais. A comunicação é descrita como respeitosa, mas distante, o que pode limitar a eficácia da atuação conjunta.

“A nossa comunicação foi sempre formal e evitámos contactos presenciais.”

Esta resposta sugere que, apesar da cordialidade institucional, falta proximidade e envolvimento direto, elementos essenciais para uma colaboração transformadora.

#### 4. Avaliação Positiva das Intervenções Solicitadas

Um dos participantes avalia positivamente todas as ações da PSP quando são solicitadas, o que indica disponibilidade institucional, embora não necessariamente proatividade.

“Em termos gerais são positivas todas as ações/intervenções solicitadas.”

Este reconhecimento é importante, mas reforça a ideia de que a colaboração depende da iniciativa das associações, e não de uma estratégia integrada por parte da PSP.

- Interpretação Crítica

A análise revela que a colaboração entre a PSP e as organizações comunitárias dos PALOP é existente, mas insuficiente. A ausência de protocolos formais, de planeamento conjunto e de ações regulares compromete o potencial de uma relação institucional sólida e transformadora.

A proposta de institucionalização da colaboração aponta para uma mudança de paradigma, onde a PSP deixa de ser apenas uma força reativa e passa a atuar como parceira estratégica na construção da cidadania e da segurança comunitária. Como defendem autores como Wacquant (2008) e Santos (2007), a segurança pública deve ser pensada como bem comum, construído em diálogo com os territórios e suas populações.

A sétima questão procurou avaliar se os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP. As respostas revelam uma perceção generalizada de insuficiência formativa, com destaque para a necessidade de formação contínua, contextualizada e intercultural.

1. Reconhecimento da Falta de Formação Específica

A maioria dos líderes comunitários (quatro) considera que os agentes da PSP não estão suficientemente preparados para lidar com as especificidades culturais dos migrantes dos PALOP. As respostas apontam para a ausência de formação sobre os contextos históricos, linguísticos e sociais dos países africanos lusófonos.

“Falta formação específica sobre os países de PALOP.” “A formação deve incluir aspetos históricos, culturais e linguísticos da Guiné-Bissau.” “É necessário inculturar-se nas raízes das culturas africanas.” “É importante conhecer a cultura do outro.”

Estas respostas sugerem que o contacto entre agentes da PSP e migrantes dos PALOP ocorre muitas vezes sem mediação cultural adequada, o que pode gerar mal-entendidos, desconfiança e até situações de conflito.

2. Reconhecimento Parcial da Sensibilização dos Agentes

Um dos entrevistados reconhece que alguns agentes estão sensibilizados, mas sublinha que essa sensibilização não é suficiente sem formação específica e contínua.

“Alguns agentes estão sensibilizados, mas falta formação específica sobre a cultura cabo-verdiana.”

Esta resposta aponta para uma disparidade interna dentro da PSP, onde a preparação intercultural depende da sensibilidade individual dos agentes, e não de uma política institucional estruturada.

### 3. Proposta de Formação Permanente e Transformadora

Dois líderes comunitários defendem a necessidade de formações permanentes, que promovam a aceitação do outro e a compreensão profunda das culturas africanas.

“A PSP tem que preparar os seus agentes com formações permanentes.” “É necessário inculturar-se nas raízes das culturas africanas.”

Estas propostas vão além da formação técnica, sugerindo uma mudança de paradigma na atuação policial, onde o conhecimento cultural é visto como ferramenta essencial para a construção de uma segurança pública inclusiva.

- Interpretação Crítica

A análise revela uma lacuna formativa significativa na preparação dos agentes da PSP para lidar com os migrantes dos PALOP. A ausência de formação intercultural compromete a eficácia da atuação policial e perpetua dinâmicas de exclusão e incompreensão.

A proposta de formação permanente e contextualizada está alinhada com os princípios da educação intercultural defendidos por autores como Candau (2008) e Walsh (2009), que sublinham a importância de descolonizar os saberes institucionais e promover o reconhecimento das epistemologias do Sul.

Além disso, a ideia de “inculturação” nas raízes africanas sugere um movimento de aproximação ética e política, onde o agente da PSP deixa de ser apenas executor da lei e passa a ser mediador de convivência plural.

A oitava questão procurou compreender como os líderes comunitários dos PALOP percebem o papel da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes das suas comunidades. As respostas revelam uma divisão clara entre reconhecimento institucional e crítica à ausência de estratégias preventivas, podendo ser agrupadas em três categorias principais:

1. Reconhecimento do Papel Institucional na Segurança Preventiva

Um dos líderes comunitários reconhece que a PSP tem um papel crucial na prevenção de conflitos, destacando a atuação preventiva e as ações de sensibilização junto da comunidade em geral.

“A PSP atua através da prevenção da criminalidade e da manutenção da ordem pública.”

Esta resposta valoriza a função clássica da PSP como garante da segurança, mas não especifica ações direcionadas às comunidades migrantes, o que pode indicar uma visão mais institucional do que comunitária.

2. Crítica à Ausência de Estratégia Preventiva e Comunitária

Três participantes afirmam que a PSP atua apenas em situações críticas ou pontuais, sem uma estratégia preventiva que envolva diretamente as comunidades migrantes. A ausência de diálogo e de presença contínua é vista como um obstáculo à construção de confiança.

“Falta uma abordagem preventiva e comunitária.” “A PSP atua em situações pontuais, sem uma estratégia preventiva.”

Estas respostas revelam uma lacuna estrutural na atuação da PSP, que se limita à intervenção reativa, sem investir em práticas de proximidade e mediação intercultural.

3. Denúncia de Comportamentos Abusivos e Casos de Violência

Dois líderes comunitários referem episódios de violência policial, incluindo agressões verbais e físicas, e citam casos concretos de jovens africanos injustamente alvejados. Estas experiências geram desconfiança profunda e reforçam a perceção de que a PSP não atua como agente de prevenção, mas como força de repressão.

“Apresentam comportamentos não muito saudáveis.” “Veja o caso dos jovens africanos que foram injustamente alvejados.”

Estas respostas apontam para uma crise de legitimidade institucional, onde a atuação da PSP é vista como fonte de tensão, e não como promotora de segurança.

- Interpretação Crítica

A análise revela que, embora a PSP seja reconhecida como instituição responsável pela segurança pública, a sua atuação preventiva junto às comunidades migrantes dos PALOP é percebida como insuficiente, pontual e, em alguns casos, violenta. A ausência de estratégias comunitárias e a falta de mediação cultural comprometem a eficácia da prevenção de conflitos.

A denúncia de comportamentos abusivos reforça a necessidade de revisão das práticas policiais, com foco na formação ética, intercultural e antirracista. Como defendem Wacquant (2008) e Davis (2019), a segurança pública só é legítima quando construída em diálogo com os territórios e com respeito pelas identidades que os habitam.

A nona questão procurou explorar se os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública em Portugal. As respostas dos líderes comunitários revelam uma perceção generalizada de exclusão, com destaque para a ausência de representatividade, o desajuste cultural das políticas e a persistência de legados históricos.

### 1. Perceção de Exclusão e Falta de Representatividade

A maioria dos participantes (quatro) afirma que não se sente representada nas políticas de segurança pública. As respostas apontam para uma desconexão entre as políticas institucionais e as realidades vividas pelas comunidades migrantes, reforçando a ideia de que estas políticas são pensadas de forma generalista e não inclusiva.

“Não. As políticas são generalistas e não consideram as especificidades culturais da nossa comunidade.” “Sentimo-nos poucos ou nada representados.” “As políticas não refletem as nossas necessidades específicas.”

Estas declarações revelam uma lacuna estrutural na construção das políticas públicas, que falham em integrar as vozes, experiências e necessidades das comunidades dos PALOP, perpetuando um sentimento de invisibilidade institucional.

### 2. Ausência de Envolvimento das Associações Migrantes

Um dos líderes destaca que as políticas de segurança pública não envolvem as associações comunitárias, o que compromete a eficácia das medidas e a construção de confiança entre as forças de segurança e os migrantes.

“As políticas não refletem as nossas realidades nem envolvem as nossas associações.”

Este ponto reforça a necessidade de uma abordagem participativa, onde as associações migrantes possam contribuir para o desenho e implementação das políticas, promovendo uma segurança mais justa e representativa.

### 3. Reconhecimento Histórico e Perspetiva de Longo Prazo

Uma resposta apresenta uma reflexão histórica, reconhecendo que a integração plena dos migrantes nas forças de segurança e nas políticas públicas é um processo longo, marcado por legados coloniais e pela juventude das independências africanas.

“Seria bom que se sentisse representado em todas as forças de segurança do Estado, mas vai levar muito tempo, porque só passaram 50 anos da independência dos povos e países colonizados.”

Esta visão sugere que a descolonização institucional ainda está em curso, e que a inclusão dos migrantes dos PALOP nas estruturas de poder e decisão exige mudanças profundas e estruturais.

- Interpretação Crítica

A análise revela uma percepção dominante de exclusão e não representação dos migrantes dos PALOP nas políticas de segurança pública. A ausência de estratégias específicas, o não envolvimento das associações comunitárias e a persistência de legados históricos contribuem para uma sensação de marginalização institucional.

Como defendem autores como Mbembe (2016) e Crenshaw (1991), a construção de políticas públicas inclusivas exige uma abordagem interseccional e descolonial, que reconheça as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades racializadas. A segurança pública, para ser legítima, deve ser plural, participativa e antirracista.

A décima questão procurou recolher sugestões concretas dos líderes comunitários sobre como a PSP poderia melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP. As respostas revelam uma forte consciência crítica e propositiva, com destaque para medidas de formação, envolvimento comunitário e combate ao preconceito.

1. Formação Intercultural e Combate ao Racismo Institucional

Vários líderes apontam a necessidade de formação contínua dos agentes da PSP, com foco em direitos humanos, diversidade cultural e combate ao racismo e à xenofobia. A formação é vista como ferramenta essencial para transformar comportamentos e atitudes discriminatórias.

“Cultivar o respeito pelo outro e pelos direitos humanos, esquecer o racismo e a xenofobia.” “Formação intercultural.” “Criação de núcleos de policiamento intercultural.”

Estas propostas refletem uma exigência ética e pedagógica, que visa desconstruir estereótipos e promover uma atuação policial mais justa, empática e informada.

## 2. Envolvimento Direto nas Dinâmicas Comunitárias

Dois entrevistados sugerem que a PSP deve participar ativamente nas atividades das comunidades, como festas, cultos, jogos e encontros informais. Esta presença é vista como forma de quebrar barreiras simbólicas e construir confiança.

“Entrar dentro da comunidade e estudar as questões que debatem, seja no café, na bola e em outras atividades.” “Participar com eles nas suas atividades, festas e outras ações, mesmo o culto se for necessário.”

Estas propostas apontam para uma polícia de proximidade, que se envolve com os territórios e reconhece a riqueza cultural das comunidades migrantes.

## 3. Criação de Estruturas de Apoio e Diálogo Permanente

Vários líderes defendem a criação de gabinetes de apoio ao migrante nas esquadras, bem como o reforço do policiamento comunitário e a realização de reuniões regulares com representantes das comunidades.

“Agendar reuniões com os representantes das comunidades.” “Criação de gabinetes de apoio ao migrante.” “Envolvimento direto da comunidade guineense na definição de estratégias.”

Estas medidas visam institucionalizar canais de escuta e participação, promovendo uma segurança pública mais democrática e responsiva.

## 4. Mudança de Atitude e Superação de Estigmas

Uma resposta destaca a necessidade de mudança comportamental por parte dos agentes da PSP, criticando a arrogância nas abordagens e o preconceito que associa migrantes negros à criminalidade.

“Deixar de ser a arrogância da PSP quando abordam um emigrante negro.” “Não pensarem que são todos delinquentes ou de baixo nível.”

Esta crítica aponta para uma urgência na transformação das práticas policiais, que devem abandonar a lógica de suspeição racial e adotar uma postura de respeito e humildade.

- Interpretação Crítica

A análise revela que os líderes comunitários dos PALOP têm uma visão clara e estruturada sobre como a PSP pode melhorar a sua atuação. As propostas vão além da crítica e apontam caminhos concretos para uma polícia mais inclusiva e participativa.

A formação intercultural, o envolvimento comunitário e a criação de estruturas de apoio são medidas que convergem com os princípios da segurança cidadã e da justiça social, como defendem autores como Sheila S. Walker (2001) e Santos, B (2007).

A penúltima questão procurou explorar se os líderes comunitários consideram pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP. As respostas revelam posições diversas, que oscilam entre a defesa da universalidade da lei e o reconhecimento da necessidade de abordagens culturalmente sensíveis.

#### 1. Defesa da Universalidade da Atuação Policial

Dois líderes comunitários afirmam que não é necessário desenvolver estratégias específicas, argumentando que a PSP deve garantir segurança para todos os cidadãos, sem distinção. A atuação policial deve ser orientada pelos princípios da legalidade democrática e da igualdade perante a lei.

“A função da PSP é garantir segurança para todos cidadãos sem exceção.” “As leis devem ser iguais para todos; somos todos cidadãos migrantes ou não.”

Estas respostas refletem uma visão institucionalista e igualitária, que valoriza a universalidade das políticas públicas, mas pode negligenciar as especificidades culturais e sociais das comunidades migrantes.

#### 2. Reconhecimento da Pertinência de Estratégias Específicas

Três participantes consideram que sim, é pertinente desenvolver estratégias específicas, desde que estas não criem exclusividade ou segregação institucional. Defendem que as particularidades culturais dos migrantes dos PALOP devem ser reconhecidas e integradas num modelo mais amplo e inclusivo.

“Sim, desde que não criem guetos institucionais.” “Devem ser integradas num modelo mais amplo e inclusivo.” “É uma mais-valia para maior segurança e confiança na comunidade.”

Estas respostas apontam para uma abordagem intercultural e adaptativa, que reconhece a diversidade como valor e propõe estratégias ajustadas às realidades locais, sem comprometer os princípios de equidade.

- Interpretação Crítica

A análise revela uma tensão entre universalismo jurídico e reconhecimento da diversidade cultural. Enquanto alguns líderes comunitários defendem que a PSP deve atuar de forma igualitária

para todos os cidadãos, outros reconhecem que a eficácia do policiamento de proximidade depende da capacidade de adaptação às especificidades das comunidades.

A proposta de estratégias específicas, inseridas num modelo inclusivo, está alinhada com os princípios do policiamento intercultural, que visa promover a coesão social através da escuta ativa, da representatividade e da construção de confiança. Como defendem Zanetic (2015) e Bowling & Sheptycki (2012), a segurança pública em sociedades multiculturais exige flexibilidade institucional, formação especializada e diálogo permanente com os territórios.

A pergunta final procurou identificar que tipo de iniciativas os líderes comunitários gostariam de ver implementadas pela PSP nos próximos anos. As respostas revelam uma visão propositiva, com sugestões que vão desde a formação institucional até à promoção de cidadania ativa e interculturalidade.

#### 1. Humanização e Formação da PSP

Um dos líderes comunitários destaca a necessidade de uma PSP mais humanizada, sem preconceitos, com maior formação social e académica. Esta resposta aponta para uma mudança estrutural na cultura organizacional da polícia, com foco na empatia, na escuta ativa e na capacitação para lidar com contextos multiculturais.

“Sonhamos com uma PSP humanizada, sem preconceito e com maior formação social e académica.”

#### 2. Segurança Comunitária e Cooperação Internacional

Outro entrevistado propõe iniciativas que reforcem a segurança nas comunidades, incluindo patrulhamentos regulares e intercâmbios com forças policiais africanas, além de uma atenção às questões burocráticas como o papel da AIMA.

“Patrulhamentos com intercâmbios PSP africanos.” “Questões burocráticas como a AIMA.”

Esta visão sugere uma abordagem transnacional e colaborativa, que reconhece a importância da representatividade e da cooperação internacional na construção da confiança.

#### 3. Campanhas de Sensibilização e Participação Juvenil

Há também propostas de campanhas de sensibilização em crioulo, envolvimento de jovens cabo-verdianos em projetos de cidadania e reforço da presença da PSP em eventos culturais. Estas

iniciativas visam reduzir barreiras linguísticas e culturais, promovendo uma aproximação mais orgânica entre a polícia e a comunidade.

“Campanhas em crioulo, envolvimento de jovens em projetos de cidadania, presença em eventos culturais.”

#### 4. Mentoria e Presença Territorial

Outro líder sugere projetos de mentoria com jovens guineenses e reforço da presença da PSP em bairros com forte presença da comunidade PALOP, indicando uma preocupação com a prevenção da criminalidade juvenil e com a visibilidade institucional em territórios vulneráveis.

“Projetos de mentoria com jovens guineenses.” “Reforço da presença da PSP em bairros com forte presença da comunidade.”

#### 5. Educação Comunitária e Diálogo Intercultural

Por fim, há quem proponha encontros comunitários com a PSP e projetos educativos dirigidos à população moçambicana, reforçando a importância do diálogo direto e da literacia cívica como ferramentas de integração.

“Encontros comunitários e projetos educativos para a população moçambicana.”

- Interpretação Crítica

As respostas revelam uma visão multifacetada da integração, que vai além da segurança pública e toca em dimensões como educação, cultura, juventude, linguagem e cooperação internacional. Os líderes comunitários não pedem apenas mais policiamento, mas sim uma presença qualificada, empática e culturalmente sensível.

Estas propostas estão alinhadas com os princípios do policiamento comunitário intercultural, como defendido por autores como Cunneen (2008) e Zanetic (2015), que sublinham a importância de formação contínua, representatividade étnica nas forças policiais, e co-construção de políticas públicas com os territórios.

### **5.3 - DISCUSSÃO DO RESULTADO**

Nesta secção, analisam-se os principais resultados obtidos nas entrevistas realizadas aos agentes da PSP e aos líderes comunitários dos PALOP, à luz do enquadramento teórico e dos objetivos da investigação. A reflexão crítica permite identificar pontos de convergência, zonas de

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

tensão e lacunas nas práticas de policiamento de proximidade em contextos marcados pela diversidade cultural.

- Perceção da Interculturalidade e da Diversidade

Agentes da PSP referem uma crescente consciência da diversidade cultural nos bairros, mas admitem limitações na formação específica para lidar com comunidades migrantes.

Líderes comunitários apontam para uma ausência de sensibilidade cultural nas abordagens policiais, referindo episódios de incompreensão, estigmatização e falta de diálogo.

Aqui emerge uma dissonância entre a perceção institucional e a experiência vivida. Enquanto os agentes reconhecem a diversidade, os líderes denunciam a falta de preparação para lidar com ela. Isto confirma autores como Banks (2006), que defendem que o reconhecimento da diversidade não é suficiente sem práticas inclusivas e formação adequada.

- Formação e Capacitação dos Agentes

PSP: Alguns agentes referem formações pontuais em direitos humanos ou mediação, mas não específicas para contextos interculturais.

Líderes: Consideram que os agentes desconhecem as realidades culturais dos residentes, o que gera abordagens descontextualizadas e, por vezes, conflituosas.

A lacuna formativa é evidente. A ausência de formação intercultural compromete a eficácia do policiamento de proximidade, como defendido por Zanetic (2015), que sublinha a importância da capacitação contínua para lidar com populações vulneráveis.

- Relação de Confiança entre Polícia e Comunidade

PSP: Alguns agentes referem iniciativas de proximidade, como patrulhas a pé ou reuniões com moradores, mas admitem dificuldades em criar vínculos duradouros.

Líderes: Sentem que a polícia atua de forma reativa e distante, reforçando uma imagem de autoridade punitiva em vez de parceira comunitária.

A confiança é um eixo central. A falta de continuidade nas ações de proximidade e a ausência de escuta ativa geram desconfiança. Ager & Strang (2008) defendem que a construção de capital social é essencial para a integração e segurança comunitária.

- Estratégias de Policiamento e Participação Comunitária

PSP: Referem limitações operacionais e falta de recursos para implementar estratégias mais participativas.

Líderes: Reivindicam maior envolvimento nas decisões de segurança e uma abordagem mais colaborativa.

A ausência de co-construção de estratégias revela um modelo ainda vertical e pouco democrático. A literatura sobre policiamento comunitário (Goldstein, 1990) defende a participação ativa dos cidadãos como elemento-chave para a eficácia e legitimidade da atuação policial.

- **Convergências e Tensões**

Ambos os grupos reconhecem a importância do diálogo e da proximidade, mas divergem na percepção da sua concretização.

Há um consenso sobre a necessidade de formação, mas divergência quanto à sua existência e impacto.

Estas convergências e tensões revelam um campo fértil para intervenção política e institucional. A análise crítica dos discursos permite identificar pontos de partida para a construção de pontes entre polícia e comunidade.

A análise das entrevistas realizadas com agentes da PSP revelou uma diversidade de percepções sobre o papel da instituição na integração dos migrantes oriundos dos PALOP. Ao cruzar os dados empíricos com o enquadramento teórico previamente estabelecido, emergem tensões, convergências e lacunas que merecem reflexão crítica.

## **5.4 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

A análise das entrevistas aos agentes da PSP e aos líderes comunitários dos PALOP revelou uma realidade complexa e marcada por tensões entre a intenção institucional e a experiência vivida pelas comunidades. Embora ambos os grupos reconheçam a importância do policiamento de proximidade e do diálogo intercultural, persistem lacunas significativas na formação, na construção de confiança e na participação comunitária.

Os agentes da PSP demonstram consciência da diversidade crescente nos territórios que policiam, mas admitem limitações operacionais e formativas que dificultam uma atuação verdadeiramente inclusiva. Por outro lado, os líderes comunitários denunciam abordagens policiais distantes, pouco sensíveis às especificidades culturais e, por vezes, marcadas por estigmas e incompreensões.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

A discussão dos resultados evidenciou que a ausência de estratégias estruturadas de policiamento intercultural compromete a eficácia da atuação policial e reforça barreiras entre instituições e comunidades. A construção de confiança, a formação contínua e o envolvimento ativo dos líderes comunitários surgem como elementos-chave para uma abordagem mais democrática e eficaz.

## **CAPÍTULO VI**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após um percurso investigativo marcado pela escuta ativa, análise crítica e reflexão sobre práticas institucionais, este capítulo apresenta as principais conclusões da investigação, bem como recomendações concretas, limitações enfrentadas e propostas para desenvolvimentos futuros.

Este estudo amplia as reflexões iniciadas no trabalho publicado em 2024 sobre o contributo da PSP na integração dos migrantes são-tomenses, alargando agora o foco aos cinco países tradicionalmente reconhecidos como PALOP. Tal continuidade permite observar padrões recorrentes, como a ausência de estratégias específicas e a necessidade de formação intercultural, confirmando a urgência de uma abordagem mais estruturada e inclusiva por parte da PSP.

#### **6.1 - CONCLUSÕES**

A investigação permitiu compreender, de forma aprofundada, as perceções de agentes da PSP e de líderes comunitários dos PALOP sobre o papel da polícia na integração dos migrantes africanos de língua portuguesa em Portugal. A análise qualitativa revelou tensões, convergências e lacunas que atravessam a relação entre segurança pública e diversidade cultural.

Apesar do reconhecimento institucional da importância do policiamento de proximidade, a sua aplicação junto das comunidades migrantes dos PALOP permanece limitada, pontual e pouco sistematizada. Os agentes demonstram abertura ao diálogo, mas enfrentam constrangimentos operacionais e formativos que dificultam uma atuação mais inclusiva. Por sua vez, os líderes comunitários denunciam práticas discriminatórias, ausência de escuta ativa e falta de representatividade nas políticas de segurança.

A integração dos migrantes exige mais do que presença policial: requer formação intercultural, envolvimento comunitário, reconhecimento das especificidades culturais e construção de confiança mútua. A triangulação dos dados revelou que a eficácia do policiamento depende da capacidade da PSP em adaptar-se às realidades locais, promovendo uma segurança pública democrática e participativa.

A importância da PSP neste domínio é evidente desde o primeiro contacto com o Estado português, nomeadamente nas fronteiras aéreas, onde muitos migrantes têm a sua primeira interação com agentes policiais. Esta relevância foi ampliada com a atribuição à PSP da competência de gestão dos Centros de Instalação Temporária, onde migrantes podem permanecer até 60 dias ou mais, aguardando decisões administrativas. Tal responsabilidade exige uma abordagem humanizada, transparente e culturalmente sensível.

Importa destacar, como já referido no estudo anterior (Samuel, 2024), o aumento progressivo da população prisional estrangeira em Portugal, em termos absolutos e relativos, incluindo cidadãos oriundos dos PALOP. Este fenómeno, embora multifatorial, pode revelar falhas nos processos de acolhimento e integração, reforçando a urgência de uma atuação policial mais próxima, preventiva e culturalmente sensível.

A análise comparada com experiências internacionais — como o *Community Policing* no Canadá, os *Independent Advisory Groups* no Reino Unido, a mediação intercultural nos Países Baixos e a formação ética na Noruega — evidencia que o sucesso do policiamento inclusivo depende de uma transformação institucional profunda, sustentada por políticas públicas consistentes e compromisso ético.

Neste contexto, torna-se pertinente a criação de um programa específico de policiamento de proximidade dirigido aos migrantes, à semelhança dos programas existentes para escolas ou idosos. Tal programa deve estar alicerçado numa estratégia clara, com objetivos definidos, ações regulares e mecanismos de avaliação da sua eficácia. A representatividade dos migrantes na população portuguesa — que ultrapassa os 10% — justifica plenamente esta abordagem diferenciada e estruturada.

## **6.2 - RECOMENDAÇÕES**

Com base nos resultados obtidos e nas boas práticas internacionais analisadas, propõem-se as seguintes recomendações, agrupadas por eixos estratégicos:

**Tabela 2** Recomendações

<b>Eixo Estratégico</b>	<b>Recomendações</b>
Formação e Capacitação	Formação intercultural contínua, com conteúdos sobre história, cultura e desafios das comunidades dos PALOP, inspirando-se em programas britânicos e noruegueses.
Proximidade e Mediação	Criação de gabinetes de apoio ao migrante nas esquadras, com mediadores culturais e materiais informativos em línguas africanas. Implementação de núcleos de policiamento comunitário intercultural, com agentes capacitados para atuar em territórios multiculturais.
Participação Comunitária	Estabelecimento de protocolos de colaboração com associações migrantes, promovendo ações regulares e avaliadas em conjunto. Participação ativa da PSP em eventos culturais e comunitários, reforçando o reconhecimento mútuo.
Sensibilização e Cidadania	Campanhas dirigidas às comunidades dos PALOP, com foco nos direitos, deveres e na prevenção da discriminação.
Avaliação e Monitorização	Criação de grupos consultivos independentes para monitorizar práticas policiais com indicadores de inclusão, representatividade e confiança comunitária.

### **6.3 - DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO**

Este estudo enfrentou algumas limitações que devem ser reconhecidas:

- Número reduzido de participantes, especialmente no grupo dos líderes comunitários, o que pode limitar a generalização dos resultados;
- Foco geográfico restrito à área de Lisboa, não abrangendo outras regiões com presença significativa de migrantes dos PALOP;
- Natureza subjetiva das entrevistas, que embora rica em conteúdo, depende das experiências individuais e contextuais dos entrevistados;
- Ausência de dados estatísticos complementares, que poderiam reforçar a análise qualitativa com indicadores objetivos de atuação da PSP:

Apesar destas limitações, o estudo oferece uma contribuição relevante para o debate sobre segurança pública e integração migrante em Portugal, abrindo caminho para investigações mais amplas e representativas.

#### **6.4 - DESENVOLVIMENTOS FUTUROS**

Para aprofundar o conhecimento sobre o tema, sugerem-se os seguintes caminhos para investigações futuras:

- Estudos comparativos entre diferentes regiões do país, analisando variações na atuação da PSP em contextos multiculturais;
- Investigação sobre a perceção dos próprios migrantes dos PALOP, incluindo jovens, mulheres e recém-chegados;
- Análise das práticas formativas da PSP, com foco na temática da diversidade cultural e na eficácia dos conteúdos interculturais;
- Estudos longitudinais sobre o impacto das ações de policiamento comunitário, avaliando mudanças na confiança institucional e na coesão social;
- Exploração do papel de outras forças de segurança e entidades públicas na integração dos migrantes, promovendo uma abordagem interinstitucional.

A integração dos migrantes dos PALOP não é apenas um desafio operacional para a PSP, mas uma oportunidade para construir uma segurança pública mais justa, representativa e democrática. Este estudo pretende contribuir para essa transformação, oferecendo caminhos concretos e sustentados para uma atuação policial que reconheça e valorize a diversidade como um ativo social.

## **7 - BIBLIOGRAFIA**

AcademiaLab. (2025). Demografia de Angola. Recuperado de <https://academia-lab.com/enciclop%C3%A9dia/demografia-de-angola/>

Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166–191. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>

AIMA (2024a). Relatório Intercalar: Recuperação de Processos Pendentes na AIMA – População Estrangeira em Portugal. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/4a518251d7-1744128191/relatorio-intercalar-recuperacao-de-processos-pendentes-na-aima-populacao-estrangeira-em-portugal.pdf>

AIMA (2024b). Relatório de Migrações e Asilo 2023. Disponível em: <https://aima.gov.pt/pt/noticias/aima-publica-relatorio-de-migracoes-e-asilo-2023>

AIMA. (2024). Relatório de Migrações e Asilo 2023. Agência para a Integração, Migrações e Asilo. <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>

AIMA. (2024). Relatório de Migrações e Asilo 2023. AIMA.gov.pt <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>

AIMA. (2025). Portal oficial da Agência para a Integração, Migrações e Asilo. <https://aima.gov.pt>

Angrosino, M. V. (2007). *Doing ethnographic and observational research*. SAGE Publications Ltd.

António, S. da C. (2024). Contributo da Polícia de Segurança Pública para a integração dos Migrantes: caso dos Imigrantes São-Tomenses. ISCP/PSI. Repositório Comum

ARES – Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde. (2024). Estudo CPLP/ARES: Procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP

Bachelor Thesis. Faculty Of Social Sciences Department of Sociology.

Baker J. & Tade A. Aida. (1997). The Migration Experience in Africa. Article in *The International Journal of African Historical Studies*.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Banks, J. A. (2006). *An introduction to multicultural education* (3rd ed.). Pearson/Allyn & Bacon.

Banks, J. A. (2007). *Educating citizens in a multicultural society* (2nd ed.). Teachers College Press.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Edições 70.

Bayley, D. H. (2006). *Changing the guard: Developing democratic police abroad*. Oxford University Press.

Bjørger, T. (2015). *Preventing Crime: A Holistic Approach*. Palgrave Macmillan.

Bowling, B., & Phillips, C. (2002). *Racism, Crime and Justice*. Harlow: Pearson Education.

Bowling, B., & Sheptycki, J. (2012). *Global policing*. SAGE Publications.

Bracante, P. H., & Reis, R. R. (2009). *A Secularização da Imigração: Mapa do Debate*. Lua Nova, [http: www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf).

Brodeur, J.-P. (2010). *The policing web*. Oxford University Press.

Broekhuizen, J. (2011). *Community policing in multicultural societies: The Dutch experience*. *European Journal of Criminology*, 8(3), 215–230.

Câmara Municipal de Lisboa (CML). (2018). *Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2018-2020*. CML. <https://www.am-lisboa.pt/documentos>.

Canadian Association of Chiefs of Police. (2018). *Policing in a Multicultural Society: Building Trust and Legitimacy*. Ottawa: CACP.

Canclini, N. G. (2015). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora UFMG.

Candau, V. M. (2008). *Educação intercultural: entre a igualdade e a diferença*. In M. C. M. Fleuri (Org.), *Educação intercultural: experiências e reflexões* (pp. 15–34). Vozes.

Candau, V. M. (2019). *Multiculturalismo e interculturalidade: igualdade e diferença na educação*. *Anais do CONEDU*.

Cáritas Diocesana de Lisboa. (2020). *Relatório de atividades 2020*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Carlos, A. et al. (1991). Imigrantes africanos em Portugal: condições de vida e inserção social.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). Metodologia da Investigação – Guia para Autoaprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, C., Barreto, A., Santos, F., Silva, R., & Jabula, I. (2023). Perfil dos Estudantes PALOP nas Instituições de Ensino Superior em Portugal: caracterização, expectativas, constrangimentos (2015–2021). CEI-Iscte. <https://cei.iscte-iul.pt/2023/09/relatorio-do-projeto-pepip-perfil-dos-estudantes-palop-nas-instituicoes-de-ensino-superior/>

Castles, S., & Miller, M. J. (2009). The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World (4<sup>a</sup> ed.). The Guilford Press

Castles, S., de Haas, H., & Miller, M. J. (2014). The age of migration: International population movements in the modern world (5th ed.). Palgrave Macmillan.

Chan, J. B. L. (1997). Changing Police Culture: Policing in a Multicultural Society. Cambridge University Press.

College of Policing. (2025). National Strategy for Inclusion and Diversity in Policing 2025–2030. London: College of Policing.

Craveiro, D. & Peixoto J. (2017). Migrações de Substituições: A Evolução do Conceito no Debate do Envelhecimento Populacional. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299

Creswell, J. W. (2014). Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Creswell, J. W. (2017). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). SAGE Publications.

Cunneen, C. (2008). Community policing and Indigenous communities: Context, challenges and opportunities. In Australian Institute of Criminology Reports. Canberra: Australian Institute of Criminology.

DadosMundiais.com.. (2025). Angola: Dados e estatísticas. Recuperado de <https://www.dadosmundiais.com/afrika/angola/index.php>

DadosMundiais.com.. (2025). Guiné-Bissau: Dados e estatísticas. Recuperado de <https://www.dadosmundiais.com/afrika/guine-bissau/index.php>

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Davis, A. Y. (2019). Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Haymarket Books.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). The SAGE Handbook of Qualitative Research. SAGE Publications

Dias, C., & Azevedo, R. (2018). O policiamento comunitário e os desafios da segurança cidadã: práticas e discursos em territórios vulneráveis. In Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais.

Dingle H. & V. Alistair, Drake. (2024). What Is Migration? Journal Article.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2022–2024). Estatísticas Prisionais. <https://dgrsp.justica.gov.pt>

Duque, E. J. (2012). Representações e expetativas dos estudantes universitários dos PALOP. Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24815/1/PALOP.pdf>

Durão, S. (2020). Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora. Academia.edu.. <https://www.academia.edu/43461588>

DW – Deutsche Welle. (2025, 13 de junho). PALOP: Jovens procuram oportunidades em Portugal.

Elias, L. (2018). Ciências policiais e segurança interna: desafios e prospetiva. Lisboa: ISCPSI.

Elias, L. M. A. (2013). A Externalização da Segurança Interna: As Dimensões Global, Europeia e Lusófona. Relações Internacionais. Lisboa: ISCPSI

Employees' Perceptions Of The Reception And Integration System In Italy In 2023.

Executive Digest. (2025). UNEF assume competências do antigo SEF. Recuperado de <https://executivedigest.sapo.pt/unef-assume-competencias-do-antigo-sef/>

Fã, E. F. (2023). O programa “Juntos por Todos” na Polícia de Segurança Pública: Uma intervenção de proximidade junto dos grupos de migrantes e culturais. Lisboa: ISCPSI

Felgueiras, S. (2009). O Papel do Estado no Reforço dos Mecanismos Informais de Controlo Social. In M. G. Valente (Coord.), Estudos Comemorativos dos 25 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Coimbra: Almedina.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Fernandez, I. G. (2014). *As Migrações como Objeto de Interesse das Políticas Públicas: Uma Abordagem de Direitos Humanos*. Red de Derechos Humanos y Educación Superior.

Ferreira, A. (2021). *Integração e acolhimento de migrantes: desafios contemporâneos*. Revista Lusófona de Estudos Sociais.

Ferreira, L. V. (2021). *Imigração em Portugal: Integração, Cidadania Interculturalidade*. Universidade de Minho.

Ferreira, P. M. (2017). *Migrações e Desenvolvimento*. Fundação Fé e Cooperação.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Artmed.

Fonseca, M. L. (2008). *Novos fluxos migratórios e dinâmicas de integração em Portugal*. In M. L. Fonseca (Ed.), *Migrações e integração: perspectivas comparadas* (pp. 35–52). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024). *Barómetro da imigração: A perspetiva dos portugueses* (Relatório n.º 4). [https://ffms.pt/sites/default/files/2024-12/Barometro-Imigracao\\_FINAL\\_3.pdf](https://ffms.pt/sites/default/files/2024-12/Barometro-Imigracao_FINAL_3.pdf)

Giddens, A. (2006). *O Mundo na era da Globalização*. Editorial Presença.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Godinho, F. P. N. (2022). *O Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP e as alterações legislativas decorrentes*. EBLJ 6. [http://www.networktimor.org/uploads/1/1/9/7/119766361/eblj\\_6\\_filipa\\_godinho.pdf](http://www.networktimor.org/uploads/1/1/9/7/119766361/eblj_6_filipa_godinho.pdf)

Góis, P., & Marques, J. C. (2018). *Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos*. OpenEdition

Goldstein, H. (1990). *Problem-oriented policing*. McGraw-Hill.

gov.pt.. (2025). *Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)*. <https://www2.gov.pt/servicos/centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-claim->

Governo de Portugal. (2023). *Forças de segurança em ações de cooperação em quatro países africanos*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=forcas-de-seguranca-em-acoes-de-cooperacao-em-quatro-paises-africanos>

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

Governo de Portugal. (2024). Plano de Ação para as Migrações: conheça as principais medidas. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=plano-de-acao-para-as-migracoes-conheca-as-principais-medidas>

Governo de Portugal. (2025). Imigração regulada e humanista: política migratória com controlo, dignidade e integração. Portugal.gov.pt

Gualda, E., & Fragoso, A. (2010). Integração de imigrantes em Portugal e Espanha: desafios e aprendizagens interculturais. In M. C. M. Fleuri (Org.), Educação intercultural: experiências e reflexões (pp. 95–112). Vozes

Gundhus, H. O. I., & Larsson, P. (2007). Policing in Norway: Towards a democratic model? In M. O'Neill, M. Marks, & A.-M. Singh (Eds.), Police occupational culture: New debates and directions (pp. 153–170). Oxford: Elsevier

Henriques, M. A. (2010). Argumentos para uma viagem sem regresso: A imigração PALOP por via da saúde – Um estudo de caso [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE

Imigrar.org.. (2024). Plano de Ação para as Migrações: Conheça as 41 Medidas. <https://imigrar.org/plano-de-acao-para-as-migracoes-conheca-as-41-medidas>

Inácio, C. 2010, Políticas Públicas de Segurança: Novo Paradigma. Revista Portuguesa de Ciência Política.

INE & UNFPA. (2017). Dinâmica de População em Moçambique – Censo 2017. Instituto Nacional de Estatística & Fundo das Nações Unidas para a População.

INE Cabo Verde. (2022). Migrações – RGPH 2021. Instituto Nacional de Estatística. Recuperado de <https://ine.cv/wp-content/uploads/2023/05/proposta-tema-migracao-final-revisto.pdf>

INE São Tomé e Príncipe. (2023). Relatório sobre Fluxo Migratório em São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estatística.

Jackson, John A. (1991), Migrações, Lisboa, Escher.

Jardim, B. R. D. (2013). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português – das necessidades sentidas aos apoios prestados [Dissertação de Mestrado, ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa]. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/6174/1/A%20Tese.pdf>

Jornal de Notícias. (2024). Parlamento quer mais afrodescendentes na PSP. <https://www.jn.pt/3985356954/parlamento-quer-mais-homossexuais-ciganos-e-afrodescendentes-na-gnr-e-na-psp>

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Kaunas (2023). Immigration And the Voice Of Italian NGOs: A Case Study Of Third Sector

Kvale, S. (1996). *InterViews: An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Kvale, S., & Brinkmann, S. (2015). *InterViews: Learning the craft of qualitative research interviewing* (3rd ed.). SAGE Publications.

Kymlicka, W. (2001). *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford University Press.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2021). *Fundamentos de metodologia científica* (9ª ed.). Atlas.

Lentin, A. (2008). *Racism and Anti-Racism in Europe*. London: Pluto Press.

Lima Santos, N., & Faria, L. (2006). Comparative study about perceptions of socio-professional characteristics from ordinary workers and African PALOP immigrants in Portugal. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 16(34), 181–192.

Lisboa, M., & Teixeira, A. L. (2015). Policiamento de proximidade: representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia. Edições Húmus.

Lopes, N. R. C. (2013). Policiamento de proximidade: aplicação prática do modelo integrado de policiamento de proximidade na PSP [Dissertação de Mestrado, ISCPSI]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/32148>

Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade: Documentos para o Ensino*. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Lourenço, N. (2015). Segurança Interna e Horizonte 2025: Um Conceito Estratégico de Segurança Interna. *Revista de Direito e Segurança*.

Machado, F. (1999). *Imigração e integração em Portugal*.

Machado, J. (2025, maio 1). A invisibilidade da imigração no debate político em Portugal. *Diário da Cidadania*. <https://diariodacidadania.com>.

Marques, M. L. T. dos S. (2015). *A imigração e a língua de acolhimento em Portugal: questões de identidade e integração*

Martine, G. (2005). *A Globalização Inacabada: Migrações Internacionais e Pobreza no Século 21. São Paulo em Perspetiva*.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Martins.

Massey, D. S., & Denton, N. A. (1993). *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Harvard University Press.

Mbembe, A. (2016). *Politiques de l'inimitié*. Paris: La Découverte

Metropolitan Police. (2022). *Race and Diversity Strategy*. <https://www.met.police.uk/advice/advice-and-information/m/diversity-and-race/>

Milagres, S., & Santos, L. (2018). *Fluxos migratórios em Angola: Novos contextos e desafios* (2ª ed. rev. e atualizada). Luanda: Mayamba Editora.

Minayo, M. C. de S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (18ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Minayo, M. C. de S. (2012). *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626.

Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (9ª ed.). Hucitec.

Ministério da Administração Interna. (2022, 2023, 2024). *Relatório Anual de Segurança Interna*. <https://www.mai.gov.pt>.

Ministério da Justiça. (2024, abril). *Destaque estatístico anual – Movimento processual nos tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância (2015–2022)*. Direção-Geral da Política de Justiça-

Ministério Público. (2021). *Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/acordo-sobre-mobilidade-entre-os-estados-membros-da-comunidade-dos-paises-de-lingua>

Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research* (2nd ed.). SAGE Publications.

MSN Notícias. (2025). *Distribuição de migrantes pelos centros de acolhimento*. Recuperado de <https://www.msn.com/pt-pt/noticias/unef-centros-de-acolhimento>.

Mundra K. (2005). *Immigration, and International Trade: A Semiparametric Empirical Investigation*, Article in *Journal of International Trade and Economic Development*. Rutgers University, Newark.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Mundra K. (2014). Immigration and Trade Creation for the U.S.: The Role of Immigrant Occupation. Department of Economics, Rutgers University, Newark.

Niculau, P. (2015). Fluxos Migratórios e Desafios de Segurança: A Circulação de Pessoas nas Fronteiras Aéreas Portuguesas. (Tese de Doutoramento). Universidade Lusíadas

Observador. (2024, outubro 14). Acordo de Mobilidade no seio da CPLP é “pilar estratégico” da política de imigração. <https://observador.pt/2024/10/14/acordo-de-mobilidade-no-seio-da-cplp-e-pilar-estrategico-da-politica-de-imigracao>

Observatório da Emigração. (2024). Imigrantes dos PALOP em Portugal. <https://observatorioemigracao.pt>

OIM Moçambique. (2021). Estratégia da OIM Moçambique 2021–2023. Organização Internacional para as Migrações.

OIM. (2021). Perfil de Governança da Migração – Angola. Organização Internacional para as Migrações. Recuperado de <https://publications.iom.int/system/files/pdf/MGI-Angola-2021-PT.pdf>

Oliveira, C. A. A. (2012). O Novo Pacto Para a Migração e o Asilo: Uma Realidade Distante. (Relatório de Estágio). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Oliveira, C. R. & Gomes, N. (2014). Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal. Alto Comissário para as Migrações.

Oliveira, C. R. & Gomes, N. (2018). Migrações e Saúde em Numeros: O Caso Português (Caderno Estatístico Temático). Alto Comissário para as Migrações.

Oliveira, C. R. (2023). Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2023. 1ª. Ed. AIMA. Lisboa.

Oliveira, J. (2006). As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade. Almedina.

Oliveira, N. (2023). O que é o multiculturalismo e como o podemos diferenciar do interculturalismo?. Revista APS.

ONU Cabo Verde. (2021). Perfil de Governança da Migração – Cabo Verde. Organização das Nações Unidas.

Patton, M. Q. (2002). Qualitative research & evaluation methods (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Peixoto, J, Craveiro, D, Malheiros, J, & Oliveira I. T. (2017). Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspetivas de Evolução da Sociedade e Economia Portuguesa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Pereira, A. M. (2014). As Ameaças Transnacionais e a Segurança Interna: Contributos Para a Operacionalização do seu Combate em Portugal. Revista de Ciências Militares, VII.

Pereira, D.M.B. (2023). Alterações Climáticas, Migrações e Segurança. Lisboa: Gustavo

Pereira, M. (2018). As Alterações recentes ao código de Fronteiras Schengen: Que Consequências para os Beneficiários da Livre Circulação? Julgar.

Perez, N. M., Nguyen, T., & Vogel, B. (2021). Community–Police Dialogues: Evaluating the Effects on Adult, Youth, and Police Participants. Policing: A Journal of Policy and Practice, 15(2), 1232–1244. <https://doi.org/10.1093/police/paaa034>.

Pires, R. & Pereira, C. (2018). Migrações, qualificações e desigualdade social. In Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins, António Firmino da Costa (Ed.), Desigualdades sociais: Portugal e a Europa. Lisboa: Mundos Sociais.

Poiães, N. & Marta R. (2018). Segurança Interna: Desafios na Sociedade de Risco Mundial. Lisboa: ISCPSI.

Polícia de Segurança Pública. (2020). Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade. <https://www.psp.pt/Pages/atividades/MIPP.aspx>

Polícia de Segurança Pública. (2022). Plano Estratégico da PSP 2022–2026. <https://www.psp.pt/Documents/Plano-Estrategico-PSP-2022-2026.pdf>

Polícia de Segurança Pública. (2023). Programa Juntos Por Todos. [https://www.psp.pt/Pages/atividades/Juntos\\_Por\\_Todos.aspx](https://www.psp.pt/Pages/atividades/Juntos_Por_Todos.aspx)

Politihøgskolen. (2004). Curriculum for the Bachelor Programme in Police Studies. Oslo: Norwegian Police University College

Pordata (2023). Dia Internacional dos Migrantes – Indicadores sobre População Estrangeira em Portugal. Disponível em: [https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f\\_2023\\_12\\_12\\_pr\\_dia\\_internacional\\_dos\\_migrantes\\_vf.pdf](https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf)

Quintino M. C. R. (2004). Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Intervenção de uma Comunidade. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2008). Manual de investigação em ciências sociais (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Rasi. (2023). Relatório Anual de Segurança Interna 2022. Sistema de Segurança Interna.

Reiner, R. (2010). The politics of the police (4th ed.). Oxford University Press.

Renda A. I., Ribeiro F. P. e Baleiro R. (2017). Manual de Regras para Trabalhos Académicos em Ciências Sociais. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.

Revista Comunidades. (2024, setembro 25). Cabo-verdianos são a terceira maior comunidade estrangeira em Portugal. <https://revistacomunidades.pt/cabo-verdianos-sao-a-terceira-maior-comunidade-estrangeira-em-portugal-em-2023/>

Rodrigues, T. F. (2010). Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal. Instituto de Defesa Nacional.

Romero, T. G. (2015). Fluxos Migratórios e as Novas Categorias de Refugiados: Os Refugiados Ambientais e os Refugiados Económicos. Nefipo.

Royal Canadian Mounted Police. (2023). Community Policing Strategy. <https://www.rcmp-grc.gc.ca/en/community-policing>

Santos, B. de S. (2007). Para uma revolução democrática da justiça. Cortez Editora.

Santos, M. (2007). O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, N. L., & Faria, L. (2006). Imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal: Auto-percepções e percepções de características sócio-profissionais. Paidéia (Ribeirão Preto), 16(35), 257–283

Sarmiento M. (2013). Metodologia para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses. Lisboa: Universidade Lusíadas Editora.

SEF/GEPF. (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Seibert, G. (2001). Camaradas, Clientes e Compadres, Lisboa, Vega Editora,

SIC Notícias. (2025). UNEF entra em vigor com 1.200 polícias. Recuperado de <https://sicnoticias.pt/pais/unef-entra-em-vigor-com-1200-policias>

Silva T. M. C. (2021). Preconceito, Discriminação e Integração, Universidade de Lisboa

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

Silva, E., & Casimiro, C. (Eds.). (2023). Migrações, famílias e desigualdades. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Tolentino, C. (2008). Emigração cabo-verdiana: de fado a projecto. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).

Tyler, T. R. (2006). Restorative justice and procedural justice: Dealing with rule breaking. *Journal of Social Issues*, 62(2), 307–326. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2006.00452.x>

UNESCO. (2024). Relatório sobre diversidade linguística e línguas em perigo. Paris: UNESCO

Victoria M. Esses, John F. Dovidio, Lynne M. Jackson, Tamara L. Armstrong (2002). The Immigration Dilemma: The Role of Perceived Group Competition, Ethnic Prejudice, and National Identity. *Journal of Social Issue*.

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo.

Walker, S. S. (2001). *African Roots/American Cultures: Africa in the Creation of the Americas*. Lanham: Rowman & Littlefield.

Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Ediciones Abya-Yala.

Wikipédia. (2025). Demografia de Angola. Recuperado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia\\_de\\_Angola](https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_de_Angola).

Wikipédia. (2025). Demografia de Cabo Verde. Recuperado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia\\_de\\_Cabo\\_Verde](https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_de_Cabo_Verde)

Wikipédia. (2025). Guiné-Bissau. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>.

Wikipédia. (2025). São Tomé e Príncipe. Recuperado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe)

Worldometer. (2025). Demografia de Cabo Verde. Recuperado de <https://www.worldometers.info/pt/demografia/cabo-verde-demografia/>

Worldometer. (2025). Guiné-Bissau população (ao vivo)

Worldometer. (2025). População da Guiné-Bissau. Recuperado de <https://www.worldometers.info/pt/populacao-mundial/guine-bissau-populacao>

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Worldometer. (2025). População de São Tomé e Príncipe. Recuperado de <https://www.worldometers.info/pt/populacao-mundial/sao-tome-e-principe-populacao>

Yin, R. K. (2016). *Qualitative Research from Start to Finish*. Guilford Press.

Zanetic, A. (2015). Policiamento de proximidade: Uma abordagem comunitária da segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 9(1), 10–25.

## APÊNDICES

### APÊNDICES A

#### **Guião da Entrevista:**

No âmbito da elaboração da Monografia do Mestrado em Ciências Policiais – Gestão de Segurança no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), para o ano letivo 2024/2025, cujo tema é “Contributo da Polícia de Segurança Pública para a Integração dos Migrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, elaborado pelo Superintendente da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe Samuel da Conceição António, orientado pelo Superintendente-chefe da PSP Pedro José Lopes Clemente e Subintendente Nuno Ricardo Pica dos Santos, pretendemos realizar entrevistas com o objetivo de compreender o papel da PSP no acolhimento e integração dos migrantes em Portugal.

#### **Perfil do entrevistado**

Nome do entrevistado:

Organização a que pertence:

Função:

Posto:

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?
2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?
3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?
4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?
5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?
6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?
7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?
9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?
10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?
11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

São Tomé, 27 março de 2025

Samuel da Conceição António

Mestrando

## APÊNDICES B

### Entrevistado I:

Nome do entrevistado: XXXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXXX

Posto: Chefe

**Data 29/05/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

**R:** A PSP deve assumir um papel ativo na criação de ambientes seguros e inclusivos que favoreçam o acolhimento dos migrantes dos PALOP. Para além da sua missão de garantir a ordem pública, deve ser promotora de confiança, proximidade e respeito mútuo, contribuindo para que estas comunidades se sintam parte integrante da sociedade portuguesa.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

**R:** A PSP tem apostado em estratégias de policiamento de proximidade, reforçando a presença em zonas com maior densidade de população migrante. Através de ações de sensibilização, sessões informativas e contactos regulares com líderes comunitários, procura antecipar problemas e promover uma convivência harmoniosa.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

**R:** Embora não existam programas exclusivamente dirigidos aos migrantes dos PALOP, várias iniciativas da PSP têm incluído estas comunidades, como o “Escola Segura” e o “Programa Integrado de Policiamento de Proximidade”. A eficácia tem sido visível na melhoria da comunicação, na redução de tensões e no aumento da confiança institucional.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

**R:** A PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos com uma abordagem baseada na formação contínua e na valorização da diversidade. A inclusão de agentes com origem nos PALOP e o recurso a mediadores culturais têm sido fundamentais para ultrapassar barreiras e promover uma comunicação mais eficaz

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

**R:** Sim, a PSP tem estabelecido parcerias com associações de migrantes, ONGs e instituições dos PALOP, promovendo ações conjuntas em áreas como a prevenção da violência, a educação para os direitos humanos e o apoio à integração. Esta colaboração tem sido essencial para uma resposta mais abrangente e sensível às realidades locais

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

**R:** A abordagem da PSP na prevenção de conflitos passa pela escuta ativa, pela mediação comunitária e pela presença constante em territórios vulneráveis. Através de ações preventivas e de diálogo com as comunidades, procura identificar sinais de tensão e atuar antes que se transformem em situações críticas

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

**R:** Os agentes da PSP têm acesso a formação em áreas como direitos humanos, comunicação intercultural e gestão de diversidade. Em alguns casos, são promovidas ações específicas sobre os contextos socioculturais dos PALOP, permitindo uma atuação mais informada e empática no terreno.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

**R:** Entre os principais desafios enfrentados pela PSP estão a superação de estereótipos, a construção de confiança junto de comunidades historicamente marginalizadas e a adaptação às novas dinâmicas migratórias. A escassez de recursos humanos com competências interculturais também representa uma limitação.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

**R:** A PSP tem realizado intervenções com impacto positivo, como campanhas de sensibilização em bairros multiculturais, ações de formação em escolas frequentadas por jovens dos PALOP, e projetos de policiamento comunitário que envolvem líderes locais. Estas iniciativas têm promovido maior inclusão e segurança.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

**R:** A PSP poderia desenvolver programas de mentoria comunitária, envolvendo agentes e membros das comunidades dos PALOP em ações conjuntas. A criação de

gabinetes de apoio intercultural nas esquadras e o reforço da formação em competências sociais seriam também medidas eficazes para melhorar a integração

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

R: Embora os laços históricos justifiquem uma atenção especial, uma estratégia exclusiva para os PALOP poderia gerar perceções de desigualdade. O ideal seria integrar ações específicas num modelo mais amplo de policiamento intercultural, que valorize todas as comunidades e promova a equidade no tratamento institucional.

## APÊNDICES C

### Entrevistado II:

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Comissário

**Data 29/05/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

R: A PSP, enquanto força de segurança de âmbito nacional e com presença significativa nos principais centros urbanos, assume um papel relevante na segurança interna em múltiplas dimensões. No exercício das suas competências e através da participação em diversos fóruns, pode contribuir de forma significativa para o processo de acolhimento dos cidadãos que escolhem Portugal como destino para viver e trabalhar.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

R: A PSP desenvolve, há vários anos, iniciativas e programas de policiamento orientados para a proteção e segurança das comunidades imigrantes, refletindo uma preocupação constante com a criação de condições que favoreçam a sua integração plena na sociedade portuguesa.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

R: Não tenho conhecimento da existência de programa(s) especificamente dirigido aos imigrantes, mas a preocupação relativamente à integração dos imigrantes está patente nos vários programas especiais de policiamento.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

R: No que respeita aos imigrantes provenientes dos países dos PALOP, a PSP dispõe de um conhecimento consolidado das respetivas culturas e, em alguns casos, também da língua, fruto dos laços históricos que unem Portugal a esses países. Adicionalmente, a presença de elementos oriundos dessas comunidades nas fileiras da PSP constitui um fator facilitador da comunicação e da interação, promovendo uma relação de maior proximidade e confiança.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

R: A PSP tem desempenhado um papel relevante nos diversos fóruns e grupos de trabalho em que está representada, sendo o seu contributo amplamente reconhecido pelos parceiros institucionais. Contudo, importa sublinhar que a responsabilidade pela integração dos imigrantes não recai primariamente sobre a PSP. Esta assume, sim, a função de parceiro estratégico, com competências específicas na área da segurança pública, contribuindo para a criação de um ambiente seguro e propício à integração.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

R: Para além das suas atribuições na área da segurança pública e da manutenção da ordem e tranquilidade social, a PSP tem participado ativamente em iniciativas que promovem o esclarecimento e o debate sobre questões relacionadas com a segurança e a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Através de ações específicas orientadas para a aproximação entre comunidades, a PSP procura contribuir, de forma preventiva, para a promoção da paz, da inclusão e da boa convivência social.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

R: A PSP tem vindo a reforçar a capacitação dos seus agentes através de ações de formação que integram componentes de diversidade cultural, direitos humanos e comunicação intercultural, com especial atenção às comunidades provenientes dos países dos PALOP. Este investimento formativo visa dotar os profissionais de competências que lhes permitam compreender melhor os contextos socioculturais destes cidadãos, promovendo uma atuação mais próxima, empática e eficaz. Além disso, a presença de agentes oriundos dessas comunidades constitui um recurso valioso, facilitando o diálogo e contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e respeitadora da diversidade

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

R: Face ao crescente número de cidadãos que escolhem Portugal como destino, bem como à diversificação dos países de origem, os desafios colocados à segurança e à integração tornaram-se significativamente mais complexos. A atribuição de novas competências à PSP no domínio do controlo de fronteiras veio conferir uma nova dinâmica a esta área, reforçando a responsabilidade da instituição e elevando o nível de exigência na resposta às necessidades emergentes

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

R: A PSP tem promovido diversas intervenções com impacto positivo junto das comunidades migrantes dos PALOP, destacando-se ações de proximidade que visam fortalecer a confiança e o sentimento de segurança. Entre estas, incluem-se projetos de policiamento comunitário em bairros com elevada presença de cidadãos oriundos dos PALOP, sessões informativas sobre direitos e deveres em território nacional, e iniciativas culturais que valorizam a diversidade e fomentam o diálogo intercultural. Estas intervenções têm contribuído para uma maior aproximação entre a PSP e estas comunidades, promovendo a inclusão, a prevenção de conflitos e o reforço da coesão social.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

R: A PSP poderia aprofundar a sua atuação junto das comunidades dos PALOP através do desenvolvimento de programas de mediação intercultural, envolvendo agentes com formação específica e, sempre que possível, com origem nas próprias comunidades. A criação de núcleos de policiamento comunitário dedicados à diversidade cultural permitiria uma resposta mais ajustada às necessidades locais, promovendo o diálogo, a prevenção e a confiança mútua. Poderiam também ser implementadas ações conjuntas com associações de imigrantes, escolas e autarquias, centradas na promoção dos direitos fundamentais, na prevenção da discriminação e na valorização da identidade cultural. Estas abordagens, sustentadas por formação contínua e avaliação participativa, contribuiriam para uma integração mais harmoniosa e para o reforço da coesão social.

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

R: Embora os laços históricos entre Portugal e os países dos PALOP justifiquem uma atenção especial às suas comunidades migrantes, a adoção de uma estratégia de policiamento de proximidade exclusivamente dirigida a estas populações poderia não ser a abordagem mais eficaz. A PSP deve privilegiar modelos inclusivos e integradores, capazes de responder às especificidades culturais dos PALOP, sem perder de vista a diversidade crescente da sociedade portuguesa. A aposta em estratégias de policiamento de proximidade que valorizem a interculturalidade, a escuta ativa e a colaboração com todas as comunidades permite uma atuação mais equitativa, reforça a confiança institucional e promove a coesão social. Dentro deste quadro, ações específicas para os PALOP podem e devem ser desenvolvidas, mas inseridas numa lógica mais ampla de inclusão e respeito pela pluralidade.

**APÊNDICES D**  
**Entrevistado III:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Chefe

**Data 18/06/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal? **A Polícia de Segurança Pública, no cumprimento da sua missão securitária, atua na estrita observância dos deveres da imparcialidade, da igualdade e da legalidade, por forma a que todo e qualquer cidadão, independentemente da sua nacionalidade, e sinta seguro em Portugal.**
2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP? **Sem conhecimento das estratégias específicas para responder à questão.**
3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia? **Sem conhecimento dos programas ou iniciativas específicas para responder à questão.**
4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP? **Sem conhecimento para responder à questão.**
5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração? **Sem conhecimento para responder à questão.**
6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP? **Sem conhecimento para responder à questão.**
7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP? **Sem conhecimento para responder à questão.**

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP? **Os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes, prendem-se muitas vezes com questões culturais e com a falta de conhecimento da legislação vigente em Portugal por parte dos migrantes PALOP.**
9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?
10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP? **Considero que este é um trabalho a ser desenvolvido não apenas pela PSP como também pela comunidade migrante, dando, por um lado a conhecer a cultura dos migrantes PALOP, e por outro, ministrar formação aos próprios PALOP sobre a legislação em Portugal.**
11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade? **Tendo em linha de conta a atual diversidade cultural em Portugal, e por forma a não discriminar qualquer cultura, povo ou religião, considero que a PSP deva adotar uma estratégia de policiamento de proximidade que abranja todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade.**

**APÊNDICES E**  
**Entrevistado IV:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXXX

Posto: Chefe-Coordenador

**Data 24/06/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal? R: Enquanto força de segurança, a PSP deve manter o seu compromisso com a proteção dos imigrantes que escolhem Portugal como destino para recomeçar as suas vidas, assegurando um ambiente seguro e acolhedor.
2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP? R: A PSP, em articulação com diversas entidades públicas e privadas, tem desempenhado um papel ativo na promoção da segurança dos imigrantes e na criação de condições favoráveis ao seu acolhimento
3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia? R: Não tenho conhecimento da existência de programa(s) especificamente dirigido aos imigrantes.
4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP? R: A PSP tem procurado ajustar a sua atuação às especificidades culturais dos imigrantes, tendo em conta as suas origens e identidades, sem descurar o cumprimento das normas nacionais.
5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração? R: Sim
6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP? R: A PSP deve prosseguir com a sua missão de assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, reforçando a sua atuação através de uma relação próxima e de confiança com os cidadãos..
7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP? R: Várias que não consigo especificar

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP? R: A multiculturalidade, os diferentes enquadramentos legais associados ao país de origem dos imigrantes e a diversidade religiosa — com as suas distintas práticas e rituais — exigem uma abordagem sensível e informada por parte das instituições, promovendo o respeito pela diferença e a inclusão social.
9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP? R: Projeto gira no Bairro.
10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP? R: Para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP, a PSP poderia apostar em programas de formação intercultural dirigidos aos seus agentes, promovendo uma maior sensibilidade às realidades socioculturais destas comunidades. Além disso, seria pertinente criar espaços de diálogo comunitário, em parceria com associações locais, onde se abordassem temas como direitos, deveres, segurança e cidadania. Estas iniciativas não só reforçariam a confiança mútua como também contribuiriam para uma convivência mais harmoniosa e inclusiva..
11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade? R: Apesar dos profundos laços históricos entre Portugal e os países dos PALOP, considero que a PSP não deve implementar uma estratégia de policiamento de proximidade exclusivamente direcionada a esta comunidade. O policiamento de proximidade deve ser orientado por princípios de equidade, inclusão e respeito pela diversidade cultural, abrangendo todas as comunidades imigrantes. No entanto, reconhecendo a relevância e expressão da comunidade dos PALOP em Portugal, é legítimo que se desenvolvam iniciativas específicas que promovam o diálogo intercultural, a cooperação e o fortalecimento da confiança entre cidadãos e forças de segurança — desde que integradas numa abordagem mais ampla e não discriminatória.

## APÊNDICES F

### Entrevistado V:

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Subcomissário

**Data 29/05/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

**R:** A PSP deve assumir-se como uma ponte entre culturas, não apenas como força de segurança. O seu papel passa por ser um agente de coesão social, capaz de compreender os contextos históricos e culturais dos migrantes dos PALOP e atuar com empatia, inteligência relacional e visão comunitária.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

**R:** As estratégias atuais têm sido pontuais e reativas. Para serem eficazes, precisam de ser transformadas em políticas estruturadas: formação contínua em diversidade, presença ativa em eventos comunitários e criação de núcleos de escuta intercultural. A integração não se promove com patrulhas, mas com presença significativa.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

**R:** Não há programas desenhados exclusivamente para os PALOP, o que revela uma lacuna estratégica. A eficácia das ações genéricas é limitada quando não se reconhecem as especificidades culturais, linguísticas e sociais destes grupos. É urgente desenvolver iniciativas com base em diagnóstico participativo.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

**R:** A resposta tem sido desigual. Em alguns contextos, há agentes sensibilizados e preparados; noutros, prevalece a incompreensão e o distanciamento. A PSP precisa de investir em literacia cultural, abandonar estereótipos e adotar práticas de policiamento que respeitem a pluralidade identitária.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

**R:** Sim, mas de forma fragmentada. A articulação com associações de migrantes, autarquias e instituições educativas existe, mas carece de continuidade e avaliação. O ideal seria criar plataformas interinstitucionais permanentes, com metas claras e indicadores de impacto

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

**R:** A prevenção tem sido mais intuitiva do que estratégica. A PSP precisa de apostar em mediação comunitária, formação em gestão de conflitos interculturais e campanhas de sensibilização que envolvam todos os grupos. A prevenção começa com o reconhecimento da diversidade como valor.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

**R:** Ainda que existam ações formativas, elas são insuficientes e pouco sistematizadas. A capacitação deve ser contínua, obrigatória e centrada em competências práticas: comunicação intercultural, escuta ativa, empatia operacional e gestão de preconceitos.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

**R:** Os desafios são múltiplos: falta de recursos humanos especializados, resistência interna à mudança, ausência de dados desagregados por origem e uma cultura institucional ainda pouco aberta à diversidade. Superar estes obstáculos exige liderança, visão e compromisso político.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

**R:** Algumas ações pontuais têm tido impacto — como sessões informativas, apoio em situações de vulnerabilidade e participação em eventos culturais. No entanto, falta uma estratégia de continuidade e avaliação. Intervenções isoladas não constroem confiança duradoura.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

**R:** Criar gabinetes de mediação intercultural em cada esquadra  
Recrutar agentes com origem nos PALOP para reforçar representatividade  
Desenvolver campanhas de comunicação inclusiva com apoio das comunidades  
Implementar um sistema de escuta ativa com feedback regular dos migrantes

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

R: Não específico, mas sensível. O policiamento de proximidade deve ser transversal, mas com capacidade de adaptação às realidades culturais de cada grupo. A chave está na flexibilidade operacional e na formação dos agentes para responder às necessidades concretas dos PALOP sem criar guetos institucionais.

**APÊNDICES G**  
**Entrevistado VI:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Chefe

**Data 25/06/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

R: No quadro das suas competências legais, face às suas características de polícia de proximidade, a PSP deverá equacionar ter um programa específico dirigido aos imigrantes dos PALOP, para dar a conhecer a própria PSP isto é, as suas missões e atribuições, bem servir de facilitador na interação com outras entidades, quer públicas, privadas ou privadas.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

A PSP não dispõe de nenhuma estratégia específica para facilitar a integração dos migrantes dos PALOP

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

R: Desconheço.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

R: A PSP intervém muitas vezes em crises, onde a comunicação é difícil. Como o serviço é contínuo, nem sempre há apoio externo disponível. Com os PALOP, a comunicação é facilitada pelas ligações históricas, mas é essencial respeitar as diferenças culturais.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

R: Penso que sim. A PSP colabora com a ACNUR e com a OIM, mas desconheço como é feita esta colaboração.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

R: Mais do que intervir apenas em situações de conflito, é essencial que a PSP se aproxime das comunidades, conhecendo os seus hábitos, tradições e formas de estar. Este envolvimento contribui para uma visão mais humana dos imigrantes, ao mesmo tempo que reforça a ideia de que os agentes também são pessoas, com histórias e emoções, por trás da farda que vestem.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

R: A PSP tem desenvolvido diversos cursos de formação para a especialização do controlo de fronteiras externas atuando com parceiros e entidades externas para melhor adequação dos procedimentos quer de controlo de fronteiras quer de contacto com os primeiros migrantes.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

R: Um dos principais desafios é a diversidade das comunidades imigrantes, o que, face à limitação de recursos humanos, torna difícil conhecê-las de forma proativa e aprofundada.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

R: Não me lembro.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

R: Dado o seu papel de polícia de proximidade, a PSP poderia desenvolver um programa específico para imigrantes dos PALOP, promovendo o conhecimento da instituição e facilitando a ligação com outras entidades. Para além da intervenção policial direta, este esforço ajudaria os imigrantes a conhecer melhor o país e permitiria à PSP compreender mais profundamente cada comunidade.

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade? Embora os laços históricos entre Portugal e os PALOP facilitem a comunicação e a empatia, considero que a PSP não deve adotar uma estratégia de policiamento de proximidade exclusiva para esta comunidade. O policiamento de proximidade deve ser inclusivo e adaptado à diversidade das comunidades imigrantes, respeitando as especificidades culturais de cada uma. No entanto, reconheço que, dada a dimensão e representatividade da comunidade dos PALOP em Portugal, pode ser pertinente desenvolver ações específicas que promovam o diálogo, a confiança e o conhecimento mútuo, sem que isso implique exclusividade ou diferenciação injustificada face a outras comunidades.

**APÊNDICES H**  
**Entrevistado VII:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Comissário

**Data 29/05/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

A PSP não deve assumir um papel principal nesta ação de acolhimento e integração. A PSP atua de forma complementar, dando uma resposta de segunda linha em coordenação com demais entidades.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

Através do MIPP, a PSP tem promovido diversas ações de sensibilização, em especial junto da comunidade escolar, que indiretamente facilita a integração de migrantes, uma vez que estas ações incidem na promoção de valores e princípios, nomeadamente a igualdade, o respeito pelo próximo.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

Desconheço se existe.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

Na minha opinião, a PSP não tem enfrentado desafios desta natureza.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

Penso que a PSP colabora com a ACNUR e com a OIM, mas desconheço como opera.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

Não tenho conhecimento de causa.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Com a criação da UOSACF, a PSP tem desenvolvido diversos cursos de formação para a especialização do controlo de fronteiras externas atuando com parceiros e entidades externas para melhor adequação dos procedimentos quer de controlo de fronteiras quer de contacto com os primeiros migrantes.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

Não tenho conhecimento de causa.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

Da minha experiência, nada de relevante tenho a relatar.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

Penso que a PSP deve continuar a apostar no MIPP para em coordenação com outras entidades e parceiros dar uma resposta conjunta aos desafios que surgem em todo o processo de integração dos migrantes dos PALOP.

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

A PSP deve ter uma resposta integral e preparada para todas as comunidades residentes em Portugal.

**APÊNDICES I**  
**Entrevistado VIII:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Subcomissário

**Data 29/05/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

R: Atualmente, o papel da PSP no acolhimento e integração de imigrantes está claramente estabelecido. A instituição participa ativamente neste processo, assumindo responsabilidades no controlo das fronteiras e garantindo a segurança nos centros de acolhimento temporário, em articulação com outras entidades públicas.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

R: A atuação da PSP no âmbito das migrações insere-se numa estratégia mais ampla definida pelo Estado, que envolve diversos parceiros institucionais e sociais. Embora não disponha de um plano autónomo, a PSP contribui ativamente para o acolhimento dos imigrantes, alinhando-se com os princípios de inclusão, respeito e dignidade que caracterizam uma sociedade democrática

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

R: Neste momento, não tenho conhecimento de um programa específico da PSP direcionado para esta área. No entanto, reconheço que existem medidas a implementar no âmbito das novas competências atribuídas, as quais estão inseridas num plano estratégico mais amplo definido pelo Governo.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

R: A convivência com diferentes culturas traz desafios variados, desde barreiras linguísticas até dificuldades de integração ligadas ao emprego ou à habitação. Cabe à PSP assegurar a segurança de todos os cidadãos, sem distinção de origem, e colaborar com outras entidades na luta contra a discriminação, promovendo o respeito pela diversidade cultural.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

R: Embora não tenha atribuições exclusivas nesta área, a PSP integra o plano de ação para as migrações, colaborando com outras entidades e desempenhando eficazmente o seu papel dentro das competências que lhe estão atribuídas.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

R: No exercício da sua missão, a PSP tem o dever de garantir a segurança de todos os cidadãos, independentemente da sua origem. No plano social, pode colaborar com outras entidades na promoção de ações que combatam a discriminação e valorizem a diversidade cultural. A participação em fóruns especializados revela-se fundamental para reforçar uma mensagem institucional de acolhimento e integração, reconhecendo a pluralidade como um dos pilares essenciais de uma sociedade democrática.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

R: Enquanto agente da PSP, reconheço que a formação contínua é essencial para responder de forma eficaz e humanizada às necessidades das comunidades migrantes, incluindo aquelas provenientes dos PALOP. Ao longo da minha carreira, tenho participado em ações de capacitação que visam reforçar competências interculturais, melhorar a comunicação e promover práticas de policiamento mais inclusivas.

Estas formações incluem módulos sobre diversidade cultural, direitos humanos, mediação intercultural e prevenção da discriminação. São frequentemente ministradas por especialistas externos, incluindo académicos, representantes de ONGs e líderes comunitários, o que enriquece bastante a nossa perspetiva. Em alguns casos, temos também acesso a testemunhos de migrantes, que nos ajudam a compreender melhor os desafios que enfrentam no dia a dia.

Além disso, a PSP tem investido em programas de policiamento de proximidade, onde somos incentivados a conhecer melhor as comunidades locais, a estabelecer relações de confiança e a atuar de forma preventiva. Esta abordagem tem sido particularmente eficaz junto das comunidades dos PALOP, permitindo-nos intervir com maior sensibilidade cultural e promover o sentimento de segurança e inclusão.

A capacitação não se limita à sala de formação — é um processo contínuo, que se reflete na prática diária e na forma como nos relacionamos com todos os cidadãos.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

R: Os desafios enfrentados são diversos e complexos, destacando-se, entre eles, a barreira linguística, a escassez de oportunidades de emprego e a dificuldade de acesso à habitação. Estes fatores podem contribuir para situações de exclusão social, marginalidade e, em casos extremos, criminalidade. Acresce ainda a acentuada diferença sociocultural,

que pode dificultar a comunicação e o estabelecimento de relações interpessoais, criando obstáculos à integração plena dos indivíduos na comunidade.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

R: Enquanto agente da PSP, tenho tido a oportunidade de participar em várias iniciativas que visam aproximar as forças de segurança das comunidades migrantes, nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Uma das experiências mais marcantes foi a colaboração num projeto comunitário em bairros da Grande Lisboa, onde realizámos sessões de esclarecimento sobre direitos, deveres e procedimentos legais, totalmente adaptadas à realidade cultural e linguística destas comunidades.

Recordo-me particularmente de uma ação realizada em parceria com associações locais, onde promovemos um ciclo de encontros informais com jovens oriundos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O objetivo era criar um espaço seguro para diálogo, esclarecer dúvidas sobre a atuação policial e, acima de tudo, construir confiança. A presença regular da PSP nestes encontros ajudou a desconstruir preconceitos e a reduzir tensões, promovendo uma relação mais próxima e colaborativa

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

R: Considero que já se têm desenvolvido iniciativas de aproximação entre a PSP, as embaixadas e diversas associações culturais, com o objetivo de compreender melhor as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades migrantes dos PALOP. O reforço e a regularidade desses contactos revelam-se fundamentais para aprofundar o conhecimento mútuo e potenciar estratégias de integração mais eficazes, sobretudo nas áreas em que a PSP desempenha um papel ativo, como a segurança comunitária e o apoio social.

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

R: Reconhecendo os laços históricos e culturais que unem Portugal aos países dos PALOP, é natural que exista uma maior proximidade e facilidade de comunicação com estas comunidades. No entanto, entendo que a PSP deve manter uma abordagem de policiamento de proximidade que seja transversal e equitativa, abrangendo todas as comunidades imigrantes. A atuação policial deve ser orientada por princípios de inclusão e igualdade, sem privilegiar um grupo específico. Ainda assim, é legítimo que, em função da expressividade e das necessidades particulares da comunidade dos PALOP, se desenvolvam iniciativas direcionadas que reforcem a confiança institucional e promovam uma integração mais eficaz — desde que inseridas numa estratégia global e não excludente.

**APÊNDICES J**  
**Entrevistado IX:**

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Chefe Coordenador

**Data 06/06/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

R: O papel da Policia, apenas deve cingir-se no garante da segurança de todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade.

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

R: Não tenho conhecimento.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

R: Não tenho conhecimento.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

R: Dentro das dificuldades inerentes, realiza todos os esforços no sentido de ultrapassa-los.

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

R: Desconheço os resultados dessa colaboração.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

R: Da mesma forma que atua com qualquer outro cidadão, nomeadamente no cumprimento das leis vigentes.

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

R: Não tenho conhecimento

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

R: Não tenho conhecimento

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

R: Não tenho conhecimento

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

R: Não tenho conhecimento

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

R: Não.

## APÊNDICES K

### Entrevistado X:

Nome do entrevistado: XXXXXXXX

Organização a que pertence: PSP

Função: XXXXXXXX

Posto: Comissário

**Data 22/04/2025**

1. **Papel da PSP:** Na sua opinião, qual deve ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) no acolhimento e integração de migrantes oriundos dos PALOP em Portugal?

Na minha opinião, essa preocupação nunca deve ser, em primeira linha, da PSP. Antes dela, muitas outras organizações sociais e governamentais

2. **Estratégias Atuais:** Quais estratégias específicas a PSP tem implementado para facilitar a integração dos migrantes provenientes dos PALOP?

A PSP com o seu MIPP, desenvolve frequentemente ações de aproximação aos seus cidadãos de forma a conseguir mitigar possíveis problemas através do diálogo e cooperação.

3. **Programas Específicos:** Há algum programa ou iniciativa da PSP direcionado especificamente aos migrantes de origem PALOP? Como avalia a sua eficácia?

Desconheço se existe, mas penso que não.

4. **Desafios Socioculturais:** De que forma a PSP tem enfrentado os desafios culturais e linguísticos no contacto com os migrantes dos PALOP?

Não acho que a PSP tenha enfrentado desafios culturais nem linguísticos no que respeita à comunidade PALOP

5. **Colaboração com Outras Entidades:** A PSP tem trabalhado em colaboração com associações de migrantes, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições dos PALOP? Como essa colaboração tem contribuído para a integração?

Sei que temos colaboração com a ACNUR e com a OIM, mas desconheço como opera.

6. **Prevenção de Conflitos:** Qual é a abordagem da PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais que possam surgir envolvendo migrantes dos PALOP?

7. **Capacitação Interna:** Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos agentes da PSP para melhor lidarem com migrantes provenientes dos PALOP?

A PSP tem, com a criação UOSACF (após extinção do SEF), desenvolvido diversos cursos de formação para a especialização do controlo de fronteiras externas atuando com parceiros e

entidades externas para melhor adequação dos procedimentos quer de controlo de fronteiras quer de contacto com os primeiros migrantes.

8. **Principais Desafios:** Quais são os maiores desafios que a PSP enfrenta no atendimento às necessidades dos migrantes dos PALOP?

Nenhuma, essa resposta tem de ser pela AIMA.

9. **Intervenções Relevantes:** Pode relatar experiências ou intervenções específicas da PSP que tenham causado impacto positivo junto a comunidades migrantes dos PALOP?

Não.

10. **Novas Abordagens:** Que novas abordagens ou programas considera que a PSP poderia desenvolver para melhorar a integração dos migrantes dos PALOP?

A única forma que a PSP tem para ajudar no processo é através do acompanhamento através do nosso MIPP, sendo certo que essa responsabilidade é, em primeira linha, de outras entidades.

11. Tendo em conta os laços históricos entre Portugal e os PALOP, a PSP deveria adotar uma estratégia de policiamento de proximidade dirigido apenas para esta comunidade?

Acho que a PSP deve ter uma resposta integral e preparada para todas as comunidades residentes em Portugal.

**APÊNDICES L**  
**Entrevistado XI:**

Nome completo: **XXXXXXXX**

Associação/Organização: **Casa de Angola em Coimbra-ONGD**

Cargo/Função: **XXXXXXXX**

Local de atuação: **Coimbra | Âmbito Nacional** \_\_\_\_\_

Data da entrevista: **30 de Agosto de 2025** \_\_\_\_\_

**Perguntas da Entrevista**

1 - Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal?

**Resposta:** O papel da PSP, enquanto agentes de Autoridade e Segurança Pública na integração dos imigrantes dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, não é nada abonatório, isto é, nesta narrativa, dos legados do colonialismo e da escravatura e as suas manifestações na sociedade, na jurisprudência e na produção de conhecimento académico, são apagados nos atos e na ação sobre a formação e apoio as comunidades dos países em referência, crescemos com a ideia de que os polícias na sua maioria são estruturalmente racistas.

2 - A sua associação tem tido contacto direto com a PSP? Em que contextos e com que frequência?

**Resposta:** vivemos e sentimos que somos parte da sociedade, como tal, sempre que é necessário contactamos com o Comando Distrital da PSP, de Coimbra, para dar conhecimento das nossas actividades de integração de imigrantes de forma formal, evitando sempre o contacto presencial e pessoal, porque invisibilidade da raça e a ideologia da cegueira racial impedem uma reflexão aprofundada do papel da raça na perpetuação da discriminação por parte dos Agentes de Autoridade em geral, na compreensão da relação entre raça e racismo.

3 - Pode partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes da sua comunidade?

**Resposta:** - Partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para integração dos migrantes dos Países Africanos da Língua oficial Portuguesa, é um exercício difícil ou seja é como caminhar num deserto.

4 - Quais são os principais obstáculos que os migrantes dos PALOP enfrentam no relacionamento com a PSP?

**Resposta:** - O principal obstáculo é o racismo estrutural por parte dos Agentes da PSP, confinado à ideia dos “verdadeiros racistas”, ou seja, a circunstâncias e casos residuais perpetuados por indivíduos ou grupos extremistas com a intenção de discriminar e percebido como um desvio, uma externalidade e uma exceção à ordem natural do ser humano.

5 - Considera que existe uma comunicação eficaz entre a PSP e os migrantes dos PALOP? Que melhorias poderiam ser feitas?

**Resposta:** - Consideramos que existe condições objectivas para comunicação eficaz entre PSP e as Comunidades imigrantes dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, bastaria que PSP se juntasse a sociedade civil antirracista e juntos denunciarem o racismo estrutural em Portugal.

6 - A PSP tem colaborado com a sua associação ou outras organizações comunitárias? Como avalia essa colaboração?

**Resposta:** - No essencial e indiretamente sim, como anteriormente foi referido, somos pessoas de bem e a nossa comunicação foi sempre formal e evitar contactos presenciais.

7 - Na sua opinião, os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP?

**Resposta:-** A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem que preparar os seus agentes com formações permanentes sobre varias matérias, nomeadamente a aceitação do outro, isto é, importante conhecer a cultura do outro, para lidar com as especificidades dos migrantes,

8 - Que papel tem a PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes da sua comunidade?

**Resposta:-** A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem um papel crucial na prevenção de conflitos, atuando através da prevenção da criminalidade e da manutenção da ordem pública, garantindo a segurança de pessoas e bens. Isso é feito por meio da polícia preventiva, que inclui ações de sensibilização, junto da comunidade em geral.

9 - Acha que os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública?

**Resposta:** A integração bem-sucedida dos migrantes é fundamental para o futuro do bem-estar, a prosperidade e a coesão das sociedades europeias, seria bom que se sentisse representado em todas forças de Segurança do estado, a verdade é que vai levar muito tempo, porque só passaram 50 anos da independência dos povos e países colonizados.

10 - De que modo e/ou com que medidas/programas poderia a PSP melhorar a sua actuação junto das comunidades migrantes dos PALOP?

**Resposta:** As medidas ou programas que poderiam levar a PSP melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos Países Africanos da Língua Portuguesa, "Polícia de Segurança Pública e outros agentes, tinham cultivar o respeito pelo outro e pelos direitos humanos, esquecer o racismo e a xenofobia".

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

11 - Considera pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP? Porquê?

**Resposta:**-A função da PSP consiste em garantir a legalidade democrática, a segurança interna e os direitos dos cidadãos através da prevenção da criminalidade e do terrorismo, a segurança de pessoas e bens, e a segurança rodoviária para todos cidadãos sem exceção.

12 - Que tipo de iniciativas gostaria de ver implementadas pela PSP nos próximos anos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP?

**Resposta:** Em primeiro lugar, sonhamos com PSP humanizada sem preconceito e com maior formação social e académica.

## APÊNDICES M

### Entrevistado XII:

Nome completo: **XXXXXXXX**

Associação/Organização: Comissão de Festas anuais de S.Tomé e Príncipe (Nossa Senhor das Neves em Lisboa)

Cargo/Função: **XXXXXXXX**

Local de atuação: Distrito de Lisboa Concelho de Loures; Concelho de Sintra; Concelho de Amadora

Data da entrevista: 30/08/2025

#### **Perguntas da Entrevista**

1 - Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal? Resposta: Avalio o papel da PSP desta forma estimativa de 60 % visto que são forças que o país precisa para manter uma maior organização e princípios da população residente.

2 - A sua associação tem tido contacto direto com a PSP? Em que contextos e com que frequência? Resposta: Sim, todas as vezes que organizamos as festas do Pais (STP), contactamos e pedimos a Presença direto dos agentes, não só pela nossa segurança e dos demais, bem como para ajudarmos a manter uma maior disciplina juntos da comunidade

3 - Pode partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes da sua comunidade? Resposta: Até o momento não temos razões de ter solicitado o contributo da PSP na comunidade, uma vez que somos maioria pacíficos e bons cidadãos

4 - Quais são os principais obstáculos que os migrantes dos PALOP enfrentam no relacionamento com a PSP? Resposta: Duas vertentes: 1ª a arrogância da PSP, quando abordo um emigrante Negro ou doutro países.

2ª Questões de legalidade;

3ª - Pensam que todos “são traficantes e ou de baixo nível “E esquecem que s vezes não sabem com quem se dirigem.

4ª - Os emigrantes orgulham dos seus papeis, pela força que representam, pelo respeito, pela disciplina e ordem que representam.

5 - Considera que existe uma comunicação eficaz entre a PSP e os migrantes dos PALOP? Que melhorias poderiam ser feitas? Resposta: Claro que sim. As respostas são positivas sempre que vem em benefícios de ambos e assim há maior consolidação, confiança e amizade. ....

## Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade

### Gestão de Segurança

6 - A PSP tem colaborado com a sua associação ou outras organizações comunitárias? Como avalia essa colaboração? Resposta: Sim. Em termos gerais são positivas todas as ações /intervenções solicitadas

7 - Na sua opinião, os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP? Resposta: Nem sempre. É necessário inculturar-se nas raízes das culturas africanas.

8 - Que papel tem a PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes da sua comunidade? Resposta: é muito complicado. Nem sempre têm respostas eficazes (Veja o caso dos jovens africanos que foram injustamente alvejados).

9 - Acha que os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública? Resposta: Não.

10 - De que modo e/ou com que medidas/programas poderia a PSP melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP?

Resposta:" 1ª- Deixar de ser a arrogância da PSP, quando abordo um emigrante Negro ou doutro países.

2ª Entrar dentro a comunidade e estudar as questões que debatem, seja no café, na bola e em outras atividades;

3ª - Não Pensem que são todos “delinquentes, são traficantes e ou de baixo nível “E esquecem que vezes não sabem com quem se dirigem.

4ª - Serem mais humildes e conquistarem a comunidade. Participar com eles nas suas atividades, festas e outras ações, mesmo o culto se for necessário.

11 - Considera pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP? Porquê? Resposta: Sim - porque é uma mais-valia e maior segurança, confiança na comunidade.

12 - Que tipo de iniciativas gostaria de ver implementadas pela PSP nos próximos anos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP? Resposta:

São várias as iniciativas, tendo em conta uma das peças fundamentais, é a segurança da comunidade;

Questões burocráticos como a AIMA;

Patrulhamentos a fim de manter segurança e ordem nas comunidades, com intercâmbios  
PSP AFRICANOS

**APÊNDICES N**  
**Entrevistado XIII:**

Nome completo: XXXXXXXX

Associação/Organização: Associação Cabo-verdiana de Lisboa

Cargo/Função: XXXXXXXX

Local de atuação: Lisboa

Data da entrevista: 30/08/25

**Perguntas da Entrevista**

1 - Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal? Resposta: Avaliação negativa, muita rudez, muitas vezes sem educação. A PSP tem demonstrado pouca abertura para colaborar com a nossa comunidade, existe muito espaço para melhorar a articulação com as associações locais e reforçar a presença em bairros com forte concentração cabo-verdiana.

2 - A sua associação tem tido contacto direto com a PSP? Em que contextos e com que frequência? Resposta: Não, só quando é chamada para uma intervenção

3 - Pode partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes da sua comunidade? Resposta: Supervisão na freguesia, presença do policiamento 24/24h, em caso de suspeita actua de imediato

4 - Quais são os principais obstáculos que os migrantes dos PALOP enfrentam no relacionamento com a PSP? Resposta: A PSP só querer ouvir os que lhes convém. A principal dificuldade é a perceção de distanciamento institucional. Muitos migrantes sentem receio de abordar a PSP, por experiências anteriores ou por falta de informação sobre os seus direitos.

5 - Considera que existe uma comunicação eficaz entre a PSP e os migrantes dos PALOP? Que melhorias poderiam ser feitas? Resposta: Depende do nível e ocupação de cada pessoa a quem a PSP interpela. Seria útil criar canais de comunicação mais acessíveis, com mediadores culturais e materiais informativos em crioulo.

6 - A PSP tem colaborado com a sua associação ou outras organizações comunitárias? Como avalia essa colaboração? Resposta: Existe, mas é pontual. Seria importante formalizar essa colaboração através de protocolos e ações regulares.

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

7 - Na sua opinião, os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP? Resposta: Independentemente de algumas burocracias sim estão preparados. Alguns agentes estão sensibilizados, mas falta formação específica sobre a cultura cabo-verdiana e sobre os desafios enfrentados pelos migrantes.

8 - Que papel tem a PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes da sua comunidade? Resposta: Apresentam comportamentos não muito saudáveis (usam agressão verbal e em alguns momentos até física)

9 - Acha que os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública? Resposta: Não. As políticas são generalistas e não consideram as especificidades culturais da nossa comunidade.

10 - De que modo e/ou com que medidas/programas poderia a PSP melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP? Resposta: “Agendar reuniões com os representantes das comunidades e ouvir as dificuldades vivenciadas pelos órgãos que os protege (PSP), bem como o reforço do policiamento comunitário e criação de gabinetes de apoio ao migrante nas esquadras.

11 - Considera pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP? Porquê? Resposta: Não, as leis devem ser iguais para todos; somos todos cidadãos migrantes ou não

12 - Que tipo de iniciativas gostaria de ver implementadas pela PSP nos próximos anos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP? Resposta: Que haja mais interação entre os migrantes e a PSP. Campanhas de sensibilização em crioulo, envolvimento de jovens cabo-verdianos em projetos de cidadania e reforço da presença da PSP em eventos culturais.

**APÊNDICES O**  
**Entrevistado XIV:**

Nome completo: XXXXXXXX

Associação/Organização: Associação Guineense

Cargo/Função: XXXXXXXX

Local de atuação: Amadora

Data da entrevista: 29/08/25

**Perguntas da Entrevista**

1 - Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal?

Resposta: A PSP tem feito esforços, mas ainda é vista com alguma distância pela comunidade guineense. A integração passa por mais do que segurança — exige confiança e reconhecimento cultural.

2 - A sua associação tem tido contacto direto com a PSP? Em que contextos e com que frequência?

Resposta: Sim, sobretudo em ações escolares e em situações de apoio a famílias em vulnerabilidade. A frequência varia consoante o contexto.

3 - Pode partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes da sua comunidade?

Resposta: A presença da PSP em escolas com alunos guineenses tem sido positiva, ajudando a prevenir conflitos e promover o respeito mútuo.

4 - Quais são os principais obstáculos que os migrantes dos PALOP enfrentam no relacionamento com a PSP?

Resposta: Desconhecimento mútuo. Muitos migrantes não compreendem o papel da PSP e alguns agentes não estão preparados para lidar com as especificidades culturais da Guiné-Bissau.

5 - Considera que existe uma comunicação eficaz entre a PSP e os migrantes dos PALOP? Que melhorias poderiam ser feitas?

Resposta: Ainda não. É necessário investir em mediadores culturais e em campanhas de informação adaptadas à realidade linguística e social da comunidade.

6 - A PSP tem colaborado com a sua associação ou outras organizações comunitárias? Como avalia essa colaboração?

Resposta: Tem colaborado pontualmente. É preciso institucionalizar essa colaboração com metas e objetivos claros.

7 - Na sua opinião, os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP?

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Resposta: Insuficiente. A formação deve incluir aspetos históricos, culturais e linguísticos da Guiné-Bissau.

8 - Que papel tem a PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes da sua comunidade?

Resposta: A PSP tem atuado em situações críticas, mas falta uma abordagem preventiva e comunitária.

9 - Acha que os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública?

Resposta: Sentimo-nos poucos ou nada representados. As políticas não refletem as nossas realidades nem envolvem as nossas associações.

10 - De que modo e/ou com que medidas/programas poderia a PSP melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP?

Resposta: Criação de núcleos de policiamento intercultural, formação contínua e envolvimento direto da comunidade guineense na definição de estratégias

11 - Considera pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP? Porquê?

Resposta: Sim, desde que não criem guetos institucionais. A especificidade deve ser reconhecida sem exclusividade.

12 - Que tipo de iniciativas gostaria de ver implementadas pela PSP nos próximos anos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP?

Resposta: Projetos de mentoria com jovens guineenses e reforço da presença da PSP em bairros com forte presença da comunidade.

**APÊNDICES P**  
**Entrevistado XV:**

Nome completo: XXXXXX

Associação/Organização: Associação Moçambicana

Cargo/Função: XXXXXX

Local de atuação: Setúbal

Data da entrevista: 20/08/25

**Perguntas da Entrevista**

1 - Como avalia, de forma geral, o papel da PSP na integração dos migrantes dos PALOP em Portugal?

Resposta: A PSP tem um papel importante, mas ainda pouco visível junto da comunidade moçambicana. A integração exige mais proximidade e diálogo.

2 - A sua associação tem tido contacto direto com a PSP? Em que contextos e com que frequência?

Resposta: Temos tido contacto em eventos culturais e em ações de sensibilização, mas de forma esporádica.

3 - Pode partilhar exemplos de ações ou iniciativas da PSP que tenham contribuído positivamente para a integração dos migrantes da sua comunidade?

Resposta: A participação da PSP em encontros interculturais tem sido bem recebida, sobretudo quando há espaço para escuta e partilha de experiências.

4 - Quais são os principais obstáculos que os migrantes dos PALOP enfrentam no relacionamento com a PSP?

Resposta: Falta de conhecimento sobre os direitos dos migrantes e receio de abordagem policial. A comunicação ainda é muito formal e distante.

5 - Considera que existe uma comunicação eficaz entre a PSP e os migrantes dos PALOP? Que melhorias poderiam ser feitas?

Resposta: Não. Seria útil criar canais digitais acessíveis e promover encontros regulares com líderes comunitários.

6 - A PSP tem colaborado com a sua associação ou outras organizações comunitárias? Como avalia essa colaboração?

Resposta: Só existe quando a PSP é chamada. É preciso reforçar esta colaboração com ações regulares e planeadas em conjunto.

7 - Na sua opinião, os agentes da PSP estão preparados para lidar com as especificidades culturais e sociais dos migrantes dos PALOP?

**Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais na Especialidade**

**Gestão de Segurança**

Resposta: Não. Falta formação específica sobre os países de PALOP e sobre os desafios enfrentados por estes migrantes.

8 - Que papel tem a PSP na prevenção de conflitos ou tensões sociais envolvendo migrantes da sua comunidade?

Resposta: A PSP atua em situações pontuais, sem uma estratégia preventiva que envolva a comunidade.

9 - Acha que os migrantes dos PALOP se sentem incluídos e representados nas políticas de segurança pública?

Resposta: Não As políticas não refletem as nossas necessidades específicas.

10 - De que modo e/ou com que medidas/programas poderia a PSP melhorar a sua atuação junto das comunidades migrantes dos PALOP?

Resposta: Formação intercultural, criação de gabinetes de apoio ao migrante e envolvimento da comunidade moçambicana em projetos de cidadania.

11 - Considera pertinente que a PSP desenvolva estratégias específicas de policiamento de proximidade dirigidas aos migrantes dos PALOP? Porquê?

Resposta: Sim, devem ser integradas num modelo mais amplo e inclusivo. A nossa comunidade tem particularidades que devem ser consideradas.

12 - Que tipo de iniciativas gostaria de ver implementadas pela PSP nos próximos anos para reforçar a integração dos migrantes dos PALOP?

Resposta: Encontros comunitários com a PSP, e projetos educativos para a população moçambicana